

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Débora Alves de Abreu

As partes de um mosaico: a expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1889
e 1930.

Juiz de Fora

2026

Débora Alves de Abreu

As partes de um mosaico: a expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1889 e 1930.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de Concentração; História, Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Abreu, Débora Alves de.

As partes de um mosaico: : a expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1889 e 1930. / Débora Alves de Abreu. -- 2026.

144 p. : il.

Orientador: Mateus Rezende de Andrade

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2026.

1. Minas Gerais. 2. História Bancária. 3. Brasil Contemporâneo. 4. Banco de Crédito Real de Minas Gerais. 5. Economia Cafeeira. I. Andrade, Mateus Rezende de , orient. II. Título.

Débora Alves de Abreu

AS PARTES DE UM MOSAICO: EXPANSÃO BANCÁRIA EM MINAS GERAIS DE 1889 A 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 13/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. MATEUS REZENDE DE ANDRADE - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. MARCUS ANTÔNIO CROCE
Centro Universitário Santa Rita

Juiz de Fora, 19/03/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Rezende de Andrade, Professor(a)**, em 19/03/2026, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos de Oliveira Malaquias, Usuário Externo**, em 23/03/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Antônio Croce, Usuário Externo**, em 16/07/2026, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2911706** e o código CRC **73F5C510**.

Dedico este trabalho às crianças sonhadoras
que cresceram.

A mim e a você.

AGRADECIMENTOS

Certa vez uma professora disse que os agradecimentos em um trabalho acadêmico são as linhas em que, de fato, se conhece a subjetividade do pesquisador. E eu concordo. A trajetória percorrida até o momento dos agradecimentos é longa e árdua. E neste espaço, podemos falar brevemente sobre este caminho e honrar todos aqueles que estiveram conosco.

No livro *Grande Sertão: Veredas*, o célebre escritor João Guimarães Rosa nos diz as seguintes palavras: “O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa. sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.”. Minha jornada neste mestrado foi corajosa. Eu tive coragem. Coragem de desenvolver uma pesquisa sem bolsa e com o tempo reduzido, visto que sempre conciliei estudo e trabalho. Desenvolver uma pesquisa tendo apenas as noites e os domingos é desafiador. Contudo, tudo na vida é assim. Por isso ela nos pede coragem. Eu tive.

Entretanto, para além de um mérito pessoal, uma caminhada nunca é feita sozinha, pelo menos não em sua totalidade. Seja com Riobaldo ou com Dante, podemos perceber que a companhia de outras pessoas torna tudo possível, suportável e agradável. Sendo assim, eu não poderia deixar de fora todos aqueles que me acompanharam nessa jornada. Alguns desde que me entendo por gente e outros que foram chegando ao longo dos anos.

Agradeço aos meus pais, Joelma e Alexandre, por terem sido o meu primeiro lugar no mundo e o meu lar. Obrigada por nunca terem me deixado faltar nada. Mas, acima de tudo, obrigada por me amarem e me ensinarem a amar. Em uma realidade em que precisamos batalhar duramente por cada sonho, desejo e oportunidade, me sinto honrada por ter o exemplo de duas pessoas tão aguerridas e determinadas. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradeço ao meu irmão, Leonardo, por sempre ter estado ao meu lado. Sempre foi meu companheiro e hoje continua sendo. Obrigada por se alegrar comigo em cada conquista. Agradeço, também, à minha cunhada, Andressa, que sempre me motivou e compartilhou experiências acadêmicas comigo, me dando dicas de autores e leituras. Desde o início do meu mestrado me chamava de “jovem mestre” e eu dizia que ainda era cedo. Acho que agora você pode, enfim, me chamar assim.

Agradeço aos meus avós, Sônia e Oswaldino, por serem o lado doce da vida e o lugar do afeto incondicional. Em especial, agradeço ao meu avô por ser a minha maior inspiração nessa vida. Fico feliz por ter um exemplo tão lindo de determinação, força e resiliência que me mostra que nada é fácil, mas que tudo é possível.

Agradeço a todos os meus amigos, todos sem exceção. A vida sem amigos é sem cor. Agradeço a cada um que colore as aquarelas da minha senda. Durante o mestrado tive a presença mais próxima de Isabela Novaes, Geovana Macedo e Lara Carminate, portanto, dirijo a vocês, de forma ainda mais afetuosa, o meu mais sincero agradecimento. Obrigada por me ouvirem, incentivarem e me ajudarem. Sem vocês o fardo seria pesado.

Agradeço ao meu orientador, Mateus Rezende de Andrade, por sempre se mostrar tão solícito e por acreditar em meu trabalho desde o início. Nos momentos em que eu ameaçava desacreditar, você sempre teve as palavras certas para me recordar que o mundo da pesquisa era, sim, para mim. Você disse que acaba por reunir as ovelhas “desgarradas” do departamento e eu me sinto privilegiada por ter sido uma delas. Obrigada pelas trocas e pela empatia desde a primeira reunião.

Agradeço aos professores Carlos Gabriel Guimarães, Carlos de Oliveira Malaquias e Marcus Antônio Croce por terem aceito o convite para compor a banca de qualificação e de defesa. Agradeço imensamente pela atenção, respeito e interesse que demonstraram pelo meu trabalho. Os direcionamentos dados a mim na qualificação foram de suma importância para a pesquisa que foi desenvolvida nesta dissertação. Fico muito feliz por ter em minha banca pesquisadores que eu admiro e pude usar como referência em minhas leituras e pesquisas.

A minha eterna gratidão a Roberto Dilly e Rose por terem aberto as portas do Museu do Crédito Real para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. Muito obrigada pela confiança e liberdade endereçadas a mim durante as minhas idas ao acervo. Foram muitas caixas, muitas fotografias e muitos momentos que passei dentro dessa enormidade de documentos - que podem produzir inúmeros trabalhos acadêmicos. Sem vocês a pesquisa não poderia se desenvolver. Além disso, eu sempre tive o desejo de conhecer o museu e o conheci de uma forma singular e privilegiada. Muito obrigada!

O mestrado passa de forma muito acelerada. Dois anos passam depressa. Hoje dou razão aos que me disseram isso no início do curso, ainda em 2024. O primeiro ano de curso foi muito denso, de muita insegurança. Se tornar pesquisador é um processo constante e gradual. Sem o acompanhamento de um psicólogo se torna ainda mais desafiador. Dessa forma, eu não poderia deixar de agradecer à minha psicóloga, Taiene Mota, pelo excelente trabalho desenvolvido comigo desde o final de 2024. Em um país em que, infelizmente, muitos não têm acesso aos cuidados da saúde mental ou que descredibiliza o trabalho dos psicólogos, me sinto agraciada por ter sido assistida por uma profissional tão competente. Obrigada por ter construído um lugar seguro e acolhedor em que eu pude prestar atenção na imensidão que grita e se cala dentro de mim.

Eu não poderia deixar de fora os professores que me acompanharam durante quase toda a minha vida. Desde o primário até à pós-graduação, agradeço igualmente a todos. Obrigada por me ensinarem a ler o mundo mesmo quando as palavras e os números pareciam um emaranhado de coisas sem sentido. Obrigada por sempre acreditarem em mim e despertarem em mim o meu melhor. Por me mostrarem o valor da educação e a força transformadora que ela tem. Sempre os admirei. Admirei tanto que acabei me tornando professora também. Me sinto lisonjeada por compartilhar a docência como algo em comum com cada um de vocês.

Por fim, agradeço ao Eterno por sempre me dar caminhos e por me proteger. Obrigada por me ensinar a caminhar e a ter paciência com os processos da vida. Obrigada por sempre deixar meu coração seguro em relação às minhas conquistas e por me dar fôlego para alcançar cada uma delas.

GALO!

Minas é uma montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região - que se escala. Atrás de muralhas, através de desfiladeiros - passa um, passa dois, passa quatro, passa três... - por caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidades. [...]

Sendo, se diz, que minha terra representa o elevado reservatório, a caixa d'água, o coração branco, difluente, multivertente, que desprende e deixa, para tantas direções, formadas em caudais, as enormes vias [...] Minas é a doadora plácida.

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas. (Rosa, 2009, p. 295)

RESUMO

Esta dissertação analisa a expansão empreendida pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais desde a sua fundação em 1889 até 1930, apontando não apenas o seu crescimento no que se refere aos recursos financeiros e ações bancárias, em geral, mas em seu número de agências, visto que, ao longo da temporalidade aqui estudada, a instituição fundou vinte e sete agências, sendo vinte e seis no estado de Minas Gerais e uma no Rio de Janeiro. Na primeira parte, estabelecemos um panorama geral acerca da gênese da cafeicultura no Brasil, apontando os principais estados produtores e o lugar de importância e protagonismo que o café ocupou na economia brasileira ainda no século XIX. Na segunda parte, indicamos a importância que o crédito e o desenvolvimento de um sistema bancário desempenharam na expansão cafeeira no Brasil, apontando como o início incipiente do crédito no Brasil freou, em certa medida, o desenvolvimento da cafeicultura. Dessa forma, assinalamos o surgimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em Juiz de Fora que propiciou o desenvolvimento econômico e financeiro da região, dialogando com os trabalhos do historiador Anderson Pires. A partir deste desenho econômico brasileiro e regional, na terceira parte dialogamos com o historiador John D. Wirth para compreender a dinâmica mineira e, assim, por meio do cruzamento de diversas fontes, delimitamos o perfil dos municípios em que as agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais foram fundadas, mostrando que este processo de expansão não se desenvolveu de forma arbitrária, mas que, pelo contrário, seguiu um padrão mediante as condições daquele contexto.

Palavras-chave: Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Crédito; Economia bancária; Minas Gerais; Cafeicultura.

ABSTRACT

This dissertation analyses the expansion undertaken by the Banco de Crédito Real de Minas Gerais from its foundation in 1889 until 1930, highlighting not only its growth in terms of financial resources and banking activities in general, but also the increase in its number of branches. Over the period examined here, the institution established twenty-seven branches, twenty-six in the state of Minas Gerais and one in Rio de Janeiro. In the first part, we outline a general panorama of the genesis of coffee growing in Brazil, identifying the main producing states and the position of importance and prominence that coffee occupied in the Brazilian economy as early as the nineteenth century. In the second part, we indicate the importance that credit and the development of a banking system played in the expansion of coffee growing in Brazil, showing how the initially incipient nature of credit in the country restrained, to a certain extent, the development of coffee cultivation. In this sense, we highlight the emergence of the Banco de Crédito Real de Minas Gerais in Juiz de Fora, which fostered the economic and financial development of the region, in dialogue with the works of the historian Anderson Pires. Based on this Brazilian and regional economic framework, in the third part we engage with the historian John D. Wirth in order to understand the dynamics of Minas Gerais and, through the cross-referencing of diverse sources, we delineate the profile of the municipalities in which branches of the Banco de Crédito Real de Minas Gerais were established. This demonstrates that the process of expansion did not occur in an arbitrary manner but, on the contrary, followed a pattern shaped by the conditions of that historical context.

Keywords: Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Credit; Banking economy; Minas Gerais; Coffee growing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor da exportação).....	21
Quadro 2 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas).....	22
Quadro 3 - Produção média de café de Minas Gerais com algumas das principais regiões do mundo (1851-1924 - em milhares de toneladas).....	26
Quadro 4 - Distribuição da população escravizada em alguns dos principais municípios produtores de Minas Gerais (1886).....	29
Quadro 5 - Produtos exportados pelo Sul de Minas (Libras esterlinas, média anual).....	31
Quadro 6 - Participação por produtos exportados pelo Sul de Minas (média anual).....	32
Quadro 7 - Participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais (períodos selecionados).....	32
Quadro 8 - Os 5 maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas, 1920.....	33
Quadro 9 - Os 5 maiores municípios cafeeiros da Zona da Mata, 1920.....	34
Quadro 10 - Média quinquenal da produção de café Minas Gerais 1850/1924 (em arrobas)..	35
Quadro 11 - Exportação mineira de café 1888/1927.....	37
Quadro 12 - Número de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços em Juiz de Fora (1870/1877).....	42
Quadro 13 - Relação dos Estabelecimentos Industriais Juiz de Fora (1870/1877).....	43
Quadro 14 - Principais Empresas com Ações no Patrimônio de Fazendeiros de Juiz de Fora 1870/1929.....	43
Quadro 15 - Decomposição das dívidas passivas: origem do capital de empréstimo para as unidades agroexportadoras de Juiz de Fora 1879/1929 (Valores em mil-réis).....	46
Quadro 16 - Atividade econômica desenvolvida pelos capitalistas do município de Juiz de Fora (1870).....	47
Quadro 17 - Comerciantes de Café em Juiz de Fora (1883/1932).....	50
Quadro 18 - Firms Atacadistas em Juiz de Fora - 1877/1925 (Períodos Selecionados).....	59
Quadro 19 - Bancos autorizados a operar com o Auxílio à Lavoura em 1889.....	69
Quadro 20 - Capitalização da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro 1889.....	70
Quadro 21 - Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora 1888/1899.....	71

Quadro 22 - Percentual dos Setores de Sociedades Anônimas inauguradas em Juiz de Fora no período do Encilhamento.....	72
Quadro 23 - Comparação de Investimentos de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora entre os períodos 1854/1884 e 1887/1899 (%)......	73
Quadro 24 - Fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.....	78
Quadro 25 - Relação dos maiores acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais Juiz de Fora (1889).....	81
Quadro 26 - Participação do Banco de Crédito Real na distribuição de capital para a lavoura cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919 (valores em mil-réis).....	82
Quadro 27 - Primeiros empréstimos hipotecários concedidos pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais 1889 (em mil-réis).....	83
Quadro 28 - Relação entre os ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889.....	87
Quadro 29 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 (Carteira especial - Auxílios à Lavoura).....	87
Quadro 30 - Relação de ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira Geral).....	88
Quadro 31 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira Comercial).....	89
Quadro 32 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira hipotecária).....	89
Quadro 33 - Empréstimos rurais e urbanos concedidos pelo Banco de Crédito Real em 1898 (Para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro).....	90
Quadro 34 - Demonstrativo dos empréstimos realizados pelo Credireal em virtude do Auxílio à Lavoura (Hipotecas).....	92
Quadro 35 - Demonstrativo dos empréstimos realizados pelo Credireal em virtude do Auxílio à Lavoura (Penhor agrícola).....	92
Quadro 36 - Relação entre ativos e passivos do Credireal em 1919.....	95
Quadro 37 - Relação entre ativos e passivos do Credireal em 1929.....	96
Quadro 38 - Valores totais dos balanços de ativos e passivos do Credireal disponíveis entre 1889 e 1930 e o índice de crescimento no período.....	99

Quadro 39 - Demonstração da conta de lucros e perdas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (períodos selecionados).....	106
Quadro 40 - Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (Períodos Selecionados - 1872/1940).....	112
Quadro 41 - Municipalidades classificadas por renda 1889-1937(Em contos arredondados).....	114
Quadro 42 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930.....	115
Quadro 43 - Relação das empresas bancárias e respectivas agências em funcionamento no estado (Modificado).....	118
Quadro 44 - Condições econômicas dos agricultores nos municípios mineiros selecionados (1913).....	120
Quadro 45 - Principais produtos cultivados pelos municípios (municípios selecionados).....	123
Quadro 46 - Relação entre as condições econômicas e o cultivo de café nos municípios.....	125
Quadro 47 - População dos municípios entre 1900 e 1940.....	126
Quadro 48 - Indústrias em Minas (1937).....	127
Quadro 49 - Total de empréstimos hipotecários e rurais concedidos pelo Credireal entre 1889 e 1930.....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Proporcional da Produção de Café em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro 1876/1930 (Volume - 1.000 sacas).....	24
Gráfico 2 - Crescimento do Credireal entre 1889 e 1930 (Índice).....	101
Gráfico 3 - Condições Econômicas dos Produtores.....	122
Gráfico 4 - Principais produtos cultivados pelos municípios.....	124

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As Zonas mineiras, segundo uso corrente.....	111
Figura 2 - Minas Gerais em 1920.....	113
Figura 3 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930.....	117
Figura 4 - Cobertura Creditícia dos Credireal: volume dos municípios, por região, que realizavam empréstimos hipotecários entre 1889 e 1930.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	19
1 - O nascimento de uma nova era agrícola: o café no Brasil.....	19
1.1 - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: o grande complexo cafeeiro brasileiro..	22
1.2 - O desenvolvimento do café na Zona da Mata mineira.....	26
1.3 - Juiz de Fora: o centro do sistema financeiro da Zona da Mata mineira.....	39
CAPÍTULO 2.....	46
2 - Cafeicultura e Crédito: desenvolvimento bancário em Minas Gerais.....	46
2.1 - Abolição, Encilhamento e o boom da expansão creditícia.....	68
2.2 - Trajetória meteórica: o Banco Territorial e Mercantil de Minas.....	76
2.3 - O Banco de Crédito Real de Minas Gerais.....	80
CAPÍTULO 3.....	111
3 - O mosaico mineiro.....	111
3.1 - A expansão do Credireal e o perfil dos municípios.....	117
3.2 - Cobertura Creditícia.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
FONTES PRIMÁRIAS.....	136
REFERÊNCIAS.....	139

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho surge a partir de uma leitura de trabalhos sobre a Zona da Mata mineira e a constatação de que é uma região extremamente rica, significativa e com a presença de arquivos e documentos - sendo este último aspecto indispensável ao ofício do historiador - que poderiam nos levar por caminhos muito frutíferos a fim de compreendermos ainda mais quais foram os percursos da região ao longo de uma história não tão recente, mas também não tão longínqua.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e das trocas que vamos estabelecendo, diversas possibilidades vão se apresentando e é necessário estar, sim, aberto a essas transformações, mas com um pouco de pés no chão porque não é possível, nem desejamos, encerrar as temáticas e assuntos. Ademais, nosso trabalho também é limitado e não nos é possível abordar todas as nuances que perpassam tal conjuntura.

Dessa forma, estudar a perspectiva financeira se tornou o caminho mais atrativo, mediante as pesquisas que já haviam sido desenvolvidas de forma muito consistente por historiadores que nos antecederam e abriram uma grande clareira nesse universo de possibilidades. Se em um passado, a região da Zona da Mata mineira se via isolada por conta da densa presença de matas, no universo da pesquisa isso por tempos se desenhou. Pesquisas superficiais ou sem o acesso devido às fontes se sucederam e ofuscaram o seu potencial. No entanto, com as pesquisas do historiador Anderson Pires, principalmente, um novo horizonte de possibilidades se acendeu.

Tratar sobre a economia cafeeira no Brasil se colocava como algo pertinente e essencial às análises da historiografia e economia, mas dando maior enfoque ao estado de São Paulo e ao Rio de Janeiro. É evidente que falar de café no Brasil sem citar tais estados se torna inviável, mas a economia não estava apenas nessa dicotomia e o “fato” de determinadas regiões ocuparem uma posição “periférica” não as torna, automaticamente, dispensáveis e insignificantes.

Dentro deste cenário, desponta-se a necessidade de escolhas metodológicas e caminhos que privilegiam abordagens regionais e locais. Entender as particularidades de uma região só se pode fazer quando se pratica um movimento de imersão em tais lugares. Observar singularidades de regiões se torna indispensável para a compreensão acerca de uma conjuntura maior, pois essas microrregiões estão inseridas em uma dimensão maior e contribuem para o funcionamento desta escala maior.

O historiador português Francisco Ribeiro da Silva nos diz algo muito interessante a respeito desse movimento de se buscar análises regionais

Por outro lado, na perspectiva de alguns universitários a História Local não é suficientemente importante para impor alguém no panorama da historiografia nacional, *como se o historiador local passasse o tempo a olhar para uma só árvore e se desinteressasse da floresta. É evidente que o interesse pela árvore não dispensa a atenção pela floresta.* (Silva, 1998, p. 384. Grifo nosso)

Dessa forma, o impacto que pesquisas como a do historiador Anderson Pires causam em meio às análises que estigmatizam a região anteriormente é evidenciado. Ao apresentar em seus diversos artigos, além de sua dissertação e tese, a presença de um aparato financeiro, independente, operante e funcional na região, ele demonstrou a importância da perspectiva regional para dar novos encaminhamentos na pesquisa em geral. Logo, tratar de uma dimensão reduzida não significa ignorar o que a cerca.

Prosseguindo, ao termos uma melhor compreensão acerca do complexo cafeeiro que se desenvolveu no estado de Minas Gerais, por meio dos trabalhos citados anteriormente, fomos entendendo a importância indiscutível que ele desempenhou nas décadas finais do século XIX e primeiras duas décadas do século XX. Pudemos, ainda, perceber que se trata de uma área territorialmente não muito significativa¹ em termos de dimensão, no entanto, se articulou de uma forma que a transformou em região mais rica do estado até os anos de 1920.

Em sua dissertação, Anderson Pires se debruça a fim de desenvolver uma análise que pudesse dar uma melhor descrição acerca do ambiente financeiro que operava na Zona da Mata mineira. Ele parte de pesquisas que apontavam para a dificuldade que a região possuía de se manter a partir de seus próprios recursos, além de ter uma incapacidade em manter o próprio capital na região, levando a um escoamento massivo que gerava uma situação de dependência da Mata Mineira em relação ao Rio de Janeiro, principalmente.

Nesse sentido, em sua dissertação, ele traz uma tabela² (que traremos no início de nosso segundo capítulo³) muito contundente no que diz respeito a essas afirmações anteriores e que demonstra justamente o contrário. A tabela traz as informações referentes às origens dos investimentos nas unidades produtoras da cidade de Juiz de Fora no período entre 1870 e 1919. Nos dois primeiros decênios, 1870/79 e 1880/89, a origem dos investimentos nas unidades produtoras de Juiz de Fora vinham do Rio de Janeiro, em uma proporção de 46,63%

¹ Em sua tese de doutoramento, Anderson Pires traz a seguinte descrição: “Apesar de representar com seus 35.000 km² apenas 5% deste território, a zona da Mata foi, até o início do século XX, a região mais rica do estado de Minas Gerais por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do produto que na época era a principal riqueza do país”. (Pires, 2004, p.31)

² Ver Tabela 9, p.64 em PIRES, Anderson. **Capital Agrário, investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. 1930.. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993.

³ Ver Quadro 15, p. 46.

e 75,16% contra 41,79% e 19,66%. Sendo assim, inicialmente os dados apontam que havia uma dependência da região para com o Rio de Janeiro.

No entanto, nos próximos decênios, 1890/89, 1900/09 e 1910/19, a situação se modifica de forma muito acentuada, pois as taxas passam para 0,60%; 12,03% e 2,06% contra 99,39%; 77,58%, 88,17% de investimentos oriundos da própria cidade, ou seja, a hegemonia do Rio de Janeiro em relação aos investimentos em Juiz de Fora e a dependência da cidade em relação ao Rio de Janeiro declina acentuadamente.

Esse acontecimento foi possibilitado pela fundação de uma instituição bancária robusta na cidade de Juiz de Fora no ano de 1889: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Ele não foi o primeiro banco da província de Minas Gerais, no entanto, foi a única instituição financeira que se manteve operante nos períodos de instabilidade econômica que eram recorrentes no Brasil - o Banco Territorial e Mercantil de Minas foi fundado em 1887, também na cidade de Juiz de Fora, mas veio à falência por conta de uma gestão que surfou na onda do abuso de capitais especulativos e não conseguiu honrar com seus compromissos.

A partir disso, o historiador consegue construir um trabalho muito bem amarrado e contundente que vai em contramão às prerrogativas que imperavam naquele momento. Logicamente que ele aborda diversos outros pontos ao longo de seu trabalho, que fornecem ainda mais subsídios para uma melhor compreensão do papel desempenhado por Juiz de Fora e a Mata Mineira em meio à economia cafeeira do período, mas que não nos cabe abordar nesta sucinta introdução. No entanto, achamos pertinente inserir um trecho presente nas considerações finais de sua dissertação que pode resumir de forma satisfatória o seu trabalho

Vimos no decorrer deste trabalho que, ao contrário de determinadas interpretações da historiografia local, a economia agrária de exportação que se desenvolveu no município de Juiz de Fora e na região da Zona da Mata de Minas Gerais reuniu condições, definidas por sua organização estrutural, que permitiram a delimitação do excedente em seu espaço produtivo, o qual, no correr de seu processo específico de acumulação (quando perde as características de mero excedente econômico para assumir as funções de capital), ultrapassa os limites definidos pela esfera produtiva à qual se vinculava para atingir outros setores da economia, principalmente aqueles relacionados ao universo urbano - participando e contribuindo, dessa forma, para a dinamização do movimento de diversificação econômica que caracterizou esta economia a partir do final do século XIX. (Pires, 1993, p.162)

A partir de tais trabalhos, percebemos a importância ímpar que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais obteve durante o período em que esteve em meio ao contexto do café e como a sua própria origem está vinculada ao advento do café. Nesse sentido, algumas questões foram, para nós, norteadoras e nos trouxeram ao trabalho que desenvolvemos a seguir.

Em princípio, nossa ideia era observar o comportamento do Banco em meio às crises que eram recorrentes naquele contexto do final do Império e início da República brasileira. Nesse sentido, buscávamos compreender o caminho percorrido pela instituição durante o contexto da Grande Depressão, em que se deu um divisor de águas para muitas instituições financeiras: umas, foram à falência; outras, se fortaleceram e permaneceram operantes. Assim, num exame muito rápido, percebemos que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais esteve entre as instituições financeiras que sobreviveram a este momento, visto que seu funcionamento se deu entre 1889 e 1997/98, quando foi vendido a outra instituição, ou seja, ele atravessou a conjuntura delicada de 1929 e permaneceu de portas abertas.

Dessa forma, nossos primeiros caminhos foram nessa perspectiva de entender quais foram as ações empreendidas pelo Banco para se manter operante, diferentemente de outras instituições que vieram à falência. Contudo, ao dialogarmos com os trabalhos de Anderson Pires, principalmente, fomos percebendo o impacto que a instituição teve para diversos municípios que estabeleceram relações diretas com ela, seja pela presença de agências ou por meio de investimentos, empréstimos, etc.

A partir disso, passamos a buscar entender essa dinâmica entre o banco e os municípios, procurando elementos que pudessem nos indicar os motivos da expansão empreendida pela instituição, visto que mesmo em meio às crises que marcaram a economia desde a década de 1890, ainda no início de seu funcionamento, elas não foram capazes de barrar a franca expansão de agências no território mineiro. Para isso, cruzamos os dados de relatórios, questionários e anuários para tentar delimitar o perfil dos municípios em que as agências foram fundadas, para verificar a importância - já destacada por outros autores como Pires e Croce - da instituição para a região.

Em suma, traçar os perfis dos municípios mineiros que estiveram presentes nas principais ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nos ajuda a compreender ainda mais o caráter da economia da região, entendendo até que ponto o café e as demandas advindas de seu empreendimento delimitaram o comportamento das instituições, em nosso caso do Banco citado anteriormente.

CAPÍTULO 1

1 - O nascimento de uma nova era agrícola: o café no Brasil

A economia brasileira é um tema que possui alguns pressupostos muito conhecidos por aqueles que se debruçam a estudar suas nuances e também por alguns que estão fora desse contexto, pois suas temáticas extrapolam os limites acadêmicos. Um desses pressupostos diz respeito à dinâmica agroexportadora na qual o Brasil atribuiu papel central à sua economia. Um país cujo papel, durante algum tempo, se destinou à produção de matérias-primas para a exportação.

Dessa forma, abordar um período inserido no contexto da Primeira República, nos leva justamente por esses caminhos em que precisamos lembrar esse cenário a fim de delimitarmos os percursos que desejamos trabalhar a partir de tal recorte.

O Brasil possuía esse caráter estritamente vinculado às necessidades da economia agroexportadora e, embora o desenvolvimento que o país alcançasse estando nesse lugar “periférico” em relação aos países europeus, por exemplo, não tenha sido igual, é evidente que, ainda assim, houve um grande desenvolvimento e expansão econômica. De acordo com Caio Prado Júnior

[...] encontramos o grande incremento adquirido pelo comércio internacional; era o fruto do considerável desenvolvimento da população europeia e norte-americana em particular, da ascensão do seu nível de vida, da industrialização e, finalmente, do aperfeiçoamento técnico, tanto material - os sistemas de transporte - como da organização do tráfico mercantil e financeiro. E tudo isso condicionado e estimulado pelo amplo liberalismo econômico que proporcionava a todos os países e povos da terra uma igual e equitativa oportunidade comercial. Como resultado disso, *alargavam-se os mercados para as matérias primas e os gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil.* (Prado Jr, 2012, p. 207. Grifo nosso)

Podemos citar alguns produtos que fizeram parte de forma mais significativa dessa economia exportadora brasileira, como: açúcar, borracha, cacau e o café. No entanto, o café foi o principal produto agrícola exportado pelo Brasil a partir da terceira década do século XIX. Portanto, essa dinâmica cafeeira não se restringiu apenas ao contexto republicano, mas veio desde o Império.

De acordo com Celso Furtado, após a decadência da economia pautada no açúcar (em vista de influências do mercado externo, como o açúcar proveniente das beterrabas para o mercado europeu, além do abastecimento vindo as colônias antilhanas; nos EUA via-se a expansão das relações comerciais com Cuba que era facilitada pela proximidade territorial) e também da cultura do algodão que possuía uma relevância significativa nessa dinâmica de exportação, mas que sofreu com revés - por conta da grande produção existente no sul dos

Estados Unidos - a posição do Brasil frente ao mercado foi prejudicada e só voltou a ter impacto após a Guerra de Secessão.

Dessa forma, para Furtado, foi essencial que o país encontrasse outro produto que possibilitasse a sua recolocação no mercado internacional, afinal, o Brasil era dependente desse comércio agroexportador, pois a industrialização que ainda possuía um caráter incipiente e o mercado interno reduzido não eram suficientes para o desenvolvimento estatal.

Nesse sentido, o café começa a despontar como o produto que traria essa posição privilegiada do país e que possibilitaria uma melhora nas condições financeiras. O café possuía um caráter relativamente mais barato em relação ao cultivo da cana de açúcar, além de demandar poucas ferramentas e máquinas, podendo se utilizar das ferramentas produzidas pelos próprios agricultores. Além disso, o Brasil dispunha da principal característica importante para o cultivo de café que era a abundância de terras produtivas

Pela metade do século, entretanto, já se definiria a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país. O café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII e se cultivasse por toda a parte para fins de consumo local, *assume importância comercial* no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causada pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa no Haiti. (Furtado, 2007, p. 168. Grifo nosso)

Vê-se, a partir disso, o surgimento de uma nova fase para a economia agroexportadora brasileira que vai delimitar várias décadas posteriores. A posição do Brasil frente ao comércio internacional não se altera: o país continua sendo exportador de matéria-prima e produtos agrícolas, no entanto, há uma mudança a respeito do principal produto a ser exportado. Isso traz mudanças significativas e estruturais para a conjuntura brasileira, pois o café alcança um monopólio de interesses e ações que possibilitaram a sua expansão, causando uma dependência econômica significativa.

Se durante algumas décadas o açúcar e o algodão ocuparam um protagonismo econômico, de acordo com Celso Furtado, o café transformou isso de forma ligeira contribuindo de forma muito significativa logo no início em que o seu plantio se transformou em produto comercial. De acordo com o autor, entre 1822-1832 o café alcançou taxas de 18% nas exportações brasileiras, ocupando o terceiro lugar, atrás apenas do açúcar e do algodão. No entanto, no decênio posterior, as importações do café saltaram para 40%, tornando o grão o principal produto de exportação brasileiro.

Para além disso, podemos ver pelo quadro abaixo qual era a proporção de participação nas exportações brasileiras e quais foram os principais produtos a comporem esse cenário de economia agroexportadora de um período que vai do último ano do período colonial (1821)

até os primeiros anos da República (1900), reforçando, também, a importância do setor agrícola para a economia em questão

Quadro 1 - Exportação de mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821-30	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-40	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-50	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-60	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-70	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-80	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-90	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891	95,6	64,5	6,0	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio Exterior do Brasil, nº 1, c. e. e. nº 12-a, do Serviço de Estatística Econômica e Ministério do Ministério da Fazenda, em Hélio Schlitter Silva, Tendências e características gerais do comércio exterior no século XIX, Revista de História da Economia Brasileira, ano 1, jun. 1953, p. 08. apud Fausto, 1994, p. 191.

O surgimento dessa economia voltada ao café tem o seu pontapé ainda durante o Brasil Império e se estende por quase um século. Se atribuírmos o período de 1831-40 como sendo o ponto de partida do protagonismo do café, veremos a sua forte influência na conjuntura brasileira até meados de 1930, ou seja, quase um século em que a economia esteve fortemente atrelada aos interesses da cafeicultura. Nesse sentido, o café pôde se estabelecer em um cenário que já era favorável para a agricultura e o grão passou a ocupar o protagonismo que durante muito tempo pertenceu principalmente ao açúcar.

Neste momento em que o café passou a ocupar uma posição de destaque, vimos emergir um complexo cafeeiro que era responsável pela produção do grão no país. A região sudeste ocupava esse lugar de acentuada importância econômica e os principais estados da região responsáveis pela produção do café eram: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais - havia cultivo no estado do Espírito Santo também, mas sua participação em relação aos demais estados era inferior. No Quadro 2, na próxima seção, poderá se ter uma ideia do volume de café destinado à exportação entre 1876 a 1930 na região destacada neste parágrafo

1.1 - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: o grande complexo cafeeiro brasileiro.

Como foi dito no último parágrafo do tópico anterior, os estados da região sudeste do Brasil desempenharam papel central no que diz respeito à cafeicultura e o desenvolvimento da economia agroexportadora do café no país. O Quadro 2 nos fornece dados muito interessantes sobre esse complexo cafeeiro e quais eram os papéis que cada estado desempenhava nessa dinâmica. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais eram os principais envolvidos nessa conjuntura, no entanto, o estado do Espírito Santo também compunha esse complexo cafeeiro.

Quadro 2 - Produção exportável de café das principais regiões produtoras (1.000 sacas)

MÉDIA ANUAL DO PERÍODO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		MINAS GERAIS		ESPÍRITO SANTO		SOMA	
	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%	VOL.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,0
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	250	4,3	5.764	100,0
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,0
1901-1910	9.252	68,0	995	7,3	2.772	20,4	579	4,3	13.598	100,0
1911-1920	9.303	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,0
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,0

Fonte: (SP, RJ E MG) Taunay, A. de E. e Fraga, C.C. (Dados ajustados aos de Taunay); (E.S.) Rocha E Cossetti. apud Cano, W. Padrões... Op. cit. p.293. Tabela 1

A partir desses dados podemos ter uma melhor compreensão acerca da produção cafeeira nacional e quais foram os principais estados envolvidos nessa dinâmica. Por meio dessas informações, é possível observar que o estado de São Paulo possuía uma porcentagem do volume destinado à exportação de café no período destacado muito acentuado, tendo uma superioridade numérica muito significativa em relação aos demais estados da região, tendo uma participação inferior ao Rio de Janeiro apenas no período entre 1876 e 1890 e superando as taxas da região fluminense de forma vertiginosa após esse recorte.

De acordo com o historiador Anderson Pires, esse grande crescimento observado por meio dos dados, no que diz respeito ao estado de São Paulo, se deu por conta de condições

muito específicas existentes no estado e, ao que tudo indica, inexistentes em outras regiões cafeeiras. Para o historiador, esse crescimento foi possível por conta da grande disponibilidade de fronteiras abertas⁴ que o estado dispunha e isso era de grande importância para a expansão do cultivo do café que tem como uma de suas problemáticas o trato com o solo, sendo uma cultura extremamente desgastante e que demanda muito da terra

A presença de uma fronteira aberta nas dimensões que existiam em São Paulo, inexistente, pelo menos em proporções tão significativas, em qualquer outra região do país no período considerado, seguramente explica este intenso movimento de expansão agroexportadora em São Paulo. (Pires, 1993, p. 97)

Outro fator que nos chama muita atenção é o caráter decrescente dos números do Rio de Janeiro que são muito significativos. Entre 1876 e 1890, o estado ocupou o primeiro lugar no que diz respeito à porcentagem de exportação - mesmo que entre 1881 e 1890 a superioridade em relação a São Paulo fosse de apenas 0,7%. Contudo, nos períodos que se seguem, sua participação nas exportações assume uma postura de constante declínio, sendo ultrapassada, inclusive, pelo Espírito Santo já no último recorte temporal do Quadro 2.

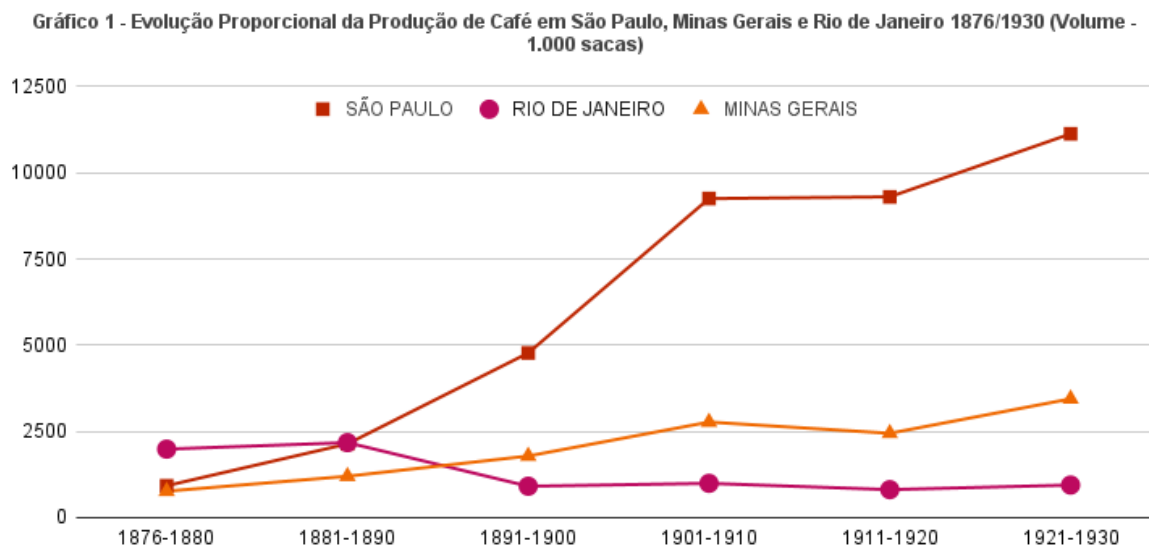
Para Pires, isso vem em decorrência do mesmo motivo que levou São Paulo à grande taxa de exportação, mas no sentido oposto, visto que o estado do Rio de Janeiro não dispunha da possibilidade de expandir sua área de cultivo, além de ter sofrido um grande impacto com a Abolição

Em segundo lugar, [...] também evidencia um intenso processo de regressão da produção do Rio de Janeiro que das 1.987 mil sacas referentes ao período 1876/80 (correspondentes a 52,2% da produção nacional) cai para 945 mil (5,6% da produção nacional) na década de 1921/30, *demonstrando a decadência da economia agroexportadora do Rio de Janeiro, que pode ser explicada pela exaustão dos solos e, a partir daí, pela sua incapacidade de superar o impacto causado pela abolição da escravidão.* (Pires, 1993, p.97-98. Grifo nosso.)

Por meio do gráfico abaixo, podemos observar, mais uma vez, como se deram essas mudanças de posição entre os principais produtores de café no Brasil - sendo São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Espírito Santo responsáveis por 95% da produção nacional. São Paulo apresenta um crescimento vertiginoso e constante, enquanto que o Rio de Janeiro prefigura o oposto. A respeito de Minas Gerais e sua participação nessa dinâmica agroexportadora, falaremos à frente.

⁴ De acordo com o historiador Anderson José Pires: “Como já tivemos oportunidade de observar, a existência de uma fronteira aberta é fundamental, nos termos da lógica do sistema de uso extensivo do solo, para que o próprio sistema, enquanto tal, recrie suas condições de permanência no espaço regional. Na medida em que se trata de um processo de reprodução ampliada relativo a um sistema agrário de natureza extensiva - ou seja, que se realiza pela incorporação de terras e mão de obra - e na medida em que uma de suas condições fundamentais se vê crescentemente limitada - a disponibilidade de terras, que se reduz à reserva existente no interior das unidades - restringe-se significativamente a capacidade dinâmica do sistema, principalmente se compararmos com áreas de produção agroexportadora nas quais esta restrição ainda não se verificou.” (Pires, 1993, p. 132)

Gráfico 1 - Evolução Proporcional da Produção de Café em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro 1876/1930 (Volume - 1.000 sacas)



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, a partir do trabalho do historiador Anderson Pires em “Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930”, Gráfico 5, p. 98.

A partir desse gráfico, podemos ter uma melhor compreensão acerca desse processo econômico da dinâmica agroexportadora no que tange ao café brasileiro. São Paulo despontando como o maior estado produtor; o Rio de Janeiro que antes ocupava o lugar de protagonista, se vê em franco declínio e Minas Gerais que aumenta sua participação e se mantém de forma constante, com variações mais baixas no que diz respeito à exportação - por alguns fatores que serão trazidos no próximo tópico.

É interessante a percepção que o historiador Anderson Pires desenvolve, a partir do conceito de mosaico mineiro, desenvolvido por John D. Wirth (1982)⁵, indicando que o desenvolvimento de um complexo cafeeiro em Minas Gerais se desenhou de forma singular, por razões que são específicas e presentes na região.

Dessa forma, a Zona da Mata requer uma abordagem diferente e os modelos de análise que se utilizam para São Paulo e Rio de Janeiro como padrões, podem não ser muito significativos para a região mineira por conta dessas particularidades.

De acordo com tal conceito⁶, a província de Minas Gerais apresentava uma dinâmica muito particular em que não havia uma centralização e relação de unidade entre as regiões. Sendo assim, as regiões possuíam um desenvolvimento independente e em momentos

⁵ WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937**. Paz e Terra, 1982.

⁶ Conceito de “mosaico mineiro” que foi desenvolvido pelo historiador John D. Wirth e que abordaremos amplamente no último capítulo deste trabalho.

distintos ao longo da história. O que diferencia das demais províncias nesse momento - São Paulo e Rio de Janeiro - onde o desenvolvimento propiciou uma integração, facilitando, inclusive, o próprio destino de recursos para a cafeicultura, pois o desenvolvimento das províncias estava ligado ao desenvolvimento da economia cafeeira.

No entanto, na província de Minas Gerais isso não aconteceu e mediante tal cenário, o empreendimento da cafeicultura estava restrito, principalmente, à Zona da Mata mineira que acabou se isolando

Por fim, cabe ressaltar o próprio fato da região da zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, uma interseção importantíssima a diferenciar as economias agroexportadoras aqui em referência, na medida em que vão se submeter a um universo significativamente distinto que faz referência aos instrumentais e sentido da política econômica dos governos provinciais/estaduais, principalmente se tivermos em mente a autonomia destes com o advento da República e a sua importância diante do contexto de crise do sistema escravista e expansão capitalista: o acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor exportador, política de valorização do café etc. Ressalte-se o fato de que a condução destes instrumentos de política econômica por parte dos governos estaduais vai depender de uma delicada conjugação e articulação dos interesses dos vários setores sociais presentes na órbita do poder estadual, tornando singular o caso de Minas Gerais dada a complexidade e diversidade econômica do “mosaico mineiro”, com a conseqüente reafirmação de setores sociais não necessariamente identificados com os interesses agroexportadores e que, invariavelmente, predominavam no núcleo do poder estadual. A partir desta situação é que se pode compreender completamente as particularidades do “complexo agroexportador mineiro”. Ao contrário dos núcleos de produção do Rio de Janeiro e São Paulo, o espaço onde se desenvolveu a cafeicultura em Minas não foi capaz de “homogeneizar” o conjunto do território do estado, fazendo com que o núcleo de seu aparelho político-administrativo se apresentasse “deslocado” do espaço principal onde se desenvolveu a cafeicultura mineira. Os complexos cafeeiros que se desenvolveram no Rio de Janeiro e em São Paulo se fundamentaram em pólos urbanos que centralizavam as funções de diversificação urbano-industrial com o núcleo do poder e do aparelho político-administrativo dos respectivos estados. Configurou-se, assim, uma convergência de forças decorrentes da própria diversificação do capital cafeeiro (desenvolvimento do setor comercial de exportação e importação, do sistema financeiro, do setor industrial, etc.) com a atuação e presença do aparelho de estado, fundamental para a mesma diversificação econômica, a partir da identidade de suas elites, com seu corpo de funcionários públicos, ampliação e diversificação dos mercados consumidores urbanos, participação na construção da infra-estrutura, entre outros. O resultado foi um desenvolvimento urbano de enormes proporções que acaba por resultar no surgimento das duas maiores metrópoles que o país conheceu no período. (Pires, 2004, p.25-26)

Dessa forma, mediante todo esse cenário diferenciado que a Zona da Mata mineira se encontrava, é extremamente significativo o seu desenvolvimento econômico e apenas as análises regionais, em que se leva em conta as particularidades do local, podem proporcionar uma observação mais atenta acerca das diferentes conjunturas que se desenvolveram, não sendo restrita apenas a Minas Gerais, mas sendo pertinente a qualquer análise que tenha como objetivo compreender uma dinâmica que se afaste de grandes centros.

1.2 - O desenvolvimento do café na Zona da Mata mineira

De acordo com o historiador Anderson Pires, quando se fala sobre a região da Zona da Mata mineira e o café

Estamos, portanto, entre uma das principais regiões cafeeiras do mundo (se fizermos a proporção com países isolados), o que lhe garante uma posição bastante singular na distribuição mundial da oferta no período aqui considerado. Acrescentando o valor da “commodities”, podemos imaginar a quantidade de recursos que esta economia conseguiu mobilizar. É de se lamentar, perante um quadro como este, o descaso com que a economia do café de Minas tem sido considerada por parte da historiografia do país e aquela que tem sido produzida pelos próprios historiadores de Minas Gerais. A dinâmica de sua produção e a proporção que esta assumiu no contexto internacional lhe confere o papel de base produtiva de uma das mais importantes cadeias de mercadoria que se organizou no país, e se pensada como um espaço próprio, crivado por contradições e assimetrias decorrentes da natureza externa de sua produção e sua restrição a um espaço interiorano (aqui tomadas como especificidades) se colocará como uma realidade histórica única na compreensão geral das economias agroexportadoras e da própria forma como se deu a consolidação capitalista no Brasil. (Pires, 2007, p.17)

Para demonstrar tal cenário, temos a seguinte amostra de dados

Quadro 3 - Produção média de café de Minas Gerais com algumas das principais regiões do mundo (1851-1924 - em milhares de toneladas)

Quinquênio	Produção da América Central e México ⁷	Produção do Caribe ⁸	Produção da América do Sul ⁹	Produção de Minas Gerais ¹⁰
1881-1885	54.84	48.12	44.64	65.06
1886-1890	48.61	50.96	48.86	80.19
1891-1896	72.86	51.90	64.87	81.73
1896-1900	90.93	42.47	80.66	122.96
1901-1905	114.28	37.06	80.77	153.61
1906-1910	129.48	35.02	82.88	157.69
1911-1915	129.79	40.82	120.56	124.86
1916-1920	122.87	41.11	141.46	152.43
1921-1925	157.21	44.56	190.22	183.23

Fonte: Para Minas Gerais : Alvim (1929), p. 73-105. apud Giroletti (1976), p. 155. OBS: Para 1855/59 “a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado”. Para a Colômbia: Topick e Samper (2003). Anexo estatístico. apud Pires, 2007, p. 17

⁷ Inclui: Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e México.

⁸ Inclui: Haiti, Jamaica e Porto Rico.

⁹ Exclui a produção brasileira.

¹⁰ Quinquênios contados entre 1880-1884 e assim sucessivamente; último ano para 1924.

A partir dos dados apresentados no Quadro 3, podemos observar que a produção mineira, em relação às outras regiões que foram colocadas nessa amostra de dados, apresentou números inferiores a outra apenas em dois momentos, entre 1911-1915 e 1921-1925, pode-se inferir que isso seja por conta de momentos de instabilidade comercial e as crises no preço do café de superprodução na qual o Brasil passava de forma sistemática, levando à frequente necessidade de se desenvolver maneiras de amenizar os impactos que essas instabilidades geraram, como o Convênio de Taubaté, por exemplo.

Todavia, fica evidente que a produção de Minas Gerais era, de fato, muito significativa e, embora não se aproximasse da que era empreendida em São Paulo, contribuiu de forma contundente à economia nacional e internacional.

A província possuía extensões territoriais abundantes e suas regiões se desenvolviam de forma distintas e desconexas. Por exemplo, a Zona da Mata é irrelevante economicamente quando se pensa em Minas Gerais antes do século XIX, pois as atenções e o desenvolvimento estavam restritos a outras regiões.

Além disso, o acesso a essas áreas se tornava difícil, pois não havia uma estrutura viária que pudesse facilitar esse fluxo. Por um lado, isso era positivo porque dificultava o contrabando de ouro para a região localizada ao sul da província. No entanto, também dificultava a conexão entre as regiões. Nas palavras de Anderson Pires

Até o início do século XIX a região da Zona da Mata mineira permanece anecumênica e sem história. Por um lado, a cobertura vegetal densa e contínua que marcava a região na época - e que veio lhe dar o nome - dificultava a sua ocupação e, por outro lado, constituía, até certo ponto, interesse da coroa portuguesa o isolamento da região, que servia como uma verdadeira barreira natural impedindo os descaminhos do ouro, a grande riqueza da colônia durante todo o século XVIII. (Pires, 1993, p.35)

A partir dos anos de 1840, o café passa a ocupar uma posição privilegiada no cenário econômico brasileiro. Dessa forma, Minas Gerais passa a se interessar pelo cultivo e vê nesse processo a possibilidade de recuperar a robustez econômica. Nesse sentido, a cafeicultura surge como uma possibilidade, pois proporciona a expansão das relações entre as regiões mineiras e o desenvolvimento de sistemas de deslocamento e transporte. Para o historiador Anderson Pires

Em grande parte esta expansão produtiva da cafeicultura em Minas Gerais é resultado da elevação dos preços do produto, no início do século XIX, que garantiu uma grande lucratividade à produção, aliada à disponibilidade de terras - passando pelo crivo do Estado através da concessão de sesmarias - e dos recursos disponíveis pela decadência da economia aurífera. Em outras palavras, no contexto do início do século XIX, dada a conjuntura favorável dos preços e, portanto, dos lucros, a cafeicultura se colocava como a atividade econômica mais atrativa para a aplicação dos recursos originados no ciclo do ouro. A eleição da área "sul" da Zona da Mata - Matias Barbosa, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Além Paraíba, etc. - era natural neste

momento, dada a proximidade desta área relativamente à província do Rio, possuindo, portanto, uma posição estratégica para o fluxo de comercialização da produção - fator importante se tivermos em mente as dificuldades de transporte no período - além, é claro, de oferecer, como toda a Zona da Mata, condições naturais bastante favoráveis para o cultivo do café. (Pires, 1993, p.80)

Consideramos importante salientar que não foi a expansão cafeeira ou o desenvolvimento da cafeicultura em Minas Gerais que trouxeram os primeiros registros de ocupação humana na região da Zona da Mata mineira, pois o Caminho Novo foi uma construção extremamente importante que possibilitou e facilitou o comércio entre as minas e o Rio de Janeiro, sendo construído por ordem da Coroa.

Portanto, é uma estrada antiga e que trouxe consigo as primeiras ocupações que tinham como atividade econômica principal o plantio de alimentos para a própria subsistência e para os viajantes que compreendiam um número significativo e constante, além de oferecerem locais para que esses viajantes pousassem após longas viagens. Ademais, a Coroa empreendia uma fiscalização muito acentuada no que diz respeito ao ouro e para isso instalou diversos registros ao longo do Caminho Novo a fim de se colocar a par de toda a movimentação do comércio aurífero que escoava por meio deste caminho

A presença do Caminho Novo foi fundamental para a fase inicial do processo de ocupação da Zona da Mata. Será ao longo de seu traçado que surgirão vários ranchos e pousos, visando atender o tráfego das tropas pelo caminho com estadia e alimentação, invariavelmente com produção própria já que estes ranchos regularmente eram acompanhados com “roças” de produção agrícola variada e criação de animais. Além disso, a severa fiscalização da Coroa impôs a construção de vários “registros”, visando sempre o controle do fluxo aurífero. Tanto os “ranchos” quanto os “registros” foram o ponto de partida de várias aglomerações que posteriormente evoluíram para vilas e cidades. (Pires, 1993, p.36)

A partir desse panorama geral, podemos compreender como se iniciou o processo de expansão cafeeira em Minas Gerais. Levando em consideração o papel de grande importância que o café passou a ocupar na economia do então Império, Minas Gerais enxerga no café a possibilidade de alavancar sua economia novamente, se colocando em meio a esse complexo cafeeiro que contava, principalmente, com Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com Pires, a região que se despontou inicialmente, entre 1860 e 1870, como centro cafeeiro de Minas Gerais foi o sul da Zona da Mata que compreendia os municípios que eram “contemplados” pela malha férrea que conectava ao Rio de Janeiro, que são os municípios de Mar de Espanha, Além Paraíba, Juiz de Fora, Leopoldina, Cataguases, entre outros. No entanto, por mais que esses municípios fossem tangenciados pela malha férrea, o sistema viário em Minas Gerais era extremamente precário e esse foi um grande empecilho

para o maior desenvolvimento da região, pois a produção era muito significativa, mas não havia maneiras para escoar tal produção

Os produtos mais valiosos da província, como o café, o açúcar e o tabaco, não haviam deixado de prosperar, porque a fertilidade do solo remunerava exuberantemente os cultivadores, mas, sua exportação não era tão considerável como poderia ser, pela dificuldade, e carestia de transportes, tornando muito desfavorável a posição dos fazendeiros de Minas comparativamente aos de outros produtores, clientes da praça do Rio de Janeiro (...) e assim aconteceria enquanto não pudessem estes produtos sustentar a concorrência naquele mercado com gêneros iguais de outras províncias. (Taunay apud Pires, 1993, p.106)

Neste primeiro momento de desenvolvimento da economia cafeeira, a região mais ao sul da Zona da Mata ocupou esse lugar de protagonismo e, levando em consideração a presença massiva de população escravizada na região, pode-se dizer que a região mais ao sul prefigura uma posição mais próxima à dinâmica agroexportadora por conta da presença de malha férrea e pela maior proximidade com o Rio de Janeiro¹¹.

No quadro abaixo, podemos ter uma noção da presença acentuada da população de escravizados nos quinze maiores municípios produtores da Zona da Mata no período

Quadro 4 - Distribuição da população escravizada em alguns dos principais municípios produtores de Minas Gerais (1886)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESCRAVIZADA
JUIZ DE FORA	20.905
MAR DE ESPANHA	11.777
LEOPOLDINA	10.905
UBÁ	8.656
ALÉM PARAÍBA	8.029
POMBA	6.029
RIO PRETO	5.410
MURIAÉ	5.326
CATAGUASES	4.955
PONTE NOVA	4.732
SÃO JOÃO NEPOMUCENO	4.125
RIO NOVO	3.662
VIÇOSA	3.042

¹¹ PIRES, op. cit, p.108

CARANGOLA	2.127
RIO BRANCO	1.908
TOTAL	101.588

Fonte: Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais - 1886 apud PIRES, op. cit, p. 102

A partir dos anos de 1880 e 1890, por conta da expansão da malha férrea, vemos a região mais ao norte da Zona da Mata integrando essa dinâmica cafeeira. Sendo assim, os municípios de Muriaé, Ponte Nova, Carangola, Manhuaçu, entre outros, passaram a participar dessa atividade econômica que teve uma importância significativa para Minas Gerais.

Vemos então uma integração entre o sul e o norte da região da Zona da Mata mineira. Posteriormente, a região nordeste e outras partes do estado também compuseram o complexo cafeeiro mineiro, pois, como já dissemos anteriormente, a expansão da plantação é essencial para a manutenção da cafeicultura porque a exaustão dos solos é algo presente e, como bem explicita Anderson Pires, a expansão das fronteiras é fundamental para a cultura do café.

Para além da região da Zona da Mata, a região Sul de Minas também direcionava parte de suas terras para o plantio do café. De acordo com Pires

A distribuição regional da produção cafeeira e sua evolução no período desta pesquisa constitui um aspecto fundamental de qualquer análise do processo de desenvolvimento da economia agroexportadora do estado, realizada, até agora, abstraindo as características específicas da evolução da produção das principais regiões cafeeiras de Minas Gerais. Ao que tudo indica, as regiões da Zona da Mata e do Sul de Minas vão representar quase a totalidade da produção mineira de café, durante todo o correr do século XIX e o início do século XX, o que, em parte, se explica tanto pelo processo de expansão da cultura pelo estado quanto pela existência de melhores condições naturais para a cafeicultura nestas regiões. Ainda no final do período desta pesquisa, na segunda metade da década de 1920, com a cultura consolidada na maior parte das regiões produtoras, a produção destas duas regiões corresponde a aproximadamente 86% do total da produção do estado, restando às outras regiões - Triângulo, Centro e Norte - cerca de 14% deste mesmo total. (Pires, 1993, p. 102)

De acordo com Alexandre Macchione Saes e Fábio Francisco de Almeida Castilho (2013), os municípios da região da Zona da Mata e do Sul de Minas possuíam características semelhantes, mas a dinâmica do plantio de café se diferenciava de alguma forma e isso poderia dar algumas respostas acerca da diferença numérica que existiu entre as produções de café nessas regiões

Em suma, dentro do complexo cafeeiro, e de uma economia agrário exportadora, o Sul de Minas passou a ser procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território. Mas não só: permaneceu como região importante de abastecimento para o mercado interno que crescia com a economia cafeeira. No sentido de complexo cafeeiro de Wilson Cano, no Sul de Minas foi se formando uma estrutura próxima a leitura de um complexo cafeeiro, mas ao que parece a estrutura produtiva sustentaria um perfil particular, com cidades reforçando seu papel herdado

do passado colonial, como centro produtores de mercadorias voltadas ao mercado interno. (Saes; Castilho, 2013, p.18)

Dessa forma, fica indicado que a estrutura formada na Zona da Mata mineira privilegiava essa economia destinada à exportação em detrimento do abastecimento interno, o que difere da dinâmica do Sul de Minas que possuía uma maior diversidade no que diz respeito aos produtos presentes na economia regional. Saes e Castilho trazem diversos dados que corroboram com tal cenário e apontam quais produtos dividiram as atenções com o café, de alguma maneira.

Quadro 5 - Produtos exportados pelo Sul de Minas (Libras esterlinas, média anual)

GÊNERO	FRONTEIRA SUDOESTE			FRONTEIRA SUL-EXTREMO		
	1866-70	1871-78	1881-84	1866-70	1871-78	1881-84
Café	2.560	6.592	74.353	24.655	40.548	49.626
Toucinho	4.697	7.303	1.663	64.735	107.202	51.985
Fumo	2.900	12.595	1.145	125.157	211.334	91.618
Gado Suíno	1.719	3.746	1.874	30.928	46.346	29.768
Gado Vacum	925	3.180	578	138.344	222.498	227.848
Total	15.138	35.488	80.525	418.930	676.707	466.984

Fonte: Saes, Castilho. CORTANDO A MANTIQUEIRA: ENTRE CAFÉ E ABASTECIMENTO NO SUL DE MINAS (1880-1920), 2013, p.11

Quadro 6 - Participação por produtos exportados pelo Sul de Minas (média anual)

GÊNERO	FRONTEIRA SUDOESTE			FRONTEIRA SUL-EXTREMO		
	1866-70	1871-78	1881-84	1866-70	1871-78	1881-84
Café (kg)	78.540	122.413	2.203.589	751.729	725.908	1.475.778
Toucinho (kg)	136.684	151.477	46.155	1.906.380	2.253.172	1.446.605
Fumo (kg)	87.755	189.257	35.022	3.770.214	3.858.166	2.361.794
Gado Suíno (kg)	1.543	2.387	1.430	28.527	29.311	22.694
Gado Vacum (kg)	400	952	223	58.846	66.354	88.165

Fonte: Ver Quadro 5.

Nas primeiras décadas do século XIX, a produção de café na Zona da Mata mineira era infinitamente superior em relação à produção no Sul de Minas. No quadro abaixo

conseguimos ter um panorama acerca dessa relevância acentuada da produção da Mata mineira.

Quadro 7 - Participação da produção cafeeira da Zona da Mata na produção do estado de Minas Gerais (períodos selecionados)

PERÍODO	MINAS GERAIS	ZONA DA MATA	%
1847/1848	745.381	743.707	99.77
1850/1851	900.264	898.184	99.76
1886	5.776.866	4.316.067	74.71
1888	5.047.600	4.433.800	87.83
1903/1904	9.404.136	5.993.425	63.73
1926	12.793.977	9.105.543	71.17

Fonte: Pires, Café, finanças e bancos..., p. 08

Dessa forma, fica evidente a predominância da região da Zona da Mata mineira no que tange à produção cafeeira do estado. Durante as décadas em que a cafeicultura iniciou, se instalou e prosperou no Brasil, ou seja, a partir de 1840 até meados de 1920, a Zona da Mata mineira foi a maior responsável pela produção de café em Minas Gerais, como ficou destacado no Quadro 7. Se realizarmos uma média simples entre os valores da coluna de porcentagem do Quadro 7, chegaremos a 82%, ou seja, entre 1847 e 1926, a Zona da Mata mineira foi responsável por 82% da produção cafeeira do estado. Assim, a sua relevância é evidente.

Contudo, como já foi explicitado anteriormente, o cultivo do café requer a expansão das fronteiras, das terras e do solo. Sendo assim, embora a Zona da Mata tivesse uma disponibilidade de terras muito significativa, a partir da década de 1920, a região entra num processo de afastamento dessa economia agroexportadora e passa a destinar sua economia para uma maior diversificação, se atentando a outros setores, como o industrial, o de serviços, entre outros. Ainda de acordo com o historiador Anderson Pires

Antes de avançarmos a análise, convém que se esclareçam duas questões importantes. A primeira diz respeito ao fato de que a forma como se deu a transição na Zona da Mata não vai se vincular, necessariamente, com um estado de estagnação ou decadência absoluta da produção agroexportadora - como quer a produção historiográfica recente. O fechamento da fronteira no final do século XIX, ao limitar significativamente a demanda de mão de obra no setor agroexportador, permite que a reorganização do processo de trabalho se efetive a partir de condições endógenas, sem, necessariamente, vale repetir, implicar a curto prazo em estagnação da

economia cafeeira da região - cuja produção, pelo contrário, possui um comportamento ascendente durante todo o período. (Pires, 1993, p.133)

Mediante essa diminuição na participação da Mata mineira na produção cafeeira, percebe-se a ascensão do Sul de Minas nesse aspecto. De acordo com Saes e Castilho

Apesar de um volume de exportações total ainda menor do que a região da Zona da Mata – que continuava respondendo na década de 1920 por quase 70% do café mineiro –, o perfil dos maiores municípios “cafeicultores” nas duas regiões era semelhante. Em comum, estes municípios reservavam cerca de 75% de suas áreas cultivadas para a produção de café, criando quase uma especialização do campo para o produto exportador. Por outro lado, na comparação entre os cinco maiores municípios produtores de café da Zona da Mata e do Sul de Minas, o que salta aos olhos é que mesmo com metade dos habitantes, os municípios do Sul de Minas conseguiam manter um volume de produção de café muito próximo daquele da Zona da Mata. (Saes; Castilho, 2013, p.14-15)

Quadro 8 - Os 5 maiores municípios cafeeiros do Sul de Minas, 1920

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA TOTAL CULTIVADA (HEC)	ÁREA OCUPADA COM CAFÉ	PÉS DE CAFÉ (MIL)
Monte Santo de Minas	30.570	27.241	21.670	16.252
São Sebastião do Paraíso	37.537	23.046	19.653	14.739
Jacutinga	20.615	14.603	11.084	8.313
Machado	29.357	14.569	10.127	7.595
Guaranésia	25.135	12.724	10.024	7.310
TOTAL	1.057.734	399.178	158.066	118.689

Fonte: MINAS GERAIS. Minas segundo o recenseamento de 1920. Belo Horizonte: Secretaria da Agricultura, 1924. apud Saes e Castilho, 2013

Quadro 9 - Os 5 maiores municípios cafeeiros da Zona da Mata, 1920

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ÁREA TOTAL CULTIVADA (HEC)	ÁREA OCUPADA COM CAFÉ	PÉS DE CAFÉ (MIL)
Carangola	86.675	45.090	32.021	24.016
Cataguases	62.206	33.370	24.088	18.055
Juiz de Fora	118.166	36.179	23.320	17.489
Muriaé	69.943	28.853	21.225	15.918
Ponte Nova	62.666	36.180	19.999	13.499

Fonte: Pires, Café, finanças e bancos..., p. 76 (modificado) apud Saes e Castilho, 2013

A partir dos dados apresentados nos Quadros 8 e 9, podemos perceber que sim, a Zona da Mata mineira possuía uma participação maior levando em conta os elementos levantados pelas quadros: a) População; b) Área total cultivada (HEC); c) Área ocupada com o café e d) Pés de café (MIL). No entanto, levando em consideração os tamanhos das propriedades agrícolas e o equivalente produzido a partir disso, os números do Sul de Minas são condizentes com a sua dinâmica. E, como Saes e Castilho indicam, a economia do Sul de Minas não girava em torno exclusivamente da dinâmica agroexportadora, logo, seu desempenho em relação ao café seria diferente do que foi empreendido na Mata mineira.

É interessante observar esse dinamismo na economia cafeeira, pois no estado de São Paulo vemos um movimento em que aos poucos a região que havia impulsionado a economia cafeeira, o Vale do Paraíba, vai sendo substituída pelo chamado “Oeste Paulista” que passa a ocupar a posição de destaque na produção do grão, elevando de forma vertiginosa as estatísticas referentes ao estado e ao Brasil

Durante a segunda metade do século XIX, e em especial na última década, o oeste paulista suplanta a produção do Vale do Paraíba. O artigo indica que houve avanços no que se refere à produtividade dos cafezais do oeste paulista. As causas desse processo estão na resolução dos estrangulamentos que aumentaram os custos das lavouras do Vale do Paraíba. Essas limitações foram debeladas por meio dos investimentos em estradas de ferro, pela política de imigração e de crédito e pela descentralização administrativa a partir da instauração da República. (Ribeiro, 2011, p.91)

Logicamente que o nosso intuito aqui não é o de comparar as produções entre São Paulo e Minas Gerais, pois a participação dos dois estados nessa conjuntura são muito distintas, o que não torna o estudo sobre as regiões mineiras insignificantes. Entendemos a importância que estudos regionais possuem para a construção das análises econômicas, pois podem desconstruir grandes modelos explicativos, elucidando regiões singulares que desempenharam sua própria importância de maneiras diferentes das que foram empreendidas nos grandes centros.

Por fim, consideramos pertinente apresentar alguns dados que indicam o volume da produção mineira de café nos períodos destacados para termos um entendimento mais apurado, entendendo que a produção de Minas Gerais não se colocava páreo a páreo com a de São Paulo, mas que desempenhou papel crucial na economia do estado e proporcionou o desenvolvimento de seu próprio sistema financeiro, pois o café não demanda apenas uma quantidade significativa de terras, mas depende de muito investimento e capital, o que será abordado nos próximos capítulos.

Quadro 10 - Média quinquenal da produção de café Minas Gerais 1850/1924 (em arrobas)

QUINQUÊNIO	PRODUÇÃO DE CAFÉ	ÍNDICE
1851/54	711.732	100.0
1855/59	809.780	144.0
1860/64	1.150.152	161.5
1865/69	1.973.591	277.0
1870/74	2.313.954	325.0
1875/79	2.797.420	393.0
1880/84	4.444.583	624.0
1885/89	5.477.724	769.6
1890/94	5.583.195	784.0
1895/99	8.399.271	1.180.0
1900/04	10.492.749	1.474.0
1905/09	10.791.373	1.516.0
1910/14	8.529.278	1.198.0
1915/19	10.412.385	1.463.0
1920/24	12.519.504	1.759.0

Fonte: Alvim, A. “Confrontos e Deduções” IN: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927). Belo Horizonte. Imp. Oficial, 1929, pp. 73-105. apud Giroletti, D. “A Industrialização...” op. cit. p. 155. OBS: Para 1855/59 “a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado”

Os dados apresentados acima indicam a tendência de crescimento da produção cafeeira em Minas Gerais, tendo apenas alguns momentos muito pontuais em que essa produção esteve em estagnação ou queda. De acordo com o historiador Anderson Pires, o primeiro momento de estagnação se deu por conta da Abolição que foi uma transformação muito significativa no que diz respeito à mão de obra. Em um segundo momento, observa-se a diminuição dos números que se deu em decorrência da crise no preço do café que aconteceu entre 1898 e 1910. Todavia, nos demais quinquênios fica evidenciado que a produção do grão no estado estava em processo crescente e expansivo

Duas observações importantes podem ser feitas em relação aos dados agrupados no quadro de número 18. Em primeiro lugar, estes dados evidenciam uma nítida tendência de expansão da produção de café em Minas Gerais no correr de toda a segunda metade do século XIX e início do século XX. O crescimento da produção do início ao fim do período, ou seja, do quinquênio 1850/54 ao de 1920/24 é da ordem de 1.659%, passando das 711.732 arrobas no primeiro quinquênio para 12.519.504 arrobas no último, demonstrando a existência de um movimento

ascendente da produção agroexportadora do estado de Minas Gerais no correr do período. [...] Em segundo lugar, aqueles mesmos dados demonstram que, pelo menos no que diz respeito à distribuição quinquenal de produção, o movimento ascendente acima verificado ocorreu sem grandes flutuações, evidenciando um comportamento de expansão relativamente constante no período. Ou seja, o movimento de ascensão verificado ocorre sem grandes variações negativas entre os quinquênios, havendo apenas uma tendência à estagnação, com diminuição da expansão, entre os períodos 1885/89 a 1890/94 - causado pelo impacto provocado pela abolição da escravidão - e entre 1900/04 a 1905/09 - provocado, por sua vez, pelo início da crise de preços de 1898/1910; só há registro de variação negativa no quadro 18 e no gráfico 1 entre os quinquênios 1905/09 e 1910/14, a qual pode ser considerada consequência da continuidade da crise dos preços do café acima referida. Como os dois últimos movimentos possuem, além da sequência cronológica, uma mesma origem - a crise de preços de 1898/1910 - podem ser identificados como uma só flutuação (1900/04 a 1910/14), marcada inicialmente por uma desaceleração do crescimento da produção e, num momento posterior, pelo decréscimo desta em termos absolutos. [...] Dessa forma, teríamos em todo o período aqui delimitado, fundamentalmente duas "flutuações" na evolução da produção agroexportadora do estado de Minas Gerais: uma primeira, marcada apenas por uma desaceleração do crescimento da produção e que foi determinada pelo fim da escravidão; e uma segunda, mais aguda, já que implicou em queda da produção e possui uma duração bem mais longa, provocada pelo igualmente longo movimento descendente dos preços do café do início do século XX¹¹³. Ambos os movimentos merecem uma análise mais detida. (Pires, 199, p. 81-83)

Por fim, consideramos indispensável trazer os dados que se referem à atividade agroexportadora em Minas Gerais, pois esse grande volume de produção precisava escoar para algum lugar e por meio do quadro a seguir poderemos ter uma compreensão mais evidente acerca das estatísticas desse movimento de exportação que era indissociável da economia cafeeira.

Quadro 11 - Exportação mineira de café 1888/1927

ANO	QUANTIDADE		PREÇO MÉDIO POR ARROBA		VALOR OFICIAL	
	MIL ARROBAS	ÍNDICE	RÉIS	ÍNDICE	CONTOS DE RÉIS	ÍNDICE
1888	5.048	100	7\$491	100	40.198	100
1889	4.630	92	7\$710	103	38.185	95
1890	3.884	77	9\$292	124	40.894	102
1891	6.329	125	13\$222	177	87.059	217
1892	6.480	128	15\$523	207	101.969	254
1893	5.253	104	21\$309	284	90.029	224
1894	5.970	118	22\$374	299	118.938	296
1895	6.735	133	20\$212	270	143.351	357

1896	7.207	143	19\$438	259	153.737	282
1897	10.262	203	13\$888	185	137.758	343
1898	8.777	174	12\$562	188	106.038	281
1899	9.016	179	12\$051	161	119.489	297
1900	8.916	137	13\$225	1177	87.958	2119
1901	12.548	249	6\$525	114	97.612	243
1902	11.875	235	7\$553	101	83.361	207
1903	12.485	247	7\$508	100	77.892	193
1904	8.840	171	9\$547	127	80.350	200
1905	8.024	159	10\$717	143	58.238	145
1906	11.586	230	7\$284	97	88.336	170
1907	13.312	264	7\$232	97	61.251	152
1908	9.890	196	7\$273	97	51.922	128
1909	11.115	220	7\$908	106	70.243	175
1910	7.967	158	9\$911	132	60.020	149
1911	8.817	135	13\$469	180	78.212	1195
1912	8.875	176	14\$452	193	111.828	278
1913	10.112	200	11\$526	154	103.138	257
1914	8.876	176	9\$754	130	88.211	170
1915	11.702	232	9\$092	121	105.808	263
1916	9.381	166	11\$297	151	90.058	224
1917	9.373	188	10\$377	139	84.355	210
1918	8.313	165	11\$863	158	76.881	189
1919	10.263	203	33\$652	316	189.808	472
1920	11.070	219	18\$676	249	166.218	413
1921	14.600	289	20\$598	275	240.894	599
1922	11.993	238	29\$674	398	269.816	671
1923	11.036	218	38\$720	490	338.429	644
1924	13.896	275	51\$463	667	508.602	1.285
1925	11.422	228	53\$782	718	565.406	1.407

1926	12.111	240	44\$802	599	441.279	1.098
1927	14.604*	289				
1928	13.535	268*				
1929	15.908	315*				

Fonte: Alvim, Álvaro. "Confrontos e Deduções" IN: Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), B.H., Imprensa Oficial. 1929, pp. 80/66. apud Pires, op. cit. p. 77

* Relatório do Secretário das Finanças de Minas Gerais em 1929. OBS: O valor oficial da produção anotado na pauta de exportação para a cobrança de imposto varia de 60 a 75% do valor real.

A partir de tais dados, o historiador Anderson Pires aponta alguns aspectos que influenciaram determinadas mudanças no desempenho da exportação do café na região e na própria economia no geral. Segundo ele, os elementos são, em primeiro lugar: a Abolição que, embora tenha sido superada de forma muito robusta e ágil pela Zona da Mata mineira, influenciou na velocidade de produção porque com a baixa na mão de obra, a produção acabou diminuindo, como resultado de um processo inevitável e natural, visto que a mão de obra abundante é indispensável para o desenvolvimento da cafeicultura naquele contexto. No entanto, como dito anteriormente, a região acabou por superar essa defasagem na força de trabalho e voltou a aumentar a produção.

Outro fator levantado pelo historiador diz respeito à conjuntura do Encilhamento que provocou uma instabilidade muito grande na taxa cambial do país o que levou o câmbio à uma defasagem que fez com que o preço do café despencasse no período

Dessa forma, teríamos em todo o período aqui delimitado, fundamentalmente duas "flutuações" na evolução da produção agroexportadora do estado de Minas Gerais: uma primeira, marcada apenas por uma desaceleração do crescimento da produção e que foi determinada pelo fim da escravidão; e uma segunda, mais aguda, já que implicou em queda da produção e possui uma duração bem mais longa, provocada pelo igualmente longo movimento descendente dos preços do café do início do século XX. Ambos os movimentos merecem uma análise mais detida. [...] Em parte esta recuperação se deve a uma conjuntura altamente favorável dos preços do café iniciada em 1891. A crise do encilhamento, com o processo inflacionário que implicou, provocou uma profunda depreciação cambial e elevou enormemente os preços internos do café, que vão decair até os níveis obtidos na década de 1880 apenas em torno de 1901 já sob o auge da crise dos preços acima referida. Entre 1888 e 1891 a elevação dos preços chega a aproximadamente 50%, passando de 7\$491 para 13\$222, uma elevação significativa para o curto espaço de tempo em que ocorreu, provocando uma abrupta (e providencial) elevação dos lucros, fundamental se tivermos em mente a remuneração monetária do trabalho e a própria monetização do capital de giro das unidades, corolários imediatos da abolição da escravidão. (Pires, 1993, p.83-86).

Em suma, por meio dos dados apresentados ao longo destes dois tópicos, conseguimos ter uma compreensão melhor acerca da dinâmica cafeeira em Minas Gerais, observando o papel que cada região, Zona da Mata e Sul, tiveram em meio à essa conjuntura. Nesse sentido, podemos notar que, embora Minas Gerais nunca tenha ocupado o lugar de principal produtor

do país do período em que essa pesquisa direciona o seu olhar, suas contribuições foram muito significativas. Além disso, com seu crescimento constante e sólido, pôde ocupar a segunda posição na produção nacional, a partir do momento que a região fluminense entrou em processo de decadência cafeeira por conta da exaustão de solos e defasagem de mão de obra por conta da Abolição.

Sendo assim, Minas Gerais assume um papel muito interessante em meio a esse complexo cafeeiro, o que possibilitou o desenvolvimento econômico das principais regiões envolvidas nesse contexto.

1.3 - Juiz de Fora: o centro do sistema financeiro da Zona da Mata mineira

Em um artigo publicado no ano de 2007, o historiador Anderson Pires traz um trecho em que há a presença de um relato de um observador local de Juiz de Fora no ano de 1925, com as seguintes palavras

Quer o leitor uma folha de papel para embrulho? *Aqui a tem*, fabricada em Juiz de Fora. Uma bandeja, um copo de metal, uma jóia delicada, seda para camisa, uma colcha, um cobertor, uma toalha, uma gravata, um colarinho, uma maleta, um motor elétrico, plaina, um copiador, um piano? *De tudo encontrará, feito em Juiz de Fora.* (Pires, 2007, p.143. Grifo nosso)

A partir de tal trecho, podemos ter um pequeno vislumbre acerca do papel que a cidade desempenhava na região da Zona da Mata mineira no contexto em questão, além de ser possível perceber, principalmente, a sua diversidade econômica. No entanto, se Juiz de Fora vivenciou um apogeu nos anos finais do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, é importante se ter em mente que o início do desenvolvimento da cidade teve início um pouco antes e foi alavancado por acontecimentos que datam principalmente da metade do século XIX.

Como já dissemos anteriormente, os primeiros povoamentos da região surgiram ao redor do Caminho Novo, dessa forma, suas produções agrícolas e dinâmicas em geral, se destinavam às necessidades do próprio povoado, além de atender aos viajantes que passavam pela rota em questão. Para além disso, vale lembrar que o então povoado de Santo Antônio do Juiz de Fora estava sob a jurisdição da vila de Barbacena e foi assim até a metade do século XIX, no ano de 1850.

De acordo com o historiador Luis Eduardo de Oliveira (2006), a emancipação do povoado à condição de vila foi impulsionada pelo franco desenvolvimento advindo da expansão cafeeira que despertou na elite local o desejo e a busca por esse rompimento com a vila de Barbacena, a fim de angariar uma maior autonomia

Na verdade, esta grande extensão de terras abrangia quase todo o primitivo arraial de Santo Antonio do Juiz de Fora, que, entre os anos de 1791 e 1850, esteve submetido jurídica e administrativamente à vila de Barbacena. A partir do terceiro decênio do oitocentos, o café já aparece como cultura subsidiária em diversas propriedades circunvizinhas daquele povoado, que até então se dedicava mais fortemente à produção de gêneros alimentícios e à criação de animais. Na década seguinte, no entanto, a produção cafeeira intensifica-se na região, ao que tudo indica, sob influência direta das áreas vizinhas do Vale do Paraíba Fluminense, onde desde o início do século XIX o cultivo deste produto de exportação experimentava uma franca e vigorosa expansão. [...] *Com efeito, ao longo dos anos de 1840 e 1850 os mais destacados integrantes da aristocracia agrária e escravista, que se cristalizara na região, empreenderam variadas ações para obter a autonomia política do povoado e dotá-lo do aparelho administrativo e da infra-estrutura indispensáveis à definição de seu status urbano.* Interessava-lhes, sobretudo, a rápida configuração e desenvolvimento do espaço que elegeram para investir e multiplicar parte significativa de seus capitais e, concomitantemente, exercer o controle social sobre uma população livre e cativa que crescia em ritmo acelerado, ao passo que se envolvia com atividades cada vez mais especializadas, complementares ou não à base agrária. [...] Em 1850, como afinal desejavam suas elites, o distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora foi desmembrado administrativamente de Barbacena e elevado à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio do Paraibuna. (Oliveira, 2006, p.1-2. Grifo nosso.)

É importante observar como a economia cafeeira e o desenvolvimento dessa estrutura econômica estão intimamente ligados à importância que Juiz de Fora passou a desempenhar neste período. Em princípio, sendo a localidade um povoado que se emancipou à condição de vila e a partir daí teve seu crescimento propiciado pelo interesse da elite residente, podendo se tornar o principal núcleo urbano e econômico da região.

Um dos fatores que auxiliou fortemente nessa ascensão da cidade, de acordo com Rita Almico (2018), diz respeito ao desenvolvimento de um sistema viário que passou a ligar a cidade às outras localidades. A Estrada de Rodagem União-Indústria, inaugurada em 1861, foi de suma importância para o escoamento da produção cafeeira. Ela foi construída com recursos de uma figura de destaque da cidade: Mariano Procópio Ferreira Lage.

Dessa forma, a cidade se tornou um entreposto comercial muito relevante para aquela região porque se localizava em uma posição estratégica, por estar próxima à capital da Corte - o Rio de Janeiro. Além disso, a cidade também foi contemplada com a presença de duas ferrovias: Ferrovia D. Pedro II (1875) e a Estrada de Ferro Leopoldina. Sendo assim, com o desenvolvimento viário, a cidade pôde despontar no que diz respeito à logística, fortalecendo a economia e o comércio local.

Para além disso, a partir do momento em que Juiz de Fora passou a ter seu aparato administrativo, a economia foi alavancada em razão do café. No entanto, por conta de sua posição estratégica, o setor de serviços também se destacava, tendo um número considerável de trabalhadores liberais que não estavam diretamente ligados à atividade agrícola e cafeeira -

todavia, a participação dos interesses da cafeicultura no desenvolvimento industrial da cidade eram evidentes, como podemos observar no Quadro 14 em que a ligação entre os fazendeiros e os empreendimentos da cidade fica evidente.

Por meio dos quadros a seguir, é possível observar quais eram os principais segmentos industriais presentes na cidade de Juiz de Fora e mais à frente (Quadro 14), apresentamos a presença do capital agrícola em diversas indústrias da cidade, pois os fazendeiros diversificaram seus investimentos dando maior rotatividade e possibilidades ao seu capital, o que fomentava a economia local, mas ao mesmo tempo a deixava dependente de tais recursos.

O capital agrícola e a economia em Juiz de Fora formavam uma cadeia muito significativa que dava um caráter singular à cidade e região da Zona da Mata. Portanto, é importante compreender que a região era dotada de particularidades que não estavam presentes no Vale do Paraíba paulista e fluminense. Sendo assim, precisa ser analisada levando em conta tais singularidades.

Para além disso, se a região não possuía o dinamismo que foi notório em São Paulo, tampouco se observou a decadência cafeeira presente na região fluminense na Mata Mineira. Sendo assim, para Anderson Pires, a Zona da Mata mineira ocupou uma posição intermediária entre tais regiões.

Quadro 12 - Número de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços em Juiz de Fora
(1870/1877)

Estabelecimentos Comerciais e de Serviços 1870	Número	Estabelecimentos Comerciais e de Serviços 1877	Número
Casas de Negócios	107	Lojas: roupas feitas; mantimentos e molhados	76
Mascates e Fazendas	13	Lojas: fazendas e armarinhos	27
Hotéis	08	Hotéis	02
Farmácias	05	Farmácias	05
Mascates de Jóias	04	Negociante de Jóias	06
Relojoeiros	03	Relojoeiros	04
Açougues	02	Açougues	06
Barbearias	02	Barbearias	06
Cambistas	02	Cambistas	04
Bilhar	01	Bilhares	12

Ourives	01	Ourives	04
Alfaiatarias	02	Alfaiatarias	10
Casa de lavar chapéus	01	Casa de Agências de Leilões	01
Casa Bancária	01	Capitalistas	12
Livreiro	01	Retratista	01
		Advogados	16
		Médicos	06
		Dentistas	03
		Padres	03
		Pintores	04
		Vidraceiros	02
		Modista	01
		Carros de aluguel	20
Total	153	Total	231

Fonte: Oliveira (1966). História de Juiz de Fora. Op. cit. p. 103 e Esteves, A. (1915). Álbum do Município de Juiz de Fora. Op. cit. p. 69. apud Giroletti (1980). Op. cit. p. 160

Quadro 13 - Relação dos Estabelecimentos Industriais
Juiz de Fora (1870/1877)

Indústrias existentes em 1870	Número	Indústrias existentes em 1877	Número
Oficinas de Ferreiro	07	Oficinas de Ferreiro	12
Olarias	06	Olarias	04
Fábrica de Carroças	03	Fábricas de Carros e Carroças	05
Selarias	03	Selarias e Oficinas de Correeiro	04
Fábricas de Fogos de Artíficos	02	Fábricas de Fogos de Artíficos	02
Funilarias	02	Oficinas de Funileiro e Caldeireiro	09
Oficinas de Marceneiro	02	Oficinas de Marceneiro	03
Charuteiros	02	Fábricas de Charutos e Cigarros	04
Padarias	02	Padarias	03

Sapatarias	02	Sapatarias	10
Fábricas de Chapéu de Sol	01	Oficinas de Chapeleiro	02
Oficinas de Cocheiro	01	Oficinas de Cocheiro	02
Fábricas de Cerveja	01	Fábricas de Cerveja	02
		Oficinas de Carpinteiro	06
		Confeitarias	03
		Casas de Café Torrado	02
		Tipografias	01
		Oficinas Diversas	06
Total	34	Total	80

Fonte: Ver Quadro 12

Quadro 14 - Principais Empresas com Ações no Patrimônio de Fazendeiros de Juiz de Fora
1870/1929

SETORES	EMPRESAS
RODO FERROVIÁRIO	• Cia. União e Indústria • Cia. União Mineira • Cia. Ramal do Rio Novo • Cia. E.F. J.Fora a Piau
FINANCEIRO	• Bco. Territorial e Mercantil de MG • Bco. de Crédito Real de MG
TRANSPORTES URBANOS	• Cia. Ferro carril de Porto das Flores e Paraibuna • Cia. Ferrocarril Bondes de JF
ENERGIA ELÉTRICA	• Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	• Cia. Construtora Mineira
INDUSTRIAL	• Cia. Químico Industrial Mineira • Cia. Mecânica Mineira • Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira • Cia. Fiação Tecelagem S. Vicente • Cia. Laticínios de JF
DIVERSOS	• Soc. Progresso de JF • Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos • Academia de Comércio • Cia. Mutuação Comercial e Agrícola

Fonte: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929. apud Pires, A. op. cit. p. 148

A partir dos dados apresentados nos Quadros 12, 13 e 14, podemos observar um pouco do cenário econômico, industrial e comercial da cidade de Juiz de Fora. A centralidade da economia cafeeira é inegável, no entanto, a cidade apresentava uma diversificação econômica significativa, sendo muito atrativa e desempenhando um papel muito importante nesta região. Com o franco desenvolvimento de outros serviços na cidade, diminui-se a dependência para com outras localidades, auxiliando no próprio desenvolvimento local.

Mediante todo esse desenvolvimento e busca por maior autonomia, novas instituições começam a se fazer necessárias para o funcionamento adequado dos segmentos locais. Dentre tais instituições, é preciso destacar os bancos. O café não necessita apenas de recursos naturais e abundância de tais elementos, mas ele se desenvolve e subsiste por meio de investimentos, capitais e liquidez. Dessa forma, para que a região pudesse se desenvolver de forma sólida, a presença de instituições bancárias se mostrou indispensável para o prosseguimento das atividades agrícolas e econômicas, no geral, não só de Juiz de Fora, mas de todas as cidades que estavam inseridas nesse complexo cafeeiro de Minas Gerais.

A partir de tal constatação, nos próximos capítulos abordaremos as questões referentes ao desenvolvimento de um sistema financeiro da Zona da Mata mineira.

CAPÍTULO 2

2 - Cafeicultura e Crédito: desenvolvimento bancário em Minas Gerais

No capítulo anterior, destacamos que a cafeicultura não se desenvolve de forma plena apenas por conta da abundância daquilo que o historiador Anderson Pires define como “fronteiras abertas”. O progresso do café não se dá apenas pela abundância de terras, solo e mão de obra, mas há a necessidade de um sistema financeiro que propicie a oferta de crédito para os agricultores desenvolverem seus empreendimentos. A falta de um sistema de crédito é uma particularidade que influencia de forma determinante para o desenvolvimento ou não da atividade agrícola nas localidades.

Nesse sentido, para que uma região alcance uma projeção relevante, é necessário que ela tenha um aparato financeiro robusto para atender às suas demandas, e que seja, de preferência, da própria região para que os recursos circulem internamente a fim de alavancar o próprio desenvolvimento local. De acordo com o historiador Felipe Marinho Duarte, a região da Zona da Mata mineira conseguiu desenvolver essa dinâmica que fortalecia a economia local

Em outras palavras, como em inúmeras outras realidades históricas, também aqui, a delimitação local da economia permitiu que poupanças acumuladas localmente fossem aplicadas no espaço da própria economia regional, delineando o que a historiografia das finanças denomina de “circuitos” ou “mercados” financeiros locais e regionais. (Duarte, 2016, p.18)

Dessa forma, por meio de trabalhos que surgiram após a década de 1980, podemos perceber um retrato diferente da economia na região da Zona da Mata mineira e em Juiz de Fora. Resumidamente, as perspectivas que imperavam antes dos anos de 1980 indicavam que a região se desenvolveu, porém, dependente de outras localidades, como o Rio de Janeiro, principalmente.

Nesse sentido, apontavam que os investimentos que aqui estavam eram oriundos em sua maior parte de outros lugares, como o Rio de Janeiro. Assim, o escoamento de capital era massivo, o que não permitia uma autonomia da região, que estaria sempre dependente desses investimentos.

No entanto, trouxemos, ainda na introdução, a perspectiva do historiador Anderson Pires que consegue demonstrar, por meio de uma tabela¹² que tal cenário não se sustenta, pelo

¹² O trabalho do historiador Anderson Pires vai muito além disso, pois se trata de uma dissertação, mas nossa percepção parte do entendimento de que uma tabela, com poucos dados, coloca em xeque tais noções antes difundidas pela historiografia. Compreendemos que o acesso a novas fontes transforma noções que antecederam tais trabalhos, que podem não ter tido acesso a tais documentos. E nosso intuito não é o de desprezar as

menos não ao longo do desenvolvimento da economia cafeeira e agroexportadora da região da Zona da Mata mineira. A tabela traz um recorte de cinco decênios em que a origem de tais investimentos se altera substancialmente, como podemos ver no quadro abaixo

Quadro 15 - Decomposição das dívidas passivas: origem do capital de empréstimo para as unidades agroexportadoras de Juiz de Fora 1879/1929
(Valores em mil-réis)

DÉCADA	LOCAL	%	R.J.	%	N.IDENT.	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:753	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

Fonte: Pires, Anderson. Capital Agrário... 1993, p. 64

Por meio dos dados anteriores, podemos observar que os principais investimentos direcionados à região da Zona da Mata entre 1870 e 1889 eram provenientes do Rio de Janeiro, que partiam principalmente de casas comissárias e bancos da praça da cidade, ou seja, Juiz de Fora e a região da Zona da Mata estavam inseridos nessa articulação com a capital da corte e recebiam investimentos dessa praça.

No entanto, o historiador Anderson Pires destaca que, embora a participação de investimentos oriundos da própria região sejam inferiores aos do Rio de Janeiro no período destacado no parágrafo anterior, eles dizem bastante a respeito da própria dinâmica financeira da região que tinha como protagonistas alguns comissários que eram fazendeiros da região. Portanto, o investimento na região, mesmo que inferior ao do Rio de Janeiro, vinha do setor agrário.

Além disso, o historiador apresenta dados em que destaca quais eram os principais nomes da região que atuavam nessa dinâmica de empréstimos e financiamentos. Abaixo traremos esse quadro nominativo em que é possível observar de quais localidades da região que esse recurso provinha e quais eram as principais designações, ou principal designação, econômicas desses capitalistas

pesquisas que antecedem os anos de 1980, pois elas também foram importantes para traçar caminhos temáticos, mas como é o caminho natural da pesquisa, suas noções são questionadas e revistas ao longo dos anos.

Quadro 16 - Atividade econômica desenvolvida pelos capitalistas do município de Juiz de Fora (1870)

DISTRITOS	CAPITALISTAS	DESIGNAÇÃO
JUIZ DE FORA	Antônio Dias Tostes Barão de Bertioga José Carlos F. Pinto José Antônio Henriques Manoel Vidal B. Lage Manoel de C. Guimarães	fazendeiro fazendeiro — fazendeiro fazendeiro fazendeiro
PIAU/ S. PEDRO DE ALCÂNTARA	Albino Cerqueira Leite Francisco Damasco Costa	fazendeiro fazendeiro
SANT'ANNA DO DESERTO	José Ribeiro de Rezende Belysário Nóbrega M. Brito Pereira Andrade	fazendeiro fazendeiro fazendeiro
CHAPÉU D'UVAS	Francisco J. Miranda	fazendeiro
S. FRANCISCO DE PAULA	Albino da Costa Freitas J. Anastácio Costa Lima Manoel Gonçalves Pereira	fazendeiro — fazendeiro

Fonte: Ver Quadro 15

Os quadros anteriores são muito importantes e elucidativos em alguns pontos: a) entre os anos de 1870 e 1889, é perceptível que a origem dos investimentos era o Rio de Janeiro e os dados indicam tal cenário; b) apesar dessa superioridade no que diz respeito aos investimentos, é notável que, ainda assim, existia um sistema local de investimentos que se originava de atividades agrárias; e c) a partir do ano de 1889, há uma transformação acentuada em tal cenário, em que a taxa de investimentos oriundos da própria região ultrapassa 99%.

Quando se analisa o contexto histórico em que há a ascensão da cafeicultura, percebemos que data do Império e início da Primeira República, nesse sentido, é notório que o sistema financeiro e de crédito no Brasil eram deficitários, principalmente no que diz respeito à presença de instituições nacionais. É evidente que a presença de instituições estrangeiras era massiva no Brasil, isso tornava a economia dependente, não podendo exercer uma autonomia significativa.

Um dos principais fatores responsáveis por essa necessidade de crédito está vinculado à Abolição. Os cafeicultores se viram em um contexto em que eles eram os principais produtores de recursos e dependiam da mão de obra escravizada. Sendo assim, com a Abolição, eles tiveram uma defasagem financeira muito significativa e não tiveram garantias de retorno ou investimentos, pois a concessão e acesso ao crédito no Brasil eram incipientes.

Nesse sentido, de acordo com Rita Almico, o Visconde de Ouro Preto que era naquele momento ministro da Fazenda, se viu em uma situação em que precisaria dar algumas garantias ou a sinalização de que as demandas desses cafeicultores estavam sendo ouvidas. Para isso, ele concedeu maiores atribuições ao Banco do Brasil que passou a desempenhar um papel singular na economia brasileira, mesmo que em uma projeção, em certa medida, insuficiente quando se observa a abrangência da cafeicultura no país

O então ministro da fazenda, Visconde de Ouro Preto, teve que tomar medidas para satisfazer os produtores de café que era, então, o principal responsável pela geração de renda interna para o Brasil. Suas medidas serviram também como “cala boca” para os fazendeiros que pleitearam a indenização pela abolição. Tais medidas deram ao Banco do Brasil a responsabilidade pela distribuição do crédito e fiscalização, que se faria com uma entrada de certa quantidade de capital em contos de réis (adiantados sem juros e em parcelas) para empréstimos com juros de 6% a.a. As instituições autorizadas deveriam emprestar o dobro desse capital. Isso aumentaria a liquidez bancária e possibilitaria o aumento da monetização do país com a emissão de moedas e lançamento de títulos da dívida pública no valor de 109 mil contos de réis.⁵ Também nesse momento ocorre a autorização, pela política adotada por Ouro Preto, da abertura de novos bancos regionais, alguns com autorização para emitir moeda. (Almico, 2018, p.2)

Dessa forma, ocorre uma ligeira sinalização de que o país estaria gestando o início de um sistema creditício por meio de suas próprias instituições financeiras. Ademais, há o surgimento de um movimento nas localidades envolvidas com a cafeicultura para a fundação de instituições locais a partir de seus próprios capitais para alavancar sua economia.

Nesse sentido, a região da Zona da Mata mineira se coloca nesse processo, a fim de desenvolver ainda mais a sua economia e autonomia frente às outras praças.

O processo da gênese bancária na região veio para modificar as formas nas quais o crédito era ofertado. O acesso ao crédito e aos investimentos, quando não eram oriundos de instituições de outras praças ou de bancos estrangeiros, provinham, em grande parte, dos comissários. Em princípio, esses comissários atuavam como mediadores entre os agricultores e as zonas exportadoras, facilitando as negociações entre ambas as partes

Inicialmente, a função do comissário se restringia à atividade comercial, um mero intermediário entre produção e realização da atividade agroexportadora. Nesta função, os comissários ou as “casas comissárias” reuniam uma grande quantidade de produção cafeeira, resultado de sua atuação como representante comercial de um grande número de fazendeiros, congregando, muitas vezes, extensas regiões e possibilitando a comercialização em grande escala do produto. Neste sentido, pode-se dizer que o comissariado teve um papel de “catalisador” da produção relativamente pulverizada de origens e qualidades substancialmente diferentes, o que foi fundamental para a padronização da produção e imprescindível para o bom andamento da fase de realização do produto. (Pires, 1993, p.54-55)

No entanto, o historiador Anderson Pires ressalta a importância de outro agente que atuava nessa dinâmica creditícia: o capitalista. O crédito oferecido pelo capitalista seguia uma

lógica que está vinculada ao empréstimo do capital a juros. Todavia, muitas dessas relações se desenvolviam por meio de laços de amizade e até parentesco. Dessa forma, os comissários e capitalistas, embora desempenhassem um papel ligado à concessão de crédito, operavam de formas distintas e ocupavam posições diferentes dentro da sociedade local

As possibilidades de crédito não se restringiam à figura do comissário. Além dele outras fontes alternativas poderiam ser solicitadas. Referimo-nos, especificamente, à figura do “capitalista”, cujo termo, por si só, já indica a natureza da atividade exercida por estes agentes - em que pese o fato de, invariavelmente, não se restringir a ela: o empréstimo de capital a juros, personificando a função do capital usurário no interior do sistema. Deve ser destacado aqui que, para este caso, não deve ser feita uma identidade com o comércio como atividade econômica fundamental desses agentes- ou, em outras palavras, de constituir a esfera comercial a origem deste capital de empréstimo - apesar de a exclusão não poder ser considerada de forma absoluta, principalmente no que diz respeito aos médios e grandes comerciantes do interior, ou seja, localizados fora dos grandes centros exportadores de café; além desses, proprietários urbanos e fazendeiros também exerciam esta atividade, como veremos adiante. [...] Além disso, e aqui podemos incluir a figura do capitalista, o crédito se dava de uma forma pessoal, onde os laços de amizade e mesmo de parentesco são decisivos, expressando a não institucionalização, pelo menos de uma forma significativa, de uma eventual “estrutura financeira” (Pires, 1993, p.57-58)

Contudo, é importante pontuar que a presença dos comissários não tornava a região totalmente dependente e atrelada ao desempenho de suas funções, pois Juiz de Fora, como o principal município da Mata Mineira e principal entreposto comercial da província, possuía um número significativo de casas que não estavam presas aos comissários do Rio de Janeiro exclusivamente, o que reforça a perspectiva do historiador Anderson Pires em que ele indica a permanência do capital na região, contrariando percepções anteriores que demonstraram o escoamento massivo do capital para outras regiões

Estes casos demonstram que, à sua forma, o núcleo urbano da Mata internalizara alguma parte dos fluxos de comercialização de sua produção de café: a participação nos recursos que lhes cabiam como intermediadores entre os agentes da produção e aqueles representantes da comercialização final do produto pode ter-se constituído num canal potencialmente importante de retenção de recursos localmente. Mas seus limites são notórios. As firmas que vinham lidando regularmente com a comercialização do café também o faziam com vários outros produtos, principalmente alimentos, como de resto também é válido para as empresas atacadistas em geral e para várias empresas comissárias do Rio que se viram forçadas, desde a crise dos preços do início do século, a diversificar profundamente a linha dos produtos com os quais comercializavam como condição de sua sobrevivência. (Pires, 2004, p.175)

Por meio do quadro abaixo, conseguimos ter um panorama acerca da presença de comissários na Zona da Mata e quais dessas firmas eram locais e quais de outros lugares. Esses dados podem nos fornecer uma percepção muito interessante acerca do desenho financeiro presente entre essas regiões e as relações que se estabeleciam por conta dessa economia voltada à agroexportação.

Quadro 17 - Comerciantes de Café em Juiz de Fora (1883/1932)

Ano	Nome / Razão Social	Sede	Representação em JF	Observações
1883	J. Abraham e Filhos Paris	RJ	Almeida e Castro	Exportação direta de café; contém, descrição de detalhes da comercialização do café e das vantagens da exportação direta 1885 Vianna, Teixeira e Cia. ...podendo os srs. lavradores sacarem, logo após a referida expedição, contra os mesmos Almeida e Castro, por 2/3 do valor de suas consignações, ficando o excedente por ser liquidado depois da conta da venda prestada, ou em dinheiro, ou em saques contra a dita casa, segundo aprouver os remetentes.
1885	Vianna, Teixeira e Cia.			Café e outros gêneros Sócios: Barão de Werneck, João Rodrigues de Castro e Custódio Teixeira Pinto
1885	Pereira, Neves e Cia.			Café e outros gêneros
1886	Teixeira de Castro e Cia.			Café, toucinho, queijos, fumo e demais gêneros
1887	Okell, Mourão e Wilson			Café, algodão, fumo e demais gêneros nacionais e estrangeiros, importadores de farinha de trigo
1888	Baptista, Belfort e Cia.	RJ		Café e demais gêneros do país
1888	Duarte, Lima e Cia.			Café, toucinho, fumo, queijos e demais gêneros nacionais e estrangeiros
1889	Souza, Gomes e Irmãos	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1889	Joaquim Thomaz de Aquino Cabral e outros		Leopoldina	Formou-se na cidade de Leopoldina uma sociedade para compra de café, comissões e grande depósito de gêneros do país, entre os srs. Joaquim Thomaz de Aquino Cabral, Sérvulo de Souza
1890	Casa de Comissões		C. Blanchard	Fontes e João Caetano de Almeida Gama Exporta por conta do freguês, café, madeiras, couros e outros para o Havre Importação e Exportação da Europa e Estados Unidos - Isid Haas
1890/92	C. Blanchard	JF		Comissário de café
1890	J. J. Almeida Júnior	JF		Café e estabelecimento de ferragens e depósito de gêneros para a lavoura e comissão de gêneros do país, madeiras, fumo; importação de maquinismos, motores e aparelhos para café e cana
1891	Costa Mattos e Cia.			Café, fumo e demais gêneros

1891	Baptista e Cia	JF		nos encarregamos de exportar café para qualquer país estrangeiro. Tudo mediante módica comissão.
1892	Ferraz, Serafime e Cia.	RJ	Depósito de sacos na casa de Sinval e Cia.	Café e mais gêneros
1892	Lemgruber, Moreira e Cia.			Café e mais gêneros; armazém de molhados e mantimentos
1892/3	Guimarães e Lima	RJ		O engenheiro civil Julio Cezar Queiroz Guimarães e o advogado Benjamim de Miranda Lima comunicam a seus amigos deste Estado que fundaram no RJ (...) uma casa de comissões de café e mais gêneros do país sob a firma Guimarães e Lima, ficando o primeiro na gerencia da mesma casa e o segundo no exercício de sua profissão em Ouro Preto.
1892	Guimarães Bastos, Barroso e Cia.			Café e mais gêneros
1892	Albino Duarte e Costa			Sócios: Luís Felipe da Costa e Albino José Duarte.
1892/94	Castanheira e Vargas	RJ	Depósitos de sacos na estação de Retiro em casa de Victorino e Coimbra	Café e mais gêneros
1892	Malafaia, Filho e Cia.			Café e mais gêneros do país; Pagamento à vista dos líquidos das contas de vendas ou saldo de contas correntes em seu poder. Fazem adiantamentos de dinheiro sobre conhecimento de gêneros. Fornecimento de gêneros nacionais ou estrangeiros a preços de primeira mão, recebidos diretamente e de conta própria dos estados do Sul e da Europa
1892	Almeida e Paiva			Café e outros gêneros
1892	Pinheiro, Ribeiro e Cia.	Rio Novo		Café e depósito de sacos em Rio Novo.
1893	Baptista, Andrade e Cia.	RJ		
1893	Castro, Rodrigues e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1893	Cia. União dos Lavradores	RJ	Depósito de sacos em Lima Duarte	Comissários de café
1893	Dias, Barcellos e Cia.	RJ		Antiga Casa Cornélio e Cia. Comissários de café

1893	Mariani, Ramos e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1893	Lima e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1894	Magalhães, Barroso e Nogueira	RJ		Comissários de café, açúcar e demais gêneros do país
1894/95	José Affonso Fontainha Sobrinho	RJ	Eugênio Fontainha	Paga-se contas de venda e adianta-se dinheiro sob conhecimento
1894	Ignácio Guimarães e Cia.	RJ	Representante em JF para amostras e comércio de sacos Miguel Ferreira de Carvalho	Comissários de café e mais gêneros do país
1894	Bento Xavier e Andrade	RJ		Comissários de café
1895	Juppert, Barros e Cia.	RJ		Comissários de café
1895	L. Baeta e Cia.	RJ		Comissários de café e outros gêneros do país; importação e exportação.
1896	Terra e Cia.	RJ		Comissários-importadores, recebendo consignações de café, fumo, toucinho, queijo, cereais, carnes, etc.
1897/99	Pinheiro, Machado e Cia.	JF		Compram qualquer quantidade em coco, casquinha ou preparado pagando à vista pelos preços do mercado do Rio
1897	Castello Branco, Corrêa e Cia.	RJ		Comissários de café e outros gêneros
1897	Victorino Cardozo e Cia.			Representantes de Hard, Hand e Cia. - Exportadores de café
1897	Jovelino Barbosa e Cia.	JF	No "O Pharol"	Comissários de café com venda direta a exportadores
1897	Augusto Lopes da Motta	JF	Cerqueira e Soares	Correspondentes no RJ, para o sr. Augusto Lopes da Motta, estabelecido em JF com armazém de secos, molhados e gêneros do país e café para exportação
1897	Charles Purcell	JF		Comprador de café, representante de "Pecher e Cia."
1897	Ribeiro e Filho	JF		Agência Mercantil e Intermediária de negócios; comissões e consignações de café, gêneros do país; compra e venda de ouro, prata, brilhantes; casa importadora
1898	Onofre	JF		Agente Comercial e Financeiro - Comprador de

	Mendes			Café
1898	Pinheiro, Ribeiro e Cia.	RJ	Depósitos de sacos em JF na casa de Pedro Ribeiro do Nascimento	Comissário de café
1899	Gonçalves, Pereira e Cia	RJ	Depósito geral no estado de MG em JF – Leon Aníbal	Fábrica na Ilha do Governador Comissários de café e gêneros do país
1900	Antônio Souza e Cia.	RJ		Comissários de café e consignação de gêneros alimentícios
1900	J. Camarão e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1900	Eduardo Araújo e Cia.	RJ	Onofre Mendes	Antiga Casa A. M. Gonçalves Jr. E Cia., comissários de café e mais gêneros do país
1900	Coelho Bastos e Cia.	JF		Compra de café e consignação de gêneros
1900	Aguiar e Cia.	RJ		Comissários de café, fumo e mais gêneros
1900	Oliveira, Carvalho e Cia	RJ	Representante em Sobragy sr. Joaquim Rodrigues do Cruzeiro	Comissários de café e mais gêneros; (...) faz adiantamentos de 60% sob o líquido provável do café despachado.
1900/01	Guimarães Campos e Ribeiro	RJ		Comissões e consignações de café, fumo, queijos, toucinho e mais gêneros do país
1900	Theodor White e Cia.	RJ		Sucessores de “While, Schmilinski e Cia.” compradores de café
1900	Adolpho Lisboa Guimarães e Cia.	RJ		Comissários de café. Fazem adiantamentos proporcionais ao valor dos cafés despachados
1900	Pullen, Schmidt e Cia.	RJ	Pinheiro Machado e Cia.	Comissários de café, borracha e outros gêneros; importadores de fazendas e calçados
1900	Miranda, Velloso e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1900	Vilmoni e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros
1900	Miranda Júnior e Cia.	RJ		Comissários de gêneros nacionais e consignação de café
1900/01	Fonseca Costa e Cia.	RJ		Importação e exportação de fazendas por atacado, comissão de café e mais gêneros do país
1900/04	Eduardo Araújo e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país

1900	Mario de Almeida e Cia.	RJ		Comissários e café e mais gêneros nacionais; sucessores de Souza, Almeida e Cia.
1901	Duarte Dau e Cia.	RJ		Adiantam aos seus amigos que os honrarem com suas consignações qualquer quantia proporcional ao valor de suas remessas
1901	E. Johnston e Cia.	RJ	B. Penna e Cia.	Cafê – compram e pagam à vista qualquer quantidade. Pagam 80% dos cafês consignados à casa exportadora E. Johnston e Cia - RJ
1901/02	Pedro Ribeiro e Cia	RJ	Almeida, Sarmento e Cia	Comissários de café e mais gêneros do país Os líquidos de contas de venda de nossos fregueses desta zona serão pagos nesta cidade aos que assim desejarem pelos nossos sócios Almeida, Sarmento e Cia.
1901	Barbosa e Marini	RJ		Cafê e demais produtos
1901	Francisco Valverde de Miranda	RJ		Cafê
1901	Montes e Cia	RJ	Agente local: Capitão Carlos Machado	Cafê e demais gêneros
1901	Souza, Guimarães e Cia.	RJ	Representante no interior: Antônio Martins de Souza Araújo	Cafê e demais gêneros
1901	Fonseca Machado e Irmãos	RJ		Comissários de café
1902	Henrique Costa Reis, Irmão e Cia.	RJ	Benjamin Rezende	Cafê
1902	Guimarães, Dantas e Cia.	RJ		Comissões de café, fumo e mais gêneros do país. Importadores de armarinhos e ferragens
1902	Luiz Antônio Garcia Jr.	RJ	Gabriel Garcia da Rocha Pinto	Comissões de café. Há mais de 30 anos
1902	Araújo, Mata e Cia	RJ		Recebem café a consignação
1902	J. Montes e Cia.	RJ	Representante direto: M. Dubourco da Silva	Exportadores de café
1903	Hard. Hand e Cia.	RJ	José Maria de Carvalho Jr.	Exportadores de café
1903	Celestinos e Cia	RJ	Representante neste estado José C.	Comissários de café e gêneros do país

			Pimentel	
1903	Hime e Cia.	RJ		Comissários de café, cereais e demais produtos
1905	A.Santos Moreira e Cia.	RJ	Representante na zona: Libânio Vaz	Adiantam 70% do valor das remessas consignadas
1905	Lopes, Ribeiro e Cia.	RJ		Negociantes e comissários de gêneros do país e demais produtos e com armazém de secos e molhados
1906	Ribeiro, Ferreira e Cia.	RJ		Comissão e consignação de café, açúcar, banhas, fumo, gado, óleo, toucinho, vinhos, charque, etc., nacionais e estrangeiros.
1906	Dias Garcia e Cia.	RJ		Comissários de café e cereais, importadores de ferragens, artigos para a lavoura e material para canalização de água e gás
1906	Américo Machado e Cia.	RJ		Comissários de café, cereais, fumo, toucinho, borracha, etc., também por consignação
1906	Dennis R. Andrews	RJ		Comprador de café de Hard, Hand e Cia
1906	Avellar e Cia.	RJ		Comissários de café e mais gêneros do país
1907	Oliveira, Carvalho e Cia.	RJ		Comissários de café
1907	Christovam de Andrade e Cia.	JF		Compram qualquer quantidade de café nesta cidade, nas estações das estradas de ferro da Central e mesmo nos estabelecimentos agrícolas, oferecendo vantagens nos preços
1907	Viúva Albuquerque e Cia	JF		Comissões e Consignações; recebem a consignação: café, milho, feijão, toucinho, carne salgada e toda sorte de mantimentos. Compram-se e vendem-se galinhas, ovos e frangos. Boas contas de vendas.fazem adiantamentos sobre as remessas de gêneros
1907	Hard. Hand e Cia.	RJ	Escritório armazém em JF	Compras de café - Hard. Hand. Cia.
1907	Lopes, Filgueiras e Costa	RJ		Recebem café, consignação e mais gêneros, nacionais: Armazém por atacado. Açúcar, sal, charque, cereais e molhados.
1907	Luiz Corrêa, Velloso e Cia.	RJ	São representantes nas zonas da E.F. Piau por Dutra e Velloso, residentes na estação de Cel. Pacheco, com os quais poderá ser	Comissários de café, cereais e outros gêneros do país.

			tratado negócio	qualquer	
1908	Lopes, Filgueiras e Costa	RJ			Consignação de café e demais gêneros nacionais; armazém para atacado.
1908	Rodrigues e Cia	Rio Novo			Escritório de compra de café Arthur Pereira Rodrigues e H. Letayff tem a honra de comunicar a todos senhores fazendeiros e compradores de café que nesta data organizaram entre si uma sociedade sob a razão social de Rodrigues e Cia., para a compra em grosso de qualquer quantidade de café. Devido ao contrato que firmaram com os importantes exportadores de café Ornstein e Cia., acham-se habilitados para nas melhores condições possíveis poderem diariamente pagar o café pelo máximo das cotações do mercado do RJ - Escritório no Engenho Central – da Cidade de Rio Novo
1909/ 17	Lage e Irmãos	RJ			Entrepasto de café, recebendo consignação de cafés, transporte e ensacagem do produto; cobram 700 réis por saca; comércio de máquinas para beneficiar café
1909	Francisco do Amaral Camargo Sobrinho	SP			Comissão e consignação de café, milho, feijão e arroz
1910	Galeno Gomes e Cia.	RJ			Comissões de café e mais gêneros do país
1910	Sizenando de Almeida e Cia.	RJ			Comissários de café e mais gêneros
1910	Café e Cereais	JF			Compram-se e vendem-se de qualquer qualidade no escritório intermediário de negócios à rua Halfeld 155
1910	José Teixeira de Carvalho e Cia.	JF			Comprador de café em JF
1911	Armando José Fernandes	JF			Comprador de café em JF
1912	Dias Garcia e Cia	RJ			Comissários de café e mais gêneros do país; importadores de louças, ferragens, óleos, cimento, canos de ferro, telhas, arame; artigos para construção de estradas; artigos para a lavoura, formicida, creolina, etc.

1913	Hard. Hand e Cia	RJ	Agência em JF com o representante D.R. Andrews	Compradores de café
1913	Hard. Hand e Cia	RJ	Agência JF: Renato Dias e Cia.	Compradores de café
1913	Antônio Pereira Maduro	JF		Mantimentos e molhados por atacado e varejo, Compra de Café e outros – Mathias Barbosa
1914/18	Souza, Antunes e Cia.	JF		Compra de café - Comissão e consignação, depósito de trigo, banha, sal, velas, querosene, sabão, charque e vinhos importados diretamente
1915	Dias, Garcia e Cia	RJ		Exportadores e comissários de café e mais gêneros do país
1915	Pinto e Cia.	RJ e JF	(Mathias Barbosa)	Ensacadores e exportadores de café
1916	Cooperativa Agrícola de JF	JF		Consignação, remessa de café para o Rio e estrangeiro; máquinas para beneficiar café e arroz Remete cafés para o Rio e estrangeiro – consignação e a custo de frete – máquinas para beneficiar café e arroz – Armazéns Gerais – Presidente: Luiz de Souza Brandão
1916	Casa Christovam de Andrade	JF		Casa Comercial geral e de café
1916/17	Luiz Welish	RJ		Comissões e consignações de qualquer gênero do país
1917/18	Brazilian Warrant Company Limited	SP		Consignação de cereais
1917	Lobato, Souza e Cia	JF		Armazém de molhados e mantimentos por atacado e depósito de aguardente e toucinho, comissões e consignações em JF
1917	J. Bisaglia e Irmão	JF		Café e cereais
1917	Caetano, Netto e Marques	JF		Comissão e consignação – café com usina de arroz e fubá, armazém de comestíveis e molhados; comércio de gêneros mineiros, compradores de arroz e fumo
1918	João Ernesto Barra	SP		Comissões, consignações e representações
1918	Almeida Carvalho, Corrêa e Cia	JF		Comissões e consignações; comércio de açúcar refinado, mantimentos e molhados por atacado; sede em JF com caixa no RJ

1919/20	Rocha Faria e Cia.	RJ		Comissários de café
1919/20	Agência Commercial do Banco Popular de Minas Gerais	RJ		Comissários de café Rio e Santos para consignações
1920	Pinto, Lopes e Cia	RJ		Comissários de café
1920	Lobato, Álvares e Cia.	JF		Com armazém de molhados e mantimentos, atacado, nacionais e estrangeiros; comissões e consignações
1921	Rocha Faria e Cia	RJ		Comissários de café
1921/22	Andrade, Lemos e Cia		Representante em JF: Geraldo Filgueiras de Rezende	Comissários de café
1922	Rocha Faria e Cia	RJ		Sede – Matriz: Rio de Janeiro - Filial: Santos
1922	Andrade Lemos e Cia	RJ	Único representante: Geraldo Filgueiras de Rezende	Comissários de café
1922	Bechtlinger e Cia.	RJ	Geraldo Filgueiras de Rezende	Nova casa comissária organizada pelos srs. Graciano Esteves Areal e Geraldo Filgueiras de Rezende, com sede no RJ para comércio, comissão e consignação de café tendo como único representante em JF o sr. Geraldo Filgueiras de Rezende - Cobra \$700 por saca de comissão
1922	Martins Barra e Cia. Ltda.	SP	Damásio Alvarenga e	representação, comissão e consignação de máquinas para indústria e para lavoura
1923/24	Andrade Lemos e Cia.	RJ		Comissários de café
1923/24	Esteves, Rezende e Cia.	RJ	Representante em JF Geraldo Filgueiras de Rezende	
1924	Carneiro, Bastos e Cia.	RJ		Fundada no Rio pelos srs. Victor Garcia, fazendeiro em Porto das Flores, Nicolau Bastos Filho, comerciante e industrial em Itaperuna e Aristides de Castro Carneiro, ex-sócio da firma Garcia, Bastos e Carneiro; comercializa também gêneros do país 1925/26 Andrade Lemos e Cia. Comissários de café, madeiras e mais gêneros do país
1926	Antônio Pereira	JF		Comissários de café

	Maduro			
1927	Andrade Lemos e Cia.	RJ		Comissários de café
1932	Esteves Rezende e Cia.	RJ	Geraldo Filgueiras de Andrade	Capital: 1.000:000\$000 Esteves, Rezende e Cia. Comissários de café, estabelecidos no RJ

Fonte:Pires Op. cit Tabela 37

Por meio dos dados apresentados acima, podemos observar uma existência considerável de comerciantes ligados ao café que atuavam na cidade de Juiz de Fora. Em sua maior parte, eram ligados ao Rio de Janeiro. No entanto, também é possível observar a presença de comerciantes da própria cidade que ocupavam uma posição de grande importância, como grandes atacadistas e exportadoras diretas. É o caso de: Baptista e Cia., Renato Dias e Cia., Almeida, Sarmiento e Cia., Pinheiro, Machado e Cia., Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia., J.J. Almeida Jr., Augusto Lopes da Motta etc.

Uma questão que consideramos central, a partir dos dados explicitados acima, é a de compreender a relevância, singularidade e diversidade econômica que Juiz de Fora e a Zona da Mata vivenciaram nesse recorte temporal. Mesmo que a cidade e região não fossem centrais ou tratadas como centralidade, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento e expansão econômica.

De acordo com o historiador Anderson Pires

Em síntese, parece ter sido esta a parcela que coube ao município na estrutura de comercial de exportação do café da região: a presença de grandes e médias casas atacadistas, principalmente do setor de alimentos e refinarias que se punham como representantes, agentes ou mesmo comerciantes diretos de café; algumas agências de empresas exportadoras estrangeiras; alguns “comissários” de café que terão na cidade sua composição societária principal, mas no Rio a área de atuação efetiva no negócio que se propunham realizar. (Pires, 2004, p.174-175)

A fim de clarificarmos ainda mais a percepção da grande presença de firmas atacadistas em Juiz de Fora, consideramos pertinente trazer o quadro informativo abaixo em que podemos acompanhar a pujança desse tipo de empreendimento entre 1877 e 1925.

Quadro 18 - Firmas Atacadistas em Juiz de Fora - 1877/1925

(Períodos Seleccionados)

Ano	Firma - Denominação	Observações
1877 1877-1883	João Ulrico Schiess Brandi e Primo Brandi e Cia	Construtor de Máquinas Agrícolas e Venda das mesmas; comércio de importação e exportação das mesmas. Estabelecido com armazém de secos, molhados e gêneros do país, com Importação direta de vinhos da Itália, comissões e

		consignações;
1877-1900	Pinheiro Machado e Cia.	Sociedade constituída para explorar o comércio de comissões e consignações em geral - Representantes da firma Pullen, Schmidt e Cia. Comissários de Café, borracha e outros gêneros; importadores de fazendas e calçados; Depósito de materiais de construção
1879-1891	Correa e Cia	Armazém e comércio de móveis e colchoaria; fábrica de móveis
1878	Christiano Schubert	Construtor de máquinas e engenhos; Importa qualquer máquina para a lavoura e indústria
1878	Freitas e Motta	Depósito e comércio de charutos e cigarros;
1881	Casa de Confiança Depósito Normal	Depósito e comércio de bebidas.
1881-1913	Baptista de Oliveira e Cia. A Barateza	Fazendas e Armazinho; perfumarias; casa importadora; comissários e atacadistas; depositária dos calçados americanos Walkover; Seção de eletricidade, fazendas e armazinhos: Importação da Europa;
1892	A. J. T. Tocantins	Depósito e Comércio de Papéis Tintados
1892-1900	Montreuil e Filho	Armazém Geral: Casa de ferragens, venda de formicida.
1883-85	A. J. Pereira Pontes Jr.	Refinação de Açúcar
1884-1901	Augusto Lopes da Costa e Cia	Grande Armazém; Comércio e Armazém de secos e molhados – Atacado e varejo
1886-88	Barbosa da Silva e Cia.	Armazém de molhados e de gêneros; Agentes de venda de querosene, azeite inexplorativo; comércio de roupas
1887-94	Augusto Lopes da Motta	Armazém de molhados e mantimentos, atacado e varejo.
1887	Martins, Castro e Cia.	Refinação de Açúcar
1888	Antônio Torres	Armazém e comércio de batatas
1889	Martins, Castro e Cia	Refinação de Açúcar
1890	Bernardo e Menezes	Secos e molhados, Atacado e varejo
1890	J. J. Almeida Júnior	Café e estabelecimento de ferragens e Depósito de gêneros para a lavoura e comissão de gêneros do país, madeiras, fumo; Importação de maquinismos, motores e aparelhos para café e cana
1889-1899	A. Cardoso e Cia.	Casa da América - Armazém e Importação de Ferragens
1891	Francisco Nery Ribeiro	Armarinho - Atacado e Varejo
1891	Halfeld e Westphal	Importação direta e maquinismos para lavoura e indústrias de cerveja, tecidos, papel etc.
1891	Rei dos Alimentos	Comércio atacadista e varejista
1892	Alberto Alves e Cia.	Atacado

1892	Antônio Medina e Filhos	Refinação de Açúcar e fábrica de café torrado
1892	Domingos Antônio do Cruzeiro	Armazém, mantimentos e louças - atacado e varejo
1892	Mariani, Ramos e Cia.	Comércio de sacos para café
1892	Sinval e Cia	Depósito de sacos da firma Ferraz, Serafime Cis - Café e mais gêneros
1892-94	Victorino e Coimbra	Depósito de sacos da firma Castanheira e Vargas - Café e mais gêneros, na estação de Retiro
1893-94	Fonseca e Lopes	Depósito de farinha de trigo
1896	Faustino, Moreira e Lima	Comércio e depósito de material hidráulico e sanitário
1896	Ítalo Cavazza	Depósito e comércio de vinhos; Importação direta e material para toilette
1896	Sapataria Moderna	Fábrica de calçado e Depósito de Biagio Betti e Cia
1896-1911	L. Barbosa e Cia L. Barbosa	Armazém de fazendas, modas, armarinho, novidades etc.; Importação direta de países europeus e comércio de artigos, chapéus etc.; Atacado e varejo
1897	Francisco Antônio Brandi	Estabelecido com armazém de secos, molhados e gêneros do país, com Importação direta de vinhos da Itália, comissões e consignações
1897	Ribeiro e Filho	Agência Mercantil e Intermediária de negócios; comissões e consignações de café, gêneros do país; casa importadora; compra e venda de ouro, prata, brilhantes;
1899	Carvalho e Telles	Armazém, atacado e varejo
1899	Francisco Nataroberto	Depósito para materiais de construção - Sucessor de Nataroberto e Filho
1899	Ribeiro d'Almeida, Irmãos Marques e Cia	Comissários de gado em Santa Cruz
1899-1907	Teixeira, Campos e Cia	Casa da América – Sucessores de A. Cardoso Cia. Armazéns de ferragens - Importação e Exportação-Atacado; Depositários da Fábrica de pregos São Nicolau; Importadores diretos de ferragens e latão para Café, feijão, fubá....
1899-1914	Christovam de Andrade e Cia.	Comércio de café, molhados e mantimentos; Refinaria de açúcar; Armazém, artigos em geral; Casa Comercial Geral e Torrefação de café; fundada em 1885
1901	J. J. Pinheiro Machado	Manteiga Especial - Depósito por atacado
1901	Jacob Bechtloff e Irmão	Grande Depósito de móveis - Oficina de móveis
1901	Pantaleone, Arcuri e Spinelli	Obras, construções, Depósito de materiais, carpintaria, marcenaria
1901-09	Almeida, Sarmento e	Refinação de Açúcar, molhados e mantimentos por atacado;

	Cia.	comissões; Casa Intermediária de Café; Fundada em 1902; há filial em Retiro
1901-16	Bertoletti, Irmão e Cia.	Fábrica de massas alimentícias, torração e moagem de café , fábrica de bebidas, Depósito de farinha de trigo e vinhos italianos; compra café, fumo, toucinho, feijão e milho;
1901-19	Almeida, Carvalho, Corrêa e Cia.	Refinação de Açúcar e comércio de gêneros e molhados; comissões e consignações; Atacado; Fundada em 1899; comércio de café – Fundada em 1899
1903-07	Eugenio de Montreuil Casa Montreuil	Grande empório de louças Eugenio de Montreuil - Estabelecimento de louças e ferramentas; comércio de máquinas hidráulicas
1904-23	João Teixeira Lopes	Atacadista; Comissões e Consignações ; Armazém e Refinação de Açúcar, molhados e mantimentos por atacado; Armazém Central – Mantimentos e Molhados por Atacado – Aguardente, Alcool e Açúcar
1905	J. F. Barreiros	Depósito de calçados
1905-22	Fraga e Costa	Armazém de secos, molhados e gêneros; comissões e consignações; Depósito de toucinho -Atacadista, Comissões e Consignações
1906	Christiano Gerheim	Grande Bazar de Benfica - Armazém de molhados e mantimentos, comércio de fazendas, armarinho, moda, calçados, louças; Atacado
1906-11	José Lobato - José Lobato e Calaes	Negociante, depósito de toucinho e queijos; importa vinho de Portugal; Atacadista, Comissões e Consignações; Molhados e Mantimentos
1906-13	Thomaz Loureiro	Comércio e Depósito de máquinas para indústria e lavoura, ferro e aço, tubos e materiais diversos; Casa de Ferragens; Máquinas para lavoura;
1906-24	Antônio Passarela	Molhados e Mantimentos; Comércio por atacado e varejo de fazendas, armarinho gêneros do país; Depósito de Querosene, Gasolina etc.
1907	Antônio Correa da Silva	Ferragens, Louças, armarinho – Atacado e varejo
1907	Eugenio Teixeira Leite Jr.	Fábrica de Manteiga Juiz de Fora - tem também seção de torrefação de café e depósito de lenha serrada.
1907	Fábrica de Biscoitos	Netto e Cia. - Atacado e varejo
1907	Fábrica de Manteiga Juiz de Fora - Eugenio Teixeira Leite Jr	Movida a motor elétrico e a vapor. Anexa a fábrica, está montada uma completa oficina de folhas trabalhadas, feitas com precisão e sem emprego de solda; tem também seção e torrefação de café e depósito de lenha serrada.
1907-1911	Campos, Bastos e Cia.	Casa da América - ferragens finas e grossas, louças, porcelanas, cristais, cristofles; Importação direta, aceitando encomendas para Europa; Importação e exportação

1907-12	Martins de Carvalho e Jorge Jr.	Armazém de mantimentos e molhados por atacado; Refinação de Açúcar; Atacadista; Comissões e Consignações;
1908-20	Queiroz e Irmão	Armazém de secos e molhados; Depósito de queijos e aguardente; importador de vinhos estrangeiros e recebe consignação de gêneros; Armazém e comércio de fumo;
1908-20	Henrique Surerus e Irmão	Fabrico e comércio de arreios, carroças e carrocinhas; mobília e sementes, carroças para estrada de ferro; vidros, ferragens, couros, tintas, cal, cimento, madeiras nacionais e estrangeiras; Fábrica de tecidos de malha; Depósito de madeira para construção
1909-11	Motta e Martins	Armazém de mantimentos e molhados; Refinação de Açúcar; Incorporada ao grupo Cia.. Usinas Nacionais
1909-1928	Sousas, Antunes e Cia.	Atacadista; Armazém de gêneros nacionais e estrangeiros; comissões e consignações; mantimentos, molhados, armarinho, roupas, perfumaria, calçados, chapéus, ferragens, louças, fazendas etc. Compra de Café
1910	Antônio Passarella	Comércio por atacado e varejo de fazendas, armarinho gêneros do país
1910	Dias Cardoso e Cia.	Papelaria, tipografia, comércio e ferragens, armarinho; consignação; atacado
1910-11	José Joaquim dos Santos	Armazém de gêneros e molhados; Atacadista, Comissões e Consignações
1910-13	Velloso, Cezar e Cia.	Armazém de secos e molhados; comissões e consignações; Atacadista; Secos e Molhados por atacado
1910-34	Fraga e Cia.	Atacadista; Armazém de secos e molhados e gêneros do país; Importação de vinhos, comissões e consignações; café
1911	Guilhermino Taveira	Atacadista, Comissões e Consignações – café
1911	José Joaquim dos Santos	Atacadista, Comissões e Consignações
1911	José Antônio e Irmão	Molhados e Mantimentos –Atacadista; Fazendas e armarinho
1889-1911	Manoel Faria de Oliveira Manoel Faria e Cia.	Atacadista; fábrica de ferraduras; Comissões e Consignações; 1889: Manoel Faria de Oliveira: comércio de gêneros do país, molhados, fumo, sal e ferro
1911-16	Lucas José da Silva	Molhados e Mantimentos - Aniagem e sacaria - vendas a dinheiro
1911	Velloso, Cezar e Cia.	Atacadista, Comissões e Consignações
1911-23	Manoel da Cruz Barreto	Molhados e Mantimentos; comércio em grosso de chapéus, rendas e mais artigos concernentes ao mesmo ramo de negócios
1911-25	Rivelli e Cia.	Mantimentos e Molhados por Atacado; Comissões e Consignações - Também possuía um curtume, na Três Pontes (Curtume Victória)
1913	Cia. Mineira de	Importação de material elétrico norte americano – aluguéis de

	Eletricidade	aparelhos
1913	Dias Cardoso e Cia.	Importação direta – maquinismos à electricidade, papelaria, fumos, tipografia, armarinho, livraria, tintas, ferragens e consignações
1913	Maraccini e Irmãos	Grande Depósito de lenha e carvão
1913	Renato, Laborão e Cia.	Atacadista; Comissões, consignações e Refinação de Açúcar, balas, ferraduras, mantimentos e molhados
1913-28	Antônio Pereira Maduro	Mantimentos e molhados por atacado e varejo, Compra de café e outros
1914	José Augusto e Irmão	Negociantes de secos, molhados, fazendas, armarinhos em geral, com armazém e filiais: Creosotagem e Maripá
1915-33	Cia. Renato Dias S.A.	Atacado de vários gêneros; Refinaria de açúcar; fabricação de ferraduras, balas, vassouras e outros. Sociedade Anônima em 1915; filiais em Belo Horizonte e....
1915-17	Casa Nathan	SP e JF - Máquinas para lavoura e indústria – Importação da Europa e EUA - Seção de Bombons
1917	Caetano, Netto e Marques Marques e Netto	Atacado de secos e molhados; Comissão e consignação; com usina de arroz e fubá, armazém de comestíveis e molhados; comércio de gêneros mineiros, compradores de arroz e fumo
1917	Casa Tardio	Materiais e utensílios para laticínios – Depósito
1917	Lobato, Souza e Cia.	Armazém de molhados e mantimentos por atacado e Depósito de aguardente e toucinho, comissões e consignações em JF
1917-24	J. Bisaglia e Cia. J. Bisaglia e Irmão	Secos e Molhados por Atacado - Comissão e consignação, Depósito de trigo, banha, sal, velas, querosene, sabão, charque e vinhos importados diretamente
1918	Santos, Carvalho e Cia.	Armazéns - atacado
1918	Lenha São Geraldo	Depósito e comércio
1920	Lobato, Álvares e Cia.	Comissários com armazém de e mantimentos, atacado, nacionais e estrangeiros; comissões e consignações
1920	Mascarenhas, Bourdoi e Cia	Comissões, representações e conta própria - Casa Cruz Vermelha – Atacado de Fazendas
1920	Refinaria Juiz de Fora S.A.	Refinação de Açúcar e Fábrica de Álcool
1920-24	Vidal, Araújo, Fazollo e Cia.	Atacadista; Secos e Molhados, comércio de café - Casas Carcacas;
1921	J. Dutra e Irmão	Donos de engenho e despachantes de gêneros pela E.F.C.B –café
1921	Leal e Esteves	Depósito de farinha
1921	Moreira e Junqueira	Fábrica de café moído

1922	Antônio Rodrigues Cruzeiro Carneiro e Cia	Negociantes de secos e molhados - atacado e varejo Renato da Silva Carneiro – Casa Comercial – Atacadista – Mantimentos e café
1922	José Sabe	Fazendas, armarinho, roupas – Atacado e varejo
1922	Manoel Gonçalves da Silva e Cia.	Comerciante, com armazém de cereais nesta cidade - Há Fábrica de Ferraduras
1922	Caetano Beghelli	Atacadista de gêneros
1922-25	Luiz Mangoni	Armazém de Cereais – Secos e Molhados
1923	Cruzeiro, Araújo e Cia.	Atacado; fazendas, armarinho etc.
1924	Chelini e Cia.	Destilaria
1924	Alvarenga e Cia.	Cereais por Atacado, Aguardente e Álcool
1924	Gonçalves, Franco e Cia	Cereais por atacado
1924	J. Toledo e Cia	Armazém de Mantimentos e Molhados. Atacado. Exportação de Açúcar e Cereais
1924-25	Ottillio Galhardo	Café. Vendas a Varejo e Atacado – Depósito de lenha
1912-25	A. Ferreira do Amaral	Armazém de Secos e Molhado - há fábrica de curtume – Atacado - Fundada em 1912
1925	Carvalho Jr. e Cia.	Comércio em Grosso e Varejo de Cereais, Artigos Nacionais e Estrangeiros. Comissões, Consignações e Representações
1925 1926	Joaquim Calaes Almeida Marques e Cia.	Comércio de Açúcar em Grosso - JF Casa Comercial Atacadista - gêneros
1926	Cia. Dias Cardoso	Sociedade Anônima Comercial e Bancária - filiais no RJ, BH, Uberaba. comércio em grosso e a varejo de artigos de papelaria e outros e das operações bancárias; Manufatura de fumo; tipografia, comércio e ferragens, armarinho; consignação
1926	Vidal, Araújo, Fazollo e Cia. Manoel Vidal Leite Ribeiro	Vidal, Araújo, Fazollo e Cia. – Atacadista – Juiz de Fora; Martins da Matta e Cia. – Hotel JF; Monteiro de Barros e Cia. – Comerciantes de café; Cortez, Irmão e Cia. – Ponte Nova; Vidal e Araújo – Angustura; Domingues Cortes e Cia. Cataguases; Barros e Cia. – Mirahy; Domingues e Cia. – Carangola
1928	Ângelo Granato e Irmão	Armazém de secos, molhados, ferragens, louças, e mais gêneros – por atacado; Armarinho, calçados etc. Máquinas para beneficiar café e arroz – Pequery
1928	Depósito Vulcano	Depósito de Lenha
1928	Faria e Cia.	Atacado
1930	Antônio Pereira de Rezende	Casa Comercial - Atacado - café
1933	Gaspar Lino e Cia.	Negociante de gêneros alimentícios; há filial e matriz - atacadista de alimentos

Fonte: Jornais – vários anos; Inventários – Arquivo Histórico da UFJF – vários anos; Processos de Falência – Id. – vários anos. Pires Op. cit Tabela 28

A partir de tais dados, podemos ter uma melhor compreensão acerca da diversidade econômica e comercial presente em Juiz de Fora, como já ressaltamos em diversos momentos ao longo deste trabalho. E, embora a cidade estivesse inserida no contexto agroexportador de café e que esse empreendimento trouxesse consigo a necessidade de um aparato referente ao produto, não se observa um foco exclusivo no café. Muito pelo contrário, vemos um comércio pujante de cereais, mantimentos, açúcar e laticínios, indicando a economia plural na cidade de Juiz de Fora, demonstrando que, de fato, a cidade ocupava uma posição singular de entreposto comercial da província de Minas Gerais. Ainda de acordo com Anderson Pires¹³

Iniciaremos esta análise por uma das funções mais importantes desempenhadas pelo município, pela possibilidade que manteve de interferir nos fluxos da circulação externa, não pelas exportações do café, que como vimos, para maior comodidade deste trabalho, deixaremos propositalmente para um momento posterior. Interessa no momento a verificação da intervenção do circuito de comercialização externa do ponto de vista das importações, componente estratégico para a economia e responsável pela mobilização de um fluxo bastante significativo de produtos e recursos que terão na região e no estado seu destino final de consumo (produtivo ou não). (Pires, 2004, p. 124)

Em suma, fica evidente que a rede bancária, comercial e financeira na região da Zona da Mata mineira se desenvolvia de forma muito interessante e destacável, demonstrando que a compreensão de tal cenário é crucial para entender o próprio funcionamento da província e principais relações que daí surgiam. Além disso, mesmo que o setor financeiro tenha surgido por conta da atividade agrícola, a diversidade econômica da cidade pôde se aproveitar desse aparato bancário para o seu desenvolvimento.

2.1 - Abolição, Encilhamento e o boom da expansão creditícia

¹³ Em sua tese, o historiador Anderson Pires busca indicar que, embora o desenvolvimento de grandes empresas atacadistas não fosse a principal atividade comercial de Juiz de Fora, a cidade desempenhou um protagonismo no que tange a presença de tais empreendimentos, que foram referência para a economia da cidade, região e outros estados. Em suas palavras “As informações analisadas até agora dispensam maiores comentários sobre as questões que estamos discutindo no momento aqui. A julgar por esta empresa e por aquelas que analisamos anteriormente, podemos adiantar o que pode ter sido um dos traços essenciais da estrutura comercial do setor atacadista em Juiz de Fora, ao menos no que se refere às grandes empresas que se estruturaram na cidade: suas dimensões chegaram a proporções bastante significativas, mesmo que este não tenha sido, necessariamente, um padrão para as empresas comerciais que caracterizaram o setor; seu raio de ação envolveu não só a própria região da zona da Mata como outras importantes praças do estado de Minas “...e até Estados vizinhos...”; sua clientela, extremamente diversa pelo fato de também atuar no varejo, se constituía, entre outros, por agentes nitidamente identificados com as distintas formas que assumiram a organização das estruturas produtivas e comerciais na região (“... fazendeiros, comerciantes e industriais...”); o montante de recursos envolvido em sua circulação, que não foi pequeno, teve na cidade um ponto de inflexão importante e representou um espaço bastante significativo de retenção e acumulação de capital.” Pires, 2004, “Cafês, Bancos e Finanças..” p.132

De acordo com o historiador Marcus Antônio Croce, o Encilhamento¹⁴ constituiu um período muito interessante no que diz respeito aos aspectos econômicos, sendo repleto de contradições e transformações que decorreram desse momento de instabilidade. Para o autor, o Encilhamento e a Abolição estão intimamente ligados e os desdobramentos do pós Abolição, proporcionaram e ecoaram na conjuntura do Encilhamento

Acreditamos não ser possível abordar o tema “Encilhamento” sem antes analisarmos o que os eventos da abolição da escravatura, da lei bancária de 1888 e a ascensão do movimento republicano influenciaram a criação do decreto “Auxílio à Lavoura”, que em nossa concepção, marca o início da conjuntura econômica do Encilhamento. A abolição da escravatura serviu como uma válvula de escape para que muitos cafeicultores já falidos no Vale Paraíba fluminense buscassem uma “indenização”, nesse contexto, alegando que, com a perda de escravos as bases econômicas dessa região foram extremamente prejudicadas. (Croce, 2013, p.57. Grifo nosso)

No ano de 1889, o país passava por um cenário muito conturbado, pois a monarquia se mantinha no poder, no entanto, com um poder cada vez mais questionado e fragilizado. Os ventos do republicanismo sopravam pelo território brasileiro e cada vez mais figuras ligadas ao governo demonstravam suas tendências republicanas em contramão à monarquia.

Em seu trabalho, o historiador Marcus Croce aponta para algumas personalidades que ocupavam uma posição de protagonismo nesse momento, no que diz respeito aos discursos contrários à monarquia, que eram o padre João Manuel e Cesário Alvim. Em um dos trechos retirados de um jornal da época, podemos observar o tom dos discursos existentes naquele momento

“Ninguém mais se ilude sobre a gravidade da situação política em que nos achamos, ouve-se distintamente o rasgar das peças do mecanismo gasto, que se desconjuntam (...) o espírito público aceita a mudança (...) quem duvida que isto é assim deixou de duvidar se assistiu no dia 11 deste mês a sessão da câmara dos deputados. Quem deu uma solenidade técnica a essa memorável sessão não foram os Srs. Cesário Alvim e o padre João Manuel, foi o povo que aclamou suas palavras (...) foi o povo que sentiu que naquela casa de representação nacional estava enfim em sua casa.” (Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de junho de 1889 apud Croce, 2013, p.58-59. Grifo nosso.)

Mediante isso, podemos perceber que essa conjuntura demonstrava um intenso embate de interesses e lutas políticas, em que o governo vigente se mostrava em franco descrédito para com a parcela dos políticos e outros segmentos sociais como os fazendeiros, militares e os agentes financeiros que viam uma postura protecionista do governo ao não proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento creditício.

No entanto, essa postura do governo vinha desde 1860, quando foi implementada a Lei dos Entraves, que tinha como objetivo monopolizar a emissão no país devido às instabilidades

¹⁴ Tratar do Encilhamento se torna essencial para compreender a expansão e ascensão das Sociedades Anônimas em Juiz de Fora, pois, nesse contexto, alguns elementos foram cruciais para que as S/A se fortalecessem, como abordaremos à frente.

econômicas decorrentes das disputas entre os metalistas e papelistas¹⁵ que deram contorno aos embates econômicos e políticos. Além das instabilidades e desconfianças que o “Pânico de 1857” gerou.

Sendo assim, a Lei dos Entraves transformou o cenário econômico, financeiro e bancário no Brasil que, naquele momento, ainda era incipiente e isso deixou o sistema financeiro ainda mais debilitado porque houve a monopolização da emissão, inibindo a criação de novas instituições privadas, dificultando a expansão de sociedades anônimas, por exemplo

A lei d'entraves como coloca Pinto de Aguiar, além de monopolizar a emissão de moeda ao governo, inibia a criação de empreendimentos privados, como criação de novas sociedades anônimas. *As inibições a que nos referimos se mostraram na prática através de normas austeras para incorporadores, que pretendiam utilizar crédito para novos empreendimentos* (Aguiar, 1973 p. 08 apud Croce, 2013, p.60. Grifo nosso)

Dessa forma, essa situação foi se agravando e desgastando ainda mais o poder da monarquia, sendo cada vez mais questionável a sua capacidade de governança. Todavia, em 1888, essa questão envolvendo o sistema financeiro e bancário começa a dar sinais de uma possível transformação com a *Lei Bancária de 1888*, aprovada em 24 de novembro de 1888, pelo ministro Ouro Preto e regulamentada em 05 de janeiro de 1889 pelo decreto 10.144.

A Lei Bancária de 1888 buscava promover uma maior pluralidade bancária, possibilitando uma transformação nas operações e permitindo que houvessem emissões, a fim de aumentar a liquidez visto que a Abolição e a instituição do trabalho assalariado trouxeram consigo essa demanda

Aprovada em 24 de novembro de 1888, através do Visconde de Ouro Preto e regulamentada pelo decreto número 10.144 de 05 de janeiro de 1889, a Lei Bancária de 1888 fez retornar a pluralidade bancária e o aumento de emissões, uma vez que essa lei tinha como objetivo ampliar a liquidez para o melhor funcionamento do mercado de trabalho. Tal lei estabeleceu que cada banco com lastro de apólices em ouro só poderia emitir até 2/3 de seu capital, ou 20 mil contos. De acordo com essa lei os bancos que a aderissem deveriam dar preferência aos empréstimos à lavoura, e num prazo máximo de três anos (Tannuri, 1981 p. 44 apud Croce, 2013, p. 60)

Entretanto, mesmo com essa ligeira mudança na legislação bancária, as instituições não se mostraram muito dispostas a surfar nessa “nova onda financeira” promovida pelo governo imperial

¹⁵ O historiador Marcus Antônio Croce em sua tese de doutoramento, destrincha de forma muito consistente essa disputa que permeou o cenário econômico e político no Brasil. Os papelistas apoiavam um papel fiduciário, já os metalistas apontavam que as bases em padrões metálicos eram mais confiáveis e constantes. Os metalistas eram contrários à grande emissão de papel-moeda, já os papelistas não entendiam a emissão como sendo o aspecto motriz das crises e incertezas econômicas. Para ver mais: CROCE, Marcus A. **Crises Financeiras na Primeira Década Republicana e os Bancos em Minas Gerais (1889-1903)**. 2013. Tese de Doutorado. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG

A implantação dessa nova lei não despertou o interesse dos banqueiros devido à limitação de valor e de prazo, além da baixa margem de lucro que a nova lei bancária oferecia. O resultado aquém do esperado pelo governo atingiu também os cafeicultores que passavam por dificuldades financeiras no Vale Paraíba Fluminense. Tais cafeicultores não tinham como obter crédito naquelas circunstâncias. (Croce, 2013, p. 60)

É nesse momento que o governo promove o que, para o historiador Marcus Croce, se tornou um divisor de águas no cenário financeiro e bancário brasileiro: o Auxílio à Lavoura que foi instituído e transformou completamente o interesse dos banqueiros e cafeicultores. Croce, por meio de fontes da imprensa da época, nos mostra como se deu o contrato entre o Auxílio à Lavoura e o Banco Predial

“- Contrato com o governo no dia 23 de junho de 1889. - Juros a 6% ao ano. - Condição:

- Hipoteca no prazo de 5, 10 ou 15 anos
- Penhor agrícola, colheitas e animais pelo tempo de um a três anos e de um a cinco anos para máquinas e instrumentos de lavoura.
- Juros de 6% ao ano pago por semestre e amortização de capital sem ônus.
- Mínimo e máximo de emprego para hipoteca ou caução de títulos de 2:000\$ a 120:000\$.
- Penhor agrícola 500\$ a 50:000\$.
- Na hipoteca poderá a amortização de capital ser compreendida desde logo começar a partes semestrais ou começar fiado o primeiro terço do prazo à vontade do mutuário. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1889, F. P. Mayrinck "(Jornal GAZETA DE NOTÍCIAS, 04 de julho de 1889 apud Croce, 2013, p. 61-62)

A implementação do Auxílio à Lavoura trouxe consigo um entusiasmo por parte do setor bancário, promovendo a criação de diversas instituições financeiras, alavancando o sistema bancário brasileiro. Com o decreto do Auxílio à Lavoura, o governo estabeleceu relações com as seguintes instituições financeiras, por meio do repasse de 87.500:000\$000, divididos da seguinte maneira, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 19 - Bancos autorizados a operar com o Auxílio à Lavoura em 1889

Bancos	Valores
Banco de Crédito Real do Brazil	Rs. 40.000:000\$000
Banco de Crédito Real de São Paulo	Rs. 10.000:000\$000
Banco Predial	Rs. 4.000:000\$000
Banco da Bahia	Rs. 6.000:000\$000
Sociedade e Commercio na Bahia	Rs. 3.000:000\$000
Banco Territorial e Mercantil de Minas	Rs. 3.000:000\$000
Banco Agrícola do Brazil	Rs. 20.000:000\$000

Banco do Brazil	Rs. 16.000:000\$000
Banco Commercial e Hypothecario de Campos	Rs. 2.000:000\$000
Sociedade Bancária Lorenense	Rs. 2.000:000\$000
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Rs. 4.000:000\$000
Banco da Lavoura e Commercio do Brazil	Rs. 40.000:000\$000
Banco Colonizador e Agrícola	Rs. 10.000:000\$000
Banco Commercial do Pará	Rs. 2.000:000\$000

Fonte: Auxílio à Lavoura – Imprensa Nacional, 1889 pp. 08-09 apud Croce, M. Crises Financeiras... 2013, p. 61

Para além disso, o Auxílio à Lavoura também proporcionou uma maior participação do capital na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 20 - Capitalização da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro 1889

Bancos	572.000
Ferrovias	176.000
Companhias de Seguros	35.700
Navegação	26.000
Têxteis	25.000
Engenhos centrais de açúcar	9.000

Fonte: Cavalcanti, A. O Meio Circulante Nacional, 1808-1831. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983 (publicado originalmente em 1893) p. 355. In: Schulz, J. op. cit. p. 79 apud Croce, M. Crises Financeiras... 2013
*Valores registrados de participações em contos em 31 de dezembro de 1889.

Todo esse movimento é importante para compreendermos as origens do chamado “Encilhamento”. De acordo com Croce, o *boom* no crescimento do setor bancário promoveu, sim, um crescimento real, contudo, por outro lado, fomentou a especulação financeira, o que gerou um processo de constante especulação, colocando a conjuntura em uma bolha especulativa e toda essa movimentação econômica de insegurança e instabilidade decorrida da implementação do Auxílio à Lavoura é o que a historiografia nomeou como “Encilhamento”

O interesse do setor bancário ao mesmo tempo em que causou um boom na economia trouxe consigo também movimentos especulativos, gerando uma bolha especulativa. O Barão de Lucena, que foi o quarto ministro da Fazenda na conjuntura do Encilhamento, afirmou que a abertura de vários bancos aumentou o crédito acima do que a situação comportava, desorganizando a economia e propiciando a especulação. A bolha especulativa iniciada com o decreto do Auxílio à Lavoura passou a ser denominada na historiografia brasileira como “O Encilhamento”, termo inspirado na gíria do turfe uma vez que, no momento de euforia do mercado

financeiro, com os bancos injetando dinheiro no mercado e gerando ações na Bolsa, com altas margens de ganho, vários investidores, de diferentes classes sociais, se engalfinhavam para buscar lucros através de papéis. (Croce, 2013, p. 63-64)

Uma das instituições que acabou entrando nessa dinâmica especulativa foi o Banco Territorial e Mercantil de Minas, situado em Juiz de Fora, que veio à falência por essas questões externas e por irregularidades no próprio funcionamento, como abordaremos na próxima seção.

No entanto, todo esse processo do Encilhamento e as possibilidades que ele trouxe reverberaram na cidade de Juiz de Fora que nesse contexto possuía um número significativo de Sociedades Anônimas, demonstrando a relevância econômica da cidade na região.

Quadro 21 - Sociedades Anônimas Fundadas em Juiz de Fora 1888/1899

Companhia	Capital Nominal	Fundação	Liquidação	Sector
Cia. Pastoril Mineira	1.000:000\$	1888	1896	Agrícola
Cia. Mineira de Eletricidade	150.000\$	1888		Energia
Cia. Organização Agrícola Mineira	300.000\$	1896	1896	Agrícola
Cia. Estrada de Ferro Santa Izabel do Rio Preto	—	1889	1899	Estrada de Ferro
Banco de Crédito Real de Minas Gerais	500.000\$	1889		Financeiro
Academia de Comércio	200.000\$	1890/91		Ensino
Cia. Construtora Mineira	500.000\$	1890	1892	Construção Civil e Industrial
Cia. Industrial de Juiz de Fora	1.000.000\$	1890	1897	Couro e materiais graxos
Cia. Indústria Mineira	300.000\$	1890	1892	Calçados
Cia. Agrícola de Juiz de Fora	2.200.000\$	1891	1896	Agrícola
Cia. Chimico Industrial Mineira	500.000\$	1891	1900	Química e farmácia
Cia. Mechânica Mineira	500.000\$	1891	1895/96	Mecânica

Banco de Crédito Popular de Minas Gerais	1.460.000\$	1891	1893	Financeiro
Cia. de Tecidos de Juta	—	1894	1901	Têxtil
Empresa Tipográfica de Juiz de Fora - “O Pharol”	300.000\$	1899	1901	Jornalismo

Fonte: Jornais locais - vários anos apud. Pires, 1999 p. 291. (Modificado)

A partir dos dados apontados acima, podemos verificar a criação de diversas sociedades anônimas na cidade de Juiz de Fora, sobretudo após o ano de 1888 por advento do incentivo do Auxílio à Lavoura. Contudo, algumas dessas sociedades anônimas não sobreviveram às adversidades do Encilhamento, vindo ao fechamento pouco tempo após a sua fundação.

Em suma, percebe-se a influência dessas grandes reviravoltas econômicas e financeiras no município de Juiz de Fora e conseqüentemente na região da Zona da Mata mineira. Além disso, por meio do Quadro 18, podemos verificar que a instituição analisada em nossa pesquisa, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, esteve entre as instituições que receberam recursos e foram autorizadas a operar mediante o Auxílio à Lavoura, mesmo com sua recente fundação. Dessa forma, percebemos a relevância que a instituição possuía e a importância que os subsídios tinham para a região.

Ademais, a diversificação da economia juiz-forana se demonstra de forma efetiva nesse contexto, pois houve uma pluralidade considerável de setores envolvidos nessa expansão das sociedades anônimas na cidade, como podemos analisar por meio das informações contidas no quadro abaixo.

Quadro 22 - Percentual dos Setores de Sociedades Anônimas inauguradas em Juiz de Fora no período do Encilhamento

SETORES	PERCENTUAL
Financeiro	27,75%
Agrícola	37,32%
Serviços Públicos / Seguros	5,26%
Indústria	29,66%

Fonte: Pires. Café, finanças e bancos.....op. cit. p. 296

De acordo com Baskin e Miranti

"(...) se há aumento de capital durante a industrialização, sua composição muda: nos primeiros estágios do crescimento econômico, as maiores demandas por capital se originam da urbanização e do desenvolvimento do sistema de transportes; nesta fase, a demanda da indústria por investimentos é relativamente pequena e uma grande parcela de seus investimentos consiste em estoques com a diminuição dos gastos de construção e o desenvolvimento do sistema de transportes (e o correspondente ganho de escala) e a integração da economia que acarreta, o volume dos equipamentos dos produtores aumenta substancialmente," (Baskin; Miranti, 1997 apud Pires, 1999 p. 296).

Sendo assim, embora o trecho anterior se refira à Europa Ocidental e aos Estados Unidos, podemos apontar que o mesmo se deu em Juiz de Fora nesse contexto (Pires, 2004. Croce, 2013). Como é possível observar pelo quadro abaixo, houve uma grande diversificação de capital e investimentos em industrialização na cidade.

Quadro 23 - Comparação de Investimentos de Sociedades Anônimas em Juiz de Fora entre os períodos 1854/1884 e 1887/1899 (%)

Período	Transportes / Estradas de Ferro	Financeiro	Agrícola	Serv. Públicos	Indústria	Comércio	Total
1854 1884	6.300:000\$ (83.11%)		80:000\$ (1,05%)		1.200:000\$ (15.83%)		7.580:000\$
1887 1899		2.900:000\$ (27.75%)	3.900:000\$ (37.32%)	550:000\$ (5.26%)	3.100:000\$ (29,66%)		10.540:000\$

Fonte: Jornais Locais - vários anos. In:Pires Op. cit. p. 296, Tabela 74

Em suma, as ações e acontecimentos que surgiram por conta do Encilhamento foram essenciais para o desenho do crédito no Brasil e a Zona da Mata mineira não ficaria de fora dessa conjuntura. Sendo assim, observamos a expansão no número de Sociedades Anônimas fundadas em Juiz de Fora e a diversidade que elas possuíam, dotando a cidade de uma complexidade econômica muito significativa. Para além disso, de acordo com o historiador Marcus Antônio Croce

A política econômica, facilitando os mecanismos de abertura de sociedades anônimas, possibilitou também maiores perspectivas de fusão de grandes volumes de capitais sob a forma de sociedades anônimas. As sociedades anônimas fundadas no início do Encilhamento operavam em um universo de grande circulação monetária, gerando estímulos aos investidores, principalmente aos agrários, que diversificaram seus ativos pela aquisição de ações, de títulos de dívida pública etc. Tal diversificação possibilitou grande movimentação no sistema financeiro, gerando mais financiamentos para novos investimentos, fortalecendo, assim o mercado de capitais. (Croce, 2013, p.178)

Portanto, o contexto do Encilhamento trouxe consigo muitas contradições e transformações em diversos setores, sendo um desses setores o bancário - que é o foco do nosso trabalho.

2.2 - Trajetória meteórica: o Banco Territorial e Mercantil de Minas

Nos tópicos anteriores, tratamos da gênese creditícia em Minas Gerais e sua expansão por conta dos eventos da Abolição e o Encilhamento. Neste tópico, trataremos acerca do primeiro banco da província de Minas Gerais: o Banco Territorial e Mercantil de Minas, fundado na cidade de Juiz de Fora no ano de 1887. A instituição financeira foi fundada por três personalidades muito influentes no contexto local: o comendador Manoel Matos Gonçalves, o comerciante Francisco Batista de Oliveira e o Barão de Santa Helena

Dessa forma, é possível observar que os fundadores faziam parte de segmentos distintos, mas que viram em sua união a possibilidade de promover um maior desenvolvimento e progresso na economia de Juiz de Fora e da região

O Banco Territorial e Mercantil de Minas, vinha desde 1887 prestando assinalados serviços a economia da província. Fruto da iniciativa de homens da cidade, sem qualquer bafejo da administração. Como primeiro banco fundado na província teve oportunidade de desenvolver-se com rapidez e de granjear extensa clientela. Seu êxito despertou a idéia de criação de outro instituto de crédito. O campo era vasto e comportava perfeitamente dois estabelecimentos congêneres. (Mascarenhas, 1954 apud Almico, 2018, p. 11)

O intuito inicial e primordial do banco, era o de promover o crédito agrícola, facilitando o acesso ao crédito pelos cafeicultores da cidade e região, auxiliando, assim, no desenvolvimento econômico, visto que a atividade agrícola e agroexportadora era a principal da região. O Banco teria como finalidade conceder crédito por meio de letras hipotecárias, descontos em letras, duplicatas e conta corrente (Croce, 2013). Como se pode ver por meio dos estatutos do Banco, publicados no Jornal O Pharol no dia 02/07/1887

Estatutos do Banco Territorial e Mercantil de Minas

Capítulo I Art. 6º O banco tem por fim auxiliar o commercio e lavoura da província de Minas, desenvolvendo o crédito individual e colectivo por meio de operações mercantis e hypothecarias, para as quais terá duas carteiras.

Capítulo II Art. 10º A carteira commercial realizará as seguintes operações: cobrir crédito em conta corrente de movimento; receber dinheiro a prêmio a prazo fixo; descontar letras e outros papéis de crédito, commerciaes ou particulares, com uma ou mais firmas; emprestar sob caução de qualquer espécie ou valor; cobrar e fazer pagamento por conta de terceiros; lançar empréstimos por conta de companhias ou empresas de qualquer espécie; comprar e vender por conta de terceiros, fundos públicos, acções e outros títulos; realizar quaesquer outras operações licitas e usuas de commercio.

Art. 11º A carteira hypothecaria realizará as seguintes operações: emprestar sob hypothecas de propriedades ruraes com amortização calculada entre 10 e 20 annos e ao juro que for combinado; emprestar sob hypotheca de immoveis urbanos e ruraes a curto praso, com ou sem amortização (16 do Artigo 13 da lei nº 1.237 de 24 de setembro de 1864); emprestar sobre colheitas pendentes e sobre productos já armazenados, seja no estado primitivo, seja depois de beneficiados, manufacturados e acondicionados para venda (art. 10 da Lei nº 3.272 de 5 de outubro de 1885); constituir se cessionário de escripturas de penhor, obrigando-se o cedente ao pagamento no dia do vencimento, com todos os encargos e responsabilidades da secção mercantil; emprestar sobre animaes, machinas, e quaesquer accessorios, não comprehendidos em escriptura de hypothecas, forem dellas desligados por consentimento expresso do credor hypothecario. (Almico, 2018, p. 9-10)

O historiador Marcus Antônio Croce pontuou alguns outros aspectos que foram fundamentais para a fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas

A construção da rodovia União e Indústria e os investimentos no setor de transportes, geraram um encadeamento setorial dinâmico. A entrada de imigrantes e investidores de outras localidades, juntamente com a forte presença de cafeicultores da região, foram determinantes para a instalação do Banco Territorial e Mercantil de Minas. (Croce, 2013, p. 207)

Embora o banco tenha funcionado por volta de apenas cinco anos, desenvolveu uma singela expansão, levando agências às cidades de Ouro Preto (nesse contexto, capital da província de Minas Gerais), Além Paraíba e ao Rio de Janeiro, para além de sua matriz na cidade de Juiz de Fora. Além do BTMM, a cidade de Juiz de Fora contou com a fundação de outra instituição financeira: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, fundado dois anos após o Banco Territorial e Mercantil de Minas - é importante pontuar que o capital existente na cidade de Juiz de Fora era significativo e possibilitou a fundação de duas instituições bancárias, em que observamos, inclusive, a presença de membros fundadores em comum, como o comerciante Francisco Batista de Oliveira e o Barão de Santa Helena

Dessa forma, embora os bancos compartilhassem fundadores em comum, as trajetórias, escolhas e desfechos das duas instituições foram muito distintas. É fato que ambas surgiram em um contexto muito conturbado, um período de transição entre a monarquia e a república. Sendo assim, não é novidade que as crises financeiras foram muito acentuadas. A principal delas sendo conhecida como “Encilhamento”. Nesse sentido, apenas uma dessas instituições superou tal revés: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Já o Banco Territorial e Mercantil de Minas acabou por surfar na onda do capital especulativo que era presente naquele momento. O BTMM foi fundado em 1887 e foi autorizado a participar do Auxílio à Lavoura, como mostra o Quadro 18. No entanto, embora ele tenha participado desse *boom* inicial do Encilhamento, não conseguiu dar prosseguimento em seu funcionamento (Croce, 2013).

A instituição entrou em um grande processo de irregularidades e fraudes em que houve um desvio massivo de recursos e concessões indevidas, nas quais os indivíduos contemplados com os recursos consistiram em amigos, conhecidos e parentes dos dirigentes, estando esses, muitas vezes, em franco endividamento e decadência, mas que puderam “respirar” através de recursos ilegais

A facilidade de se obter crédito no Banco Territorial em sua agência no Rio de Janeiro, conforme mostrou o parecer do processo de falência, era extrema. De acordo com tal laudo pericial, detectou-se que, além dos empréstimos serem efetuados sem critério e sem normas de garantia, o seu livro contábil apresentava contas de vários bancos, companhias, sindicatos e particulares com saldos devedores superiores a 2.000 contos, sem qualquer tipo de garantia. Segundo os peritos, a facilidade de se obter crédito a descoberto naquela agência causa espanto (Falência - Banco Territorial e Mercantil de Minas - 1893. cx. 3.965 apud Croce, 2013, p. 215)

Todo esse esquema de fraudes só foi descoberto porque a instituição entrou com um processo de falência e a partir disso, nomearam peritos para averiguarem os motivos da falência

Para constatar os motivos que levaram o banco a falir, foram nomeados pelo Juiz da Comarca, Dr. Feliciano Pena, os peritos Avelino Lisboa e Basílio Nogueira da Veiga. Como se observa nos laudos desses peritos havia diversas irregularidades nas agências do Banco Territorial e Mercantil de Minas, sendo elas a Casa Matriz (em Juiz de Fora), a de Ouro Preto, Além Paraíba e a do Rio de Janeiro. (Almico, 2018, p. 12)

A agência do BTMM fundada na capital do Império, sendo o principal centro financeiro daquele momento, foi a porta de entrada para as irregularidades administrativas

Foi exatamente na cidade do Rio de Janeiro, centro financeiro do país, que o Banco Territorial se envolveu com negociações mal concebidas e altamente especulativas que o levaram à falência deixando o nome desse banco gravado na historiografia regional como maior exemplo da crise financeira do Encilhamento. (Croce, 2013, p. 206)

Rita Almico traz uma descrição bem detalhada acerca das irregularidades constatadas pelos peritos envolvidos na investigação que buscou entender os motivos que levaram o BTMM a decretar falência. Em síntese, é possível perceber que a instituição se tornou um grande esquema fraudulento que se afastou completamente das premissas de fundação, em que o intuito se direcionava ao financiamento agrícola da região.

Nos últimos instantes de seu funcionamento, o Banco passou a realizar atos como: 1) conceder empréstimos sem critérios e garantias; 2) não possuir fundo de reserva; 3) omitir e falsificar documentos referentes às operações realizadas. Dessa forma, não havia um sistema de fiscalização na instituição, deixando com que seus dirigentes ficassem livres para operar da forma que desejassem.

. Os documentos produzidos pelo setor administrativo do Banco traziam em seu corpo informações que contrariavam o Código Comercial. Marcus Antônio Croce, traz o exemplo do Diário, datado de 1º de a 13 de setembro, em que há o lançamento nomeado “em uma só partida”¹⁶ erroneamente, pois o Código Comercial determinava que os lançamentos fossem detalhados e discriminados. Para além disso, esse elemento nomeado “em uma só partida” indicava movimentações de 20.000 e 5.700 réis, justamente no momento em que houve a incorporação da Companhia Céres Brasileira¹⁷ ao Banco Territorial e Mercantil de Minas.

Contudo, essa incorporação da Companhia Céres Brasileira ao BTMM, trouxe consigo algumas questões muito suspeitas

A incorporação da Cia. Céres Brasileira resultou em um débito de sua conta corrente, sem garantia, na ordem de 1.000 contos, sendo este valor lançado na conta comissões do Banco Territorial. Foi constatado, assim, segundo movimento de lançamento no livro Caixa, que o lucro obtido pelo banco nessa operação foi totalmente fictício, uma vez que foi efetuada uma transferência da conta comissões na mesma data de entrada dos 1.000 contos, no valor de 400 contos para o Banco de Crédito Rural Internacional e 300 contos a Henry Lowndes, referentes à transferência de suas ações da Cia. Céres Brasileira e repassado ao Banco Territorial apenas a quantia de 300 contos (Falência - Banco Territorial e Mercantil de Minas - 1893. cx. 3.965 apud Croce, 2013, 209)

Ademais, por meio das investigações, constatou-se que todas as agências da instituição estavam envolvidas nesse sistema fraudulento. Os acionistas não conseguiram reaver seus investimentos. (Croce, 2013; Almico, 2018)

Os cálculos sobre o ativo e o passivo do banco indicavam que cada investidor perderia 88% do seu capital, contando, ainda, com a perspectiva de receber esses ativos, o que, na verdade, não sabia se ia reaver. Em outras palavras, nem os 12% do capital restante dos investidores estavam garantidos. Segundo o Barão de Santa Helena e Batista de Oliveira, fundadores e diretores do Banco, os devedores do banco que ainda não estavam falidos aproveitavam-se da situação para forjar acordos que lhes beneficiassem (Jornal O PHAROL, 07 de agosto de 1892 apud Croce, 2013, p. 216)

Para além disso, as operações e a liquidação do Banco Territorial e Mercantil de Minas, deixaram uma visão muito negativa na historiografia regional e na confiabilidade do sistema financeiro da região

A especulação praticada naquela agência, juntamente com as transações efetuadas sem conhecimento da agência matriz, que, por falta de empenho administrativo, não soube executar as normas necessárias, cobrou seus resultados. A maior consequência

¹⁶ O historiador Marcus Antônio Croce descreve qual seria a forma correta de se realizar os lançamentos e indica o porquê de “em uma só partida” ser errado: “O termo ‘uma só partida’ demonstra irregularidade contábil. A forma correta de se escriturar em um livro contábil como o Diário é discriminar a natureza dos lançamentos efetuados dia a dia, nos campos de débito e crédito. Uma só partida corresponde então a um lançamento total, que não discrimina ou especifica a origem de operações referentes a débito e crédito.” Ver mais em Croce, 2013, “Crises Financeiras...” p. 209

¹⁷ Essa companhia era vinculada a um nome conhecido entre os grandes especuladores, que atuava no mercado internacional e nacional: Henry Lowndes ou Conde de Leopoldina. Ele já era conhecido e arrastava consigo um retrospecto de insucessos financeiros e vantagens advindas do processo especulativo. Ver mais em Croce, 2013.

disso foi a decretação da falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas, fato que custou caro ao mercado de capitais da Zona da Mata mineira, sendo mais aguda na praça de Juiz de Fora. (Croce, 2013, p. 215)

Em suma, é inegável a existência de uma concentração de capital significativa na região da Zona da Mata mineira, tanto é que houve a coexistência de instituições financeiras em um momento muito importante para as relações bancárias brasileiras. No entanto, observamos uma mácula de irregularidades que decretou o fim de uma dessas instituições, deixando apenas uma delas funcionando e realizando as operações que inicialmente pertenciam às duas: fomentar o desenvolvimento agrícola por meio da concessão de crédito

Associando a situação caótica em que se encontrava o Banco Territorial e Mercantil de Minas com as crises provenientes da queda de preço do café e a aversão natural dos investidores aos títulos e ações de empresas, foi imensa a pressão psicológica no mercado financeiro, que refletiu diretamente na economia de Juiz de Fora: cidade em que a falência de um banco teve ares de escândalo e deu prejuízos a muitos, podemos ter idéia do cenário existente para este tipo de aversão (Pires, 1999 p.307)

Como assinalamos nos tópicos anteriores, o Encilhamento propiciou o surgimento de novos empreendimentos financeiros, pois gerou um ambiente de entusiasmo por conta das novas legislações. Contudo, as porteiras foram abertas e facilitaram processos fraudulentos e pautados estritamente na especulação, o que levou algumas instituições à bancarrota, como foi o caso do Banco Territorial e Mercantil de Minas.

2.3 - O Banco de Crédito Real de Minas Gerais

A instituição em questão tem um caráter de extrema relevância neste trabalho. Entendemos que seu funcionamento e desenvolvimento se tornaram essenciais para o progresso da economia cafeeira, tanto no que diz respeito à região da Zona da Mata mineira quanto para o próprio governo provincial.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais surge da união entre nomes extremamente importantes no que diz respeito à elite local de Juiz de Fora no ano de 1889, assim como observamos na fundação do Banco Territorial e Mercantil de Minas no tópico anterior e isso nos fornece um panorama muito interessante acerca do cenário econômico local, pois observamos um desenvolvimento destacável em outros segmentos para além do agrário, como nos setores de comércio e atividade industrial. por exemplo.

No quadro abaixo, podemos conhecer um pouco sobre as principais designações dos fundadores da instituição, além de quais cargos foram ocupados por cada um deles nesse processo de funcionamento inicial da instituição.

Quadro 24 - Fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais

NOME	PRINCIPAL DESIGNAÇÃO	CARGO NO BANCO
Bernardo Mascarenhas¹⁸	Industrial	Diretor Secretário
Francisco Baptista de Oliveira¹⁹	Comerciante	-
João Ribeiro de Oliveira e Souza²⁰	Bancário	Gerente/Diretor-Gerente

¹⁸ Bernardo Mascarenhas nasceu em 31 de maio de 1846 em Curvelo, Minas Gerais. cursou Humanidades, tendo se formado em São João Del-Rei. Passou alguns anos cuidando da fazenda de seus pais, mas anos após, devido ao seu interesse pela tecelagem, fundou uma fábrica de tecidos de algodão em parceria com os seus irmãos no Cedro, próximo a Tabuleiro Grande - Sete Lagoas. Sua empresa era muito notável nesse período e se destacava pela tecnologia de ponta - Bernardo Mascarenhas fez cursos de Física e Mecânica nos Estados Unidos. Em 1874, fundou uma nova empresa de tecelagem em Cachoeira, Curvelo. A princípio, sua nova empresa estabeleceu uma concorrência com seu antigo empreendimento, no entanto, em 1883, as duas empresas se fundiram criando a Companhia Cedro & Cachoeira. No ano de 1887, ele se mudou para Juiz de Fora, fundando a Tecelagem Mascarenhas no ano seguinte, 1888. Seu conhecimento e interesse pela eletricidade propiciaram seu novo empreendimento: a Companhia Mineira de Eletricidade que promoveu a construção da primeira Usina Hidrelétrica da América do Sul em Juiz de Fora, a Usina de Marmelos, em 1889. Como se sabe, em 1889 ele participa do grupo de fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A, como demonstrado no quadro 24, sendo seu primeiro Diretor Secretário. Em 1891, ele participa da criação da Academia de Comércio em Juiz de Fora, integrando o Conselho Administrativo. Além disso, Bernardo Mascarenhas também participou da fundação de outras instituições, como a Companhia da Juta em 1894, da Cooperativa Construtora de Minas Gerais da Sociedade Promotora da Emigração em Minas Gerais. Ademais, também dirigiu os serviços de instalação de luz elétrica em Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais em 1897. Faleceu aos 53 anos, em 9 de outubro de 1899. Nas palavras de Antônio Lopes Sá: “Tornou-se a maior autoridade em indústria têxtil na província de Minas Gerais e, em pouco mais de 10 anos que viveu em Juiz de Fora, foi considerado o propulsor de seu progresso industrial”. (Sá, 1991)

¹⁹ Francisco Baptista de Oliveira nasceu em 11 de julho de 1857 no município de Entre Rios de Minas, Minas Gerais. cursou Humanidades e iniciou sua vida no estabelecimento comercial de seu pai. Em 1882, se mudou para Juiz de Fora e fundou a Casa da Barateza. Em 1887, integrou o grupo de fundadores do Banco Territorial e Mercantil de Minas. Dois anos depois, em 1889, como pode-se observar no quadro 24, foi um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. Após algumas viagens à Europa, retorna para Juiz de Fora com o desejo de fundar a Academia de Comércio, fundada em 1891. Além disso, escrevia artigos relacionados à economia e se tornou correspondente do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, fundando, também, o “O Pobre”, jornal religioso em Juiz de Fora, além de ter sido um dos fundadores e proprietários do “Diário de Minas”. Faleceu aos 45 anos, no dia 17 de setembro de 1902. De acordo com Antônio Lopes Sá: “Sua atuação em Juiz de Fora foi tão grande e tão relevantes os seus serviços que se tornou um de seus maiores benfeitores, assim como um dos cidadãos de melhor nome.” (Sá, 1991)

²⁰ João Ribeiro de Oliveira e Souza nasceu em 9 de julho de 1863, na cidade de Entre Rio de Minas, Minas Gerais. Se formou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Exerceu o cargo de Promotor de Justiça no município de Queluz de Minas, atual Conselheiro Lafaiete. Se mudou para Juiz de Fora, atuando primeiramente como advogado. Em 1888, fundou o “Diário de Minas” em Juiz de Fora. No ano seguinte, 1889, como se observa no Quadro 24, João Ribeiro integrou o grupo de fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. Foi nomeado gerente da instituição e em 1893, foi promovido a Diretor-Gerente, posição que permaneceu até 1906. João Ribeiro de Oliveira e Souza se tornou um nome muito importante no cenário financeiro e empresarial, não apenas na região da Zona da Mata, mas também no Brasil. Ao regressar de viagem que fez à França, foi nomeado presidente do Banco do Brasil, a convite do Conselheiro da República Afonso Pena. João Ribeiro foi nomeado Ministro da Fazenda em 1919 pelo presidente Delfim Moreira. Além disso, fundou o Banco Mercantil do Rio de Janeiro. Faleceu em 07 de novembro de 1933. (Sá, 1991).

Marcelino de Brito ²¹	Político, Militar e Fazendeiro	Presidente
José Joaquim Monteiro da Silva ²²	Fazendeiro e Político	Vice-Presidente

Fonte: Sá, Antônio L. Origens de Um Banco... 1991, p. 10-16

Mediante tais informações, podemos observar que houve uma diversidade significativa no que diz respeito às ocupações dos principais fundadores do Banco e isso pode nos mostrar um pouco da própria diversidade econômica da cidade em que membros de vários segmentos e que ocupavam posições de destaque, se articularam a fim de fundar uma instituição financeira na cidade, como indicamos anteriormente²³.

De acordo com Antônio Lopes Sá, a fundação efetiva do Banco do Crédito Real na cidade de Juiz de Fora passou por três momentos importantes: 1º) em 23 de janeiro de 1889, ocorreu a Assembleia de Constituição da Sociedade Anônima referente ao Banco; 2º) em 22 de agosto de 1889, houve a aprovação do Estatuto e Autorização de funcionamento por meio do Decreto do Imperador Dom Pedro II; 3º) por fim, em 05 de setembro de 1889, a instituição começou, enfim, a funcionar. Sendo assim, em menos de oito meses, a instituição saiu do papel e se tornou uma empresa operante na cidade de Juiz de Fora (Sá, 1991).

As décadas finais do século XIX trouxeram para Juiz de Fora uma expansão e modernização muito significativas, pois já existia, como sabemos, uma instituição bancária operando na cidade, o Banco Territorial e Mercantil de Minas. Além disso, vimos a diversificação econômica no município por meio dos Quadros 12 e 13.

²¹ Marcelino de Brito, ou Visconde de Monte Mário, nasceu em 6 de abril de 1827 na cidade de Barbacena, Minas Gerais. Mudou-se para Juiz de Fora ainda jovem, onde se casou. Ocupou cargos públicos ligados à política, como: vereador, chefe do Partido Liberal e chefe da Câmara Municipal em 1884. Membro das Forças Armadas como Tenente Coronel comandante de um dos batalhões da Guarda Nacional da comarca. Em 1886, recebeu o título de Barão de Monte Mário, por meio do decreto imperial. Foi um dos fundadores do Banco Territorial e Mercantil de Minas. Em 1889, exercia as funções de Delegado de Polícia e recebeu o título de Visconde de Monte Mário. No mesmo ano, integrou o grupo de fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, como indicado no Quadro 24, tendo sido seu primeiro presidente e maior acionista. Faleceu em 27 de maio de 1905, em Juiz de Fora. (Sá, 1991).

²² José Joaquim Monteiro da Silva, o Barão de Santa Helena, nasceu em 20 de agosto de 1827 no município de Entre Rios de Minas, Minas Gerais. Terminou seus estudos no Colégio de Congonhas do Campo e se dedicou à agricultura no município de Juiz de Fora. Em Juiz de Fora, ele adquiriu a Fazenda de Santa Helena, que foi o nome escolhido quando lhe foi concedido o título pelo imperador, se tornando, então, o Barão de Santa Helena. Teve grande participação na vida política, sendo chefe do Partido Conservador, juiz de paz, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora entre 1881 e 1884, além de ter sido eleito Senador em 1887 e ter se tornado deputado constituinte da Primeira República. Fez parte do grupo de fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A, como indica o Quadro 24, pois via a necessidade de crédito que os agricultores possuíam após a Abolição. Foi o primeiro Vice-Presidente da instituição chegando à presidência em 1893, ocupando o cargo até o seu falecimento em 30 de outubro de 1897. (Sá, 1991).

²³ É importante salientar que alguns desses nomes estiveram envolvidos na fundação do Banco Territorial e Mercantil que também foi fundado na cidade de Juiz de Fora, mas que veio à falência por conta de uma conduta baseada em um excesso de participação em capitais especulativos que estavam em alta naquele contexto, descredibilizando a instituição que não pôde honrar com seus compromissos, fechando as portas em 1891.

O banco que é a instituição central desta pesquisa, foi fundado em 1889, como já dissemos anteriormente. No entanto, no ano de 1889, a cidade de Juiz de Fora vivenciou outra grande inauguração: a Usina Hidrelétrica de Marmelos que teve seu funcionamento iniciado em 23 de agosto. A partir dessa grande inovação trazida pela presença da Usina de Marmelos, viu-se a ascensão da Companhia Mineira de Eletricidade que passou a compor esse panteão de sociedades anônimas na cidade²⁴.

Embora a cidade de Juiz de Fora estivesse inserida em um contexto de significativa diversidade econômica e empresarial, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais teve sua gênese e desenvolvimento atrelado ao setor agrícola da cidade, tendo, desde o princípio, entre seus maiores acionistas, homens ligados à atividade agrícola. De acordo com o historiador Anderson Pires

as relações do Banco de Crédito Real com a produção de café sempre foram muito estreitas. Em primeiro lugar, cabe destacar que o empreendimento que resultou na abertura do Crédito Real de Minas Gerais foi uma iniciativa predominantemente de fazendeiros de café, sendo relativamente nítidos os vínculos de suas origens com o capital especificamente agrário, seja pela participação acionária ou pela composição de suas primeiras diretorias [...]. Entre seus 12 principais acionistas, 7 são importantes fazendeiros de café do município, possuindo 600 das 1.050 ações (57,14%) mantidas entre eles. (Pires, 2004, p. 201-202)

O quadro abaixo nos fornece exatamente o retrato dessa participação expressiva do capital agrário nas operações do banco, como evidenciou Pires.

Quadro 25 - Relação dos maiores acionistas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Juiz de Fora (1889)

Acionistas	Ações	Ocupação
Barão de Monte Mário ²⁵	200	fazendeiro
Barão de Santa Helena	100	fazendeiro
Prudente Augusto Resende	100	fazendeiro
Bernardo Mascarenhas	100	industrial
Joaquim R. de Oliveira	100	comerciante
Francisco Bp. de Oliveira	100	comerciante
Bento Xavier	100	comerciante e industrial
Azarias José de Andrade	50	médico e industrial

²⁴ Como já abordamos no tópico em que tratamos sobre o Encilhamento e o surgimento de diversas sociedades anônimas na cidade, diversificando o capital e o sistema financeiro da cidade e região.

²⁵ Observa-se, então, como dito nas notas da página anterior, que o Visconde de Monte Mário era o maior acionista da instituição.

Francisco E. de Resende	50	fazendeiro
Espiridião R. de Oliveira	50	fazendeiro
José S. Valente Vieira	50	fazendeiro
João Pimentel Barbosa	50	fazendeiro

Fonte: Ata da primeira reunião dos acionistas do Banco de Crédito Real, apud Giroletti, D. op. cit., p. 85, tab. 18. Modificado.

Por meio dos dados apresentados no Quadro 25, percebemos a presença massiva de fazendeiros no rol de maiores acionistas da instituição. Da lista com 12 nomes, 7 estão ligados ao setor agrícola, como apontou Anderson Pires. Logo, as operações principais do banco estariam ligadas à agricultura, como apontamos anteriormente.

“A criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais vem atender aos interesses da lavoura proporcionando-lhe máxima facilidade em contrair empréstimos sob garantia hipotecária; por isso que o Banco vai ter sua sede em um centro agrícola importante, evitando aos mutuários as viagens à corte, sempre dispendiosas e parte do ano impraticáveis pela insalubridade da capital do império.” (Ribeiro, 1990 apud Pires, 1993, p.69)

A fim de demonstrarmos essa estreita relação entre a instituição e o setor agrícola, consideramos importante apresentarmos os dados abaixo em que podemos ver, de fato, a participação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais na distribuição de recursos à lavoura cafeeira de Juiz de Fora, que era o principal destino de suas operações.

Quadro 26 - Participação do Banco de Crédito Real na distribuição de capital para a lavoura cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919
(valores em mil-réis)

DÉCADA	DIV. TOTAL	B.C.R.	%	R.J	%
1870/79	309:819	—	—	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	—	—	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

Fonte: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929 apud Pires Op. cit Tabela 44

A historiografia aponta que Juiz de Fora não esteve entre as localidades que participaram desde o início do desenvolvimento bancário e financeiro do brasileiro, muito em decorrência de sua própria posição geográfica interiorana e incipiente no que diz respeito à autonomia comercial (Pires, 2004). Dessa forma, a ascensão bancária existente no Brasil em

meados do século XIX, não pôde ser plenamente aproveitada pelo município e pela região. Além disso, nesse momento o município ainda não desempenhava um papel tão significativo na conjuntura local e os indivíduos que precisavam de recursos ou de serviços bancários, se deslocavam até a capital da Corte, Rio de Janeiro, que era relativamente próxima à cidade. Nas palavras do historiador Anderson José Pires

O município que temos como [foco] de pesquisa aqui pouco testemunhou a experiência de surgimento e crescimento que o setor bancário viveu no país principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Incrustado no interior do território mineiro e destituído de um centro próprio de comercialização externa, o município de Juiz de Fora desconheceu o processo de emergência do sistema bancário ocorrido no país no período em que, como se sabe, salvo a experiência com os Bancos Hipotecários nas décadas de 1860 e 1870, esteve em grande parte condicionado ao surgimento de Bancos Comerciais (nacionais e estrangeiros) que restringiam suas operações ao financiamento de curto prazo principalmente ao comércio exterior. Além disso, a proximidade da Corte sempre possibilitava o acesso à estrutura financeira e de crédito que lá se desenvolvia. As experiências com Casas Bancárias que Juiz de Fora vivenciou em meados do século, das quais temos escassas referências. (Pires, 2004, p. 204)

Entretanto, como já destacamos de forma recorrente ao longo deste trabalho, a partir do final da década de 1880, Juiz de Fora passou para um outro patamar de desenvolvimento que contava com duas instituições bancárias fundadas com os recursos da própria região - o Banco Territorial e Mercantil de Minas e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais deu início às suas operações seguindo o modelo de *crédit foncieré* que era bem presente e operante em seu congênere paulista. Dessa forma, as primeiras operações do Banco se pautavam nos empréstimos com garantias hipotecárias, sendo um investimento com garantias mais sólidas e a longo prazo (Pires, 1993). O quadro abaixo nos mostra os dados referentes às primeiras hipotecas concedidas pela instituição.

Quadro 27 - Primeiros empréstimos hipotecários concedidos pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais 1889
(em mil-réis)

Municípios	Nº de contratos	Empréstimos	Garantias
Juiz de Fora	9	227:500\$000	469:765\$000
Rio Novo	3	58:000\$000	118:980\$000
Leopoldina	2	70:000\$000	151:780\$000
Mar de Espanha	2	29:000\$000	59:460\$000
São João Nepomuceno	2	63:500\$000	128:510\$000

Muriaé	1	10:000\$000	20:170\$000
Barbacena	1	22:000\$000	40:620\$000
Pomba	1	6:000\$000	12:300\$000
Cataguases	1	25:000\$000	63:290\$000
Total	22	511:000\$000	1.064:875\$000

Fonte: Relatórios do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1890)

Um dos objetivos da instituição residia no fato de proporcionar um acesso mais facilitado ao crédito por parte dos agricultores da região e, por meio do Quadro 27, podemos observar que esse movimento dava sinais de êxito, visto que os empréstimos foram concedidos a outros municípios que faziam parte desse contexto agrícola e cafeeiro, para além de Juiz de Fora

A desburocratização, o menor custo e a agilidade na entrada de recursos, assim, foram os motivos fortes que inspiraram os fundadores, os quais contavam, também, com a possibilidade de receber apoio imperial para a proteção da atividade rural. A lavoura de café, fonte da principal riqueza da região, sofria, simultaneamente, o aumento dos custos de produção e a redução de vendas. O primeiro problema em decorrência da abolição da escravatura, que obrigava o pagamento da mão-de-obra. O segundo, em razão da queda do preço do café no mercado internacional. Tais pressões levaram a grandes perdas e à consequente falta de dinheiro. O grupo de fundadores do Credireal, conhecedor do mundo financeiro e econômico e consciente do prestígio de que desfrutava na Corte, vislumbrou um auxílio à atividade rural a oportunidade de que não deveria perder. O meio circulante do dinheiro necessitava de organizações racionais e, principalmente, específicas, que obtivessem do erário imperial recursos para apoio à lavoura. Assim, a iniciativa dos fundadores do Banco [...] pela relevante influência de seus membros junto à Corte, tinha maior receptividade que mesmo grandes e imediatos recursos financeiros, porquanto associava fatores positivos, que levariam aos meios desejados. (Sá, 1991, p. 40)

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais iniciou suas operações em setembro de 1889 e no mês de novembro, o Brasil passou por um momento político muito significativo e que transformou o poder: a Proclamação da República. No entanto, ainda sob o poder do imperador, a instituição recebeu recursos para a sua operação. Em uma edição comemorativa do centenário da instituição, Antônio Lopes Sá aponta alguns desdobramentos desse contexto inicial do Credireal

A integralização do capital materializou o início do patrimônio do Banco, com 20% do montante, ou sejam, 100 contos de réis. A captação fora feita entre as classes produtoras por João Ribeiro, após duas viagens. Era fundamental, todavia, a autorização para funcionamento. A questão da burocracia jurídica, portanto, foi confiada ao Visconde de Assis Martins, advogado. O Visconde - Dr. Inácio Antônio -, com a missão de obter a Carta de Autorização junto à Fazenda Imperial, a ela dedicou-se completamente, permanecendo no Rio de Janeiro por todo o tempo necessário. Tudo indica que, concomitantemente, cuidava de levantar um crédito de repasse à lavoura, que, de fato, foi concedido uma semana após a autorização para funcionamento do Banco, no valor de 10 vezes o capital integralizado. (Sá, 1991, p. 40-41)

Entretanto, como dissemos acima, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais deu início às suas operações em um momento próximo a um contexto de instabilidade política, econômica e social. Nesse sentido, os acordos firmados anteriormente, foram suspensos pelo governo republicano (Ribeiro, 1990; Sá, 1991; Pires, 1997).

Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda, quando da proclamação da República, sustou, de início, o pagamento das prestações do empréstimo imperial aos bancos, de valor de 200 contos de réis, e disparou forte emissão de dinheiro, paralelamente ao convite aos estabelecimentos de crédito no sentido de que cancelassem seus contratos com o Tesouro os quais lhe garantiam 2.000 contos de réis para financiamento da lavoura. (Sá, 1991, p. 45-46)

Se, em um primeiro instante, a instituição operava apenas por meio dos empréstimos hipotecários, a partir de 1891, o Banco passou a operar em descontos, cauções, depósitos e contas correntes, articulando de forma mais diversa o sistema financeiro local (Pires, 1997).

Os primeiros anos de funcionamento do Banco foram atravessados por muitas adversidades, como o fim do Império e início da República; o Encilhamento; a crise dos preços do café que se iniciou em 1896 e a crise bancária em 1900. No entanto, a instituição se manteve operante durante essas conjunturas de crise (Pires, 1997).

De acordo com o historiador Anderson Pires, um dos aspectos que ajudaram a instituição a se manter operante nesse contexto se refere à relação estreita que se construiu com o governo estadual de Minas Gerais a partir do ano de 1894

O Banco consegue atravessar a crise do encilhamento, a crise de preços do café que se inicia em 1896 e a crise bancária de 1900. Em grande parte a estabilidade do Banco enquanto empreendimento pode ser entendida pelos íntimos laços que mantém com o governo estadual a partir de 1894. É neste ano que se firma entre o Crédito Real e o governo um acordo no qual o Banco serviria como instituição de depósito dos fundos do tesouro de Minas Gerais no Rio de Janeiro, procurando suprir a ausência de uma recebedoria do estado na capital da república. (Pires, 1997, p. 70)

O Relatório produzido pelo Banco em 1897, referente ao ano de 1896²⁶, traz em seu corpo algumas percepções do conselho diretor, composto por: Fernando Lobo, Manoel Honório de Campos e Francisco Bernardino Rodrigues Silva, tinha acerca dessa conjuntura difícil

Estes phenomenos auspiciosos de crescimento e prosperidade, não sendo accidentaes ou anomalos, mas vindo em seguimento e sucessão de outros analogos desde que foi instituido o Banco, accentuando o grão de credito e confiança a que tão depressa attingiu, caracterisam uma situação solida e independente, que aliás firmou-se entre muitas dificuldades de occasião, no decurso de *duas phases igualmente perigosas, como a precedente, de azares e riscos estimulados pelas*

²⁶ Os relatórios anuais produzidos pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais, disponíveis no acervo do Museu do Crédito Real em Juiz de Fora, foram produzidos dessa forma, ou seja, os balanços eram referentes ao ano anterior.

emissões faceis, e a presente de retração completa, de crise profunda e geral em nosso paiz.

Instituição bancaria que sendo fundada n'uma época tão revolta resiste e prospera em tantas vicissitudes, tem caminho feito e o seu destino assignalado para preencher, como *o primeiro depositario das economias mineiras*, a função poderosa do credito ao serviço do comercio, da lavoura e da industria, *em circulo de relações cada vez mais amplo*. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual de 1897, p. 5-6. Grifo nosso.)

Essa estreita relação entre o governo de Minas Gerais e o Credireal se tornou fundamental para o bom desempenho da instituição e o desenvolvimento econômico da província. Alguns acordos foram firmados entre a instituição e o governo provincial, como em 1898, por exemplo, que se instituiu uma carteira de operação da instituição a fim de fornecer maiores recursos à lavoura por meio das letras hipotecárias. De acordo com Antônio Lopes Sá

O governo Bias Fortes, tendo como Secretário das Finanças Francisco Salles, voltou a contratar empréstimos hipotecários com o Banco de Crédito Real em março de 1898. A lei 212/97 previa a emissão de letras hipotecárias de auxílio à lavoura, assim como à indústria, garantindo-lhes rendimentos de 7% anuais. Os prazos eram distintos para as atividades: concediam-se longos prazos à lavoura e apenas um ano à indústria, sob juros de 9,5% ao ano para ambas. Em julho de 1898, a Carteira iniciou seu funcionamento, com a emissão de 25 mil letras hipotecárias de 100 réis cada uma, ou sejam, 2.500 contos de réis. Juros e sorteios para resgate de, pontualmente, realizar os pagamentos. Essa operação forçou o aumento do capital da instituição para 7.000:000\$000, dos quais 6.000:000\$000 foram destinados às atividades da Carteira. *O Banco poderia, então, emitir até 30 mil contos de réis em letras. Daquela forma, o Estado passou a influir nas decisões do Credireal e este a servir ao Poder Público em favor de Minas.* (Sá, 1991, p. 66-67. Grifo nosso)

No relatório anual de 1899, o conselho diretor também faz menção aos acordos firmados entre o Banco e o Governo de Minas Gerais, apontando quais foram as maneiras de operação adotadas pela instituição frente à significativa expansão dos recursos

No exercicio, de que nos occupamos, encetamos as operações da carteira hypothecaria creada de conformidade com o contracto de 26 de Março de 1898, celebrado com o Governo de Minas para auxiliar á lavoura e industrias do Estado.

Para a sua constituição tornou-se necessário o augmento do fundo social, o que realisou-se com felicidade rara, apezar de afigurar-se a muitos, cheia de riscos empresa tão arrojada. Não só conseguimos com brilhante exito a passagem do capital, como, o que mais nos desvaneece, parte d'elle já foi integrado por acto espontaneo dos interessados. Ao abrimos a nova carteira grande numero de propostas foram apresentadas para emprestimos á lavoura e industrias, na importancia superior a emissão autorisada pelo Governo, conforme a clausula 8ª do contracto citado. *Com muita prudencia começamos as operações, emittindo apenas metade da quantia permittida pelo Governo.*

A emissão foi de 2.500:000\$000. Não nos arrependemos de ter agido tão cautelosamente, e a prova, de que marchamos com acerto, é que quasi a totalidade da emissão acha-se ainda em carteira. De 25.000 letras emitidas temos em carteira 20.787. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual de 1899, p. 10-11. Grifo nosso)

Por meio dos quadros abaixo, apontaremos a diferença no que diz respeito aos recursos da instituição em 1889, com o Relatório de 1890, e em 1898, com o Relatório de

1899. Dessa forma, será possível compreender e vislumbrar o impacto que o estreitamento das relações entre o banco e o estado de Minas Gerais causou nas finanças da instituição.

Quadro 28 - Relação entre os ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889

ATIVO		PASSIVO	
Acionistas	400:000\$000	Capital	500:000\$000
Caução da diretoria	30:000\$000	Ações em caução	30:000\$000
Hipotecas urbanas	87:000\$000	Emissão	169:000\$000
Hipotecas Rurais	87:000\$000	Garantias de Hipotecas	302:457\$000
Penhor agrícola	3:600\$000	Amortizações	1:171\$000
Banco Territorial e M. de Minas	5:188\$052	Fundo de reserva	569:705
Despesas de instalação	10:207\$064	Dividendo	5:000\$000
Móveis e utensílios	2:655\$978	Lucros e perdas: Saldo para o semestre seguinte	127\$351
Material de escritório	1:561\$108	—	—
Diversas contas	4:655\$065	—	—
Crédito agrícola	16:961\$303	—	—
Caixa	3:528\$303	—	—
Prestações semestrais	3:224\$630	—	—
Letras hipotecárias em carteira	50:300\$000	—	—
Total²⁷	1.008:328\$686	Total	1.800:326\$686

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1890. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

Quadro 29 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 (Carteira especial - Auxílios à Lavoura)

ATIVO	PASSIVO
Empréstimos à lavoura, a juros de 6% em virtude	Tesouro Nacional:

²⁷ O Relatório Anual de 1890 tem em seu corpo esses dois valores referentes ao total dos balanços de ativos e passivos. É bem provável que se trate de um erro de digitação durante a produção do relatório. Dessa forma, o valor correto seria o de 1.800:326\$686.

do contrato feito com o governo:			
Por penhor agrícola	10:000\$000	Recebido 1ª, 2ª, 3ª e 4ª prestações	800:000\$000
Hipotecas rurais	508:940\$110	Garantias de hipotecas: Saldo desta conta	1.061:875\$000
Cauções	56:000\$000	Diversas garantias: Saldo desta conta	67:000\$000
Letras descontadas	237:348\$050	Banco de Crédito Real de Minas: Saldo desta conta	16:961\$486
Valores hipotecados	1.064:875\$000	Amortizações: Saldo desta conta	630\$579
Títulos depositados	67:000\$000	—	—
Prestações semestrais	5:303\$905	—	—
Total	1.949:467\$065	Total	1.949:467\$065

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1890. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

Quadro 30 - Relação de ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira Geral)

ATIVO		PASSIVO	
CARTEIRA GERAL			
Acionistas	3.346:640\$000	Capital	7.000:000\$000
Caução da diretoria	40:000\$000	Ações em caução	40:000\$000
Móveis e utensílios	4:321\$862	Tesouro Nacional	800:000\$000
Material de escritório	1:078\$147	Fundo de carteira comercial a realizar	400:000\$000
Despesas de instalação	4:907\$338	Fundo da carteira hipotecária a realizar	5.500:000\$000
Hipotecas urbanas	388:755\$933	Dividendos: Não reclamados	42:168\$200
Hipotecas rurais	1.618:669\$819	Dividendos: 18º a distribuir	215:941\$800
Letras hipotecárias em carteira	90:200\$000	Total de Dividendos	258:110\$000
Prestações semestrais	683:608\$289	Emissão	1.723:700\$000
Valores hipotecados	5.177:202\$500	Garantias de hipotecas	5.177:202\$500

Títulos de fundo de reserva	222:000\$000	Resgate por sorteio	104:800\$000
Diversas contas	167:636\$517	Fundo de reserva	249:295\$682
Carteira comercial	3.219:366\$498	Amortizações	307:176\$936
Caixa: em cofre e nas agências	785:098\$652	Diversas contas	184:245\$437
Caixa: Carteira hipotecária	6.000:000\$000	-	-
Total	21.744:530\$555	Total	21.744:530\$555

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1899. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

Quadro 31 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira Comercial)

ATIVO		PASSIVO	
CARTEIRA COMERCIAL			
Conta de Capital	400:000\$000	Capital	1.000:000\$000
Títulos caucionados	231:200\$000	Diversas garantias	231:200\$000
Depósitos de terceiros	2.740:794\$000	Depositantes	2.740:794\$000
Apólices	511:000\$000	Carteira geral	2.219:366\$498
Contas correntes	2.241:522\$579	Contas correntes	2.602:614\$166
Letras descontadas	1.390:909\$316	Letras a prêmio	957:002\$190
Diversas contas	2.156:319\$966	Diversas contas	150:769\$498
Total	31.646:276\$416	Total	31.646:276\$416

Fonte: Ver Quadro 30.

Quadro 32 - Relação entre ativos e passivos do Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1898 (Carteira hipotecária)

ATIVO		PASSIVO	
CARTEIRA HIPOTECÁRIA			
Caixa	210:588\$691	Capital	6.000:000\$000
Apólices depositadas no Tesouro	200:000\$000	Emissão de letras	2.500:000\$000
Carteira geral, conta e	5.500:000\$000	Garantias de hipotecas	617:860\$000

capital			
Letras hipotecárias em carteira	2.219:300\$000	Diversas contas	8:017\$000
Penhor agrícola	30:000\$000	—	—
Hipotecas rurais	204:000\$000	—	—
Valores hipotecados	617:860\$000	—	—
Diversas contas	144:133\$000	—	—
Total	40:772:158\$416	Total	40.772:158\$416

Fonte: Ver Quadro 30.

Quadro 33 - Empréstimos rurais e urbanos concedidos pelo Banco de Crédito Real em 1898
(Para os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)

MUNICÍPIOS	Nº de CONTRATOS	DESIGNAÇÃO DA HIPOTECA	EMPRÉSTIMOS
Juiz de Fora	16	Rural	337:057\$249
Muriaé	3	Rural	47:200\$420
Cataguases	4	Rural	86:320\$400
Leopoldina	6	Rural	214:340\$120
Rio Novo	2	Rural	94:458\$189
Mar de Espanha	2	Rural	200:300\$462
Palma	6	Rural	136:038\$152
Além Paraíba	2	Rural	101:362\$840
São João Nepomuceno	1	Rural	34:380\$120
Carangola	2	Rural	14:720\$000
Pomba	2	Rural	131:540\$197
Juiz de Fora	19	Urbanos	383:064\$916
Valença (RJ)	1	Rural	54:346\$720
Paraíba do Sul (RJ)	1	Rural	36:605\$050
TOTAL	67	—	2.001:734\$734

Fonte: Ver Quadro 30.

Por meio dos dados apresentados nos quadros acima, podemos entender um pouco melhor o crescimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, tanto em importância

quanto em recursos. Ao analisarmos os valores dos acionistas e do capital em 1889 temos 400 e 500 contos de réis, respectivamente. Embora sejam quantias expressivas, indicam, de fato, o início de uma instituição.

Contudo, no relatório referente ao ano de 1898, vemos um salto muito significativo em relação a esses valores que elucidamos. No que diz respeito aos acionistas²⁸, vemos um valor maior que 3 mil contos de réis e ao capital, exatos 7 mil réis que são quantias muito elevadas nesse contexto. Em termos percentuais, em relação aos recursos dos acionistas, vemos um aumento de aproximadamente 736%. Para o capital, temos um aumento próximo a 1.300%.

Portanto, o crescimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais é inquestionável quando se observa os balanços presentes nos relatórios. Para além disso, a crescente é observada em diversos outros elementos nos quadros apresentados acima.

No Quadro 33, podemos ter uma percepção acerca da relevância e cobertura creditícia²⁹ desempenhada pelo Credireal, pois há a presença de municípios de Minas Gerais e do Rio de Janeiro nos empréstimos hipotecários, como Valença e Paraíba do Sul (ambos do Rio de Janeiro). Além disso, podemos perceber que as hipotecas rurais são muito mais requisitadas do que as urbanas. Em 67 hipotecas, apenas 19 são urbanas, ou seja, aproximadamente 71% das hipotecas são rurais e os outros quase 29% são urbanas.

Nesse sentido, podemos perceber que a instituição possuía, de fato, relações estreitas com o setor rural e agrícola da região da Zona da Mata mineira, além dos outros municípios do Rio de Janeiro que também obtiveram empréstimos por meio das hipotecas rurais.

No Quadro 28, trouxemos os dados referentes ao Auxílio à Lavoura que é um aspecto analisado pelo historiador Marcus Antônio Croce, como já abordamos anteriormente. Esse subsídio federal foi de suma importância para fomentar a atividade bancária e financeira no Brasil. E isso fica evidenciado quando percebemos que pela Carteira Geral do Credireal em 1889, vemos um valor passivo de 500 contos de réis. Quando vemos os recursos advindos do Auxílio à Lavoura, temos um número 60% maior, sendo 800 contos de réis. Sendo assim, esse investimento torna as instituições mais robustas e arrojadas no que diz respeito às possibilidades de financiamento pelos bancos.

²⁸ Por meio dos relatórios anuais, podemos analisar que no ano de 1889, o Banco possuía 94 acionistas e 2.500 ações. No entanto, no ano de 1898, esse número cresceu de forma muito acentuada, pois os acionistas passaram a ser 368 com 35.000 ações diversas.

²⁹ Quando falamos em “cobertura creditícia” não nos referimos ao que atualmente se entende como um mecanismo de proteção às instituições financeiras contra a inadimplência, mas como uma cobertura territorial, observando até quais localidades era possível se observar a atuação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Em relação ao Auxílio à Lavoura, o relatório nos fornece mais dados a fim de demonstrar como se sucedeu os empréstimos e investimentos concedidos por esse acordo federal, como podemos observar nos quadros abaixo

Quadro 34 - Demonstrativo dos empréstimos realizados pelo Credireal em virtude do Auxílio à Lavoura (Hipotecas)

MUNICÍPIOS	Nº de CONTRATOS	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS
Juiz de Fora	9	227:500\$000	469:765\$000
Rio Novo	3	58:000\$000	118:980\$000
Leopoldina	2	70:000\$000	151:780\$000
Muriaé	1	10:000\$000	20:170\$000
Mar de Espanha	2	29:000\$000	59:460\$000
Pomba	1	6:000\$000	12:300\$000
Barbacena	1	22:000\$000	40:620\$000
São João Nepomuceno	2	63:500\$000	128:510\$000
Cataguases	1	25:000\$000	63:290\$000
Total	22	511:000\$000	1.064:875\$000

Fonte: Ver Quadro 30.

Quadro 35 - Demonstrativo dos empréstimos realizados pelo Credireal em virtude do Auxílio à Lavoura (Penhor agrícola)

MUNICÍPIOS	Nº de CONTRATOS	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS
Juiz de Fora	3	46:000\$000	49:350\$000

Fonte: Ver Quadro 30.

Quadro 36 - Demonstrativo dos empréstimos realizados pelo Credireal em virtude do Auxílio à Lavoura (Por cauções)

MUNICÍPIOS	Nº de CONTRATOS	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS
Juiz de Fora	1	56:000\$000	67:000\$000

Fonte: Ver Quadro 30.

O Quadro 34 nos fornece um panorama muito interessante em relação aos caminhos percorridos pelo crédito oriundo desse acordo com o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Ao olharmos os municípios que realizaram contratos com a instituição, podemos perceber o protagonismo da Zona da Mata mineira, pois apenas as cidades dessa região recorreram aos recursos do Auxílio à Lavoura. Isso nos mostra a força da atividade agrícola e do café na região. Além disso, é possível perceber a importância da cidade de Juiz de Fora, pois foi o único município que recorreu aos outros tipos de empréstimos disponibilizados pelo Auxílio à Lavoura, o que indica, também, uma diversidade de empreendimentos e indivíduos inseridos nesse contexto econômico.

A cidade de Juiz de Fora possuía uma relevância ímpar tanto num contexto regional, quanto no estado de Minas Gerais. Dessa forma, a presença do Credireal na cidade alavancou diversos projetos que surgiram antes da fundação da instituição, mas que, por meio de seus recursos, receberam fôlego para se transformar e ampliar. Um exemplo são os bondes da cidade que foram projetados em 1880 e em 1883 contavam com duas linhas, com trajetos Alto dos Passos/Estação e Rua do Espírito Santo/Mariano Procópio. No entanto, esses primeiros veículos eram movidos por tração animal.

Todavia, como já apontamos anteriormente, o ano de 1889 trouxe consigo alguns acontecimentos muito significativos para Juiz de Fora, como a fundação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e da Usina Hidrelétrica de Marmelos. Dessa forma, em 1906, com a parceria da Companhia Mineira de Eletricidade, os bondes de Juiz de Fora passaram a ser movidos por energia elétrica, demonstrando a modernização constante da cidade

Com o progresso e o sucesso do emprego da energia elétrica, produzida pela usina pioneira na América do Sul, pretendeu-se modernizar o serviço, utilizando-se os bondes elétricos. Aproveitando as mesmas linhas, o investimento seria feito na aquisição de novos veículos, apenas. Entretanto, a sociedade que explorava a atividade, estava sob processo de encampação pela Companhia Mineira de Eletricidade, com a ajuda do Credireal.

Em 1905, coerente com o espírito de participação nos interesses públicos do Estado e, notadamente, de sua cidade sede, concedeu àquela Companhia os financiamentos pretendidos para a execução do projeto. Em decorrência de tal apoio, em 1906 era inaugurado o novo serviço, com bondes movidos à eletricidade. (Sá, 1991, p. 67-68)

No Relatório Anual de 1905, a instituição faz menção a esse processo de compra e modernização dos bondes da cidade, como podemos observar no trecho abaixo

No ultimo anno social, a operação bancaria de maior vulto foi a emissão de debentures para a Companhia Mineira de Eletricidade, na importancia de 350:000\$000.

O producto da emissão, destinado á compra da empreza de bonds d'esta cidade, á substituição da respectiva tracção pela electrica e á montagem da terceira machina geradora na uzina de eletricidade vai tendo a mais escrupulosa applicação por parte da Companhia.

O exito do emprestimo foi completo, devido ás garantias oferecidas e á confiança de que justamente gosa a empresa emissora.

O Banco, lançando o emprestimo, limitou-se, como era de rigor, ao papel de mero intermediario e não conserva em carteira um só d'estes títulos.

Abriu-se e encerrou-se a subscrição publica no dia 24 de Março do corrente anno. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1905, p. 8)

Portanto, é possível inferir que o Banco de Crédito Real de Minas Gerais se colocava em uma posição extremamente operante na cidade de Juiz de Fora, aliado dos empresários e a elite local para o empreendimento de projetos que visavam a modernização do município, trazendo, como consequência, maiores atenções para a região.

Para além dos bondes elétricos, o banco também esteve em meio ao projeto de saneamento da cidade em 1916. De acordo com Antônio Lopes Sá (1991), Juiz de Fora passou por um período muito delicado no que diz respeito à saúde pública. No ano de 1913, a cidade enfrentou uma grave epidemia de tifo que se estendeu até 1915 que foi o pior momento. Dessa forma, a Sociedade de Medicina da cidade buscou as causas dessa epidemia. A partir das investigações, apontaram que o serviço de fornecimento de água da cidade precisava ser melhorado. Para isso, o governo estadual, de Delfim Moreira, autorizou o financiamento de 800 contos de réis, a juros de 6%, pelo Credireal, para a realização das obras para melhoria do serviço de saneamento da cidade

O projeto requeria largos investimentos por parte da Municipalidade. O abastecimento foi assumido pelo Estado, no financiamento de 800 contos de réis ofertado pelo Crédito Real, a juros 6%, para a realização das obras. Os serviços garantiram a Juiz de Fora água de boa qualidade por longos anos, além de resolver o esgotamento sanitário. Minas Gerais pôde socorrer a cidade, em momento decisivo de sua evolução industrial. em razão da estrutura financeira do Banco. (Sá, 1991, p. 75)

Em outros momentos, já indicamos que a relação entre o Banco de Crédito Real de Minas Gerais era estreita e foi se fortalecendo a cada momento. A partir de tal cooperação, o Banco passou a operar suas principais carteiras, como a Hipotecária, Comercial e Agrícola com o intuito de facilitar o acesso dos produtores, comerciantes e demais segmentos ao crédito necessário para os seus empreendimentos. Dessa forma, o estado passou a ocupar a posição de maior acionista da instituição, detendo uma parcela superior a 75% e, de acordo com Sá (1991), desde fins de 1919, o banco operava a serviço do estado. No Relatório Anual de 1921, referente ao ano de 1920, há um trecho que se refere à essa proximidade entre o Banco e o Governo estadual

Este Banco, pela lei mineira n. 740 de 15 de setembro de 1919 [1919], na presidência do dr. Arthur Bernardes e referendada pelos secretários drs. Affonso Penna Junior e Clodomiro Augusto de Oliveira, passou a constituir serviço do Estado, o qual possui mais de dois terços das suas acções. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual de 1921, p. 23)

A década de 1919/1929 trouxe consigo um momento de grande instabilidade econômica, política e social no Brasil. Dessa forma, por meio dos Relatórios Anuais do Credireal, é possível encontrar diversos trechos em que a diretoria se refere aos eventos de forma muito crítica no que tange às decisões estatais. Para além disso, em 1919, a instituição completava seu trigésimo ano de funcionamento. Dessa forma, incorre a possibilidade de se comparar seu crescimento nesse contexto.

Nas páginas anteriores, apontamos alguns índices referentes a alguns elementos presentes nos relatórios anuais de 1889 e 1898, a fim de visualizarmos de forma mais lúcida o crescimento da instituição, buscando entender em qual dimensão de importância o banco se encontrava. Tomamos como elementos o ativo referente ao recurso dos acionistas e o passivo referente ao capital. Vimos que os números de crescimento, entre 1889 e 1898, foram de 683,71% e 1.300%, respectivamente. Para observarmos o crescimento em 1919, traremos os dados disponíveis no relatório anual, como fizemos anteriormente³⁰.

No Relatório Anual de 1920, temos os seguintes números:

Quadro 36 - Relação entre ativos e passivos do Credireal em 1919

ATIVO		PASSIVO	
Acionistas	1.891:040\$000	Capital	7.000:000\$000
Ações em caução	20:000\$000	Capital da Carteira Agrícola	10.000:000\$000
Empréstimos hipotecários	4.018:792\$225	Total dos Capitais	17.000:000\$000
Letras descontadas	15.045:879\$890	Emissão de letras hipotecárias	2.700:000\$000
Letras garantidas	12.112:213\$272	Fundo de reserva	1.593:306\$510
Correspondentes	1.538:714\$079	Caução da diretoria	20:000\$000
Cobrança n/c	179:066\$074	Depósitos: Letras a prêmio	6.687:262%979
Bens imóveis	382:339\$389	Depósitos: Contas correntes de prazo fixo	2.488:985\$854
Títulos de renda	750:633\$600	Depósitos: Contas correntes de aviso	5.979:399\$715

³⁰ No acervo do Museu do Crédito Real, não foram encontrados uma série de Relatórios Anuais, principalmente os produzidos entre a primeira e a segunda década de funcionamento da instituição. Os Relatórios Anuais eram documentos obrigatórios, sendo uma determinação estatutária.

Títulos do fundo reserva	1.531:625\$590	Depósitos: Contas correntes de movimento	9.145:061\$425
Apólices depositadas no Tesouro	200:000\$000	Total dos depósitos	24.300:709\$973
Letras hipotecárias em carteira	327:500\$000	Correspondentes	78:598\$893
Móveis e utensílios	38:492\$501	Depósitos judiciais	340:283\$404
Agências	19.930:379\$104	Dividendos do Banco: Saldo a pagar	13:004\$200
Valores hipotecários e em caução	16.798:595\$500	Dividendos do Banco: 60º dividendo à razão de 7%	178:813\$600
Depósitos de terceiros	7.388:338\$495	Total de Dividendos	191:817\$800
Efeitos a receber	2.186:613\$349	Resgate por sorteio de letras hipotecárias	2:000\$000
Diversas contas	3.948:427\$889	Agências	19.517:053\$033
Caixa	7.935:956\$956	Diversas garantias	16.798:595\$500
-	-	Depositantes	7.388:338\$495
-	-	Títulos para cobrança	2.186:613\$349
-	-	Efeitos a pagar	915:813\$376
-	-	Cupons de letras hipotecárias a pagar	8:804\$000
-	-	Diversas contas	3.182:673\$580
Total	96.224:607\$913	Total	96.224:607\$913

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1920. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

Quadro 37 - Relação entre ativos e passivos do Credireal em 1929

ATIVO		PASSIVO	
Acionistas	11.286:220\$000	Capital	25.000:000\$000
Ações em caução	40:000\$000	Capital da Defesa do Café	8.471:488\$530
Empréstimos: Hipotecários	3.141:309\$652	Capital da carteira agrícola	13.876:911\$380
Empréstimos: Em contas correntes garantidas	12.292:216\$323	Total de Capitais	47.348:399\$910

Totais dos Empréstimos	15.433:615\$975	Governo de Minas: Capital fornecido à sucursal no Rio de Janeiro para operações de café	24.852:252\$370
Letras descontadas	77.776:316\$599	Governo de Minas: Emissão de letras hipotecárias	1.900:000\$000
Operações de café por conta do Governo de Minas	24.852:252\$370	Governo de Minas: Fundo de reserva	7.108:881\$833
Correspondentes	528:430\$000	Governo de Minas: Caução da diretoria	40:000\$000
Cobrança de nossa conta	7.493:781\$110	Depósitos: Letras a prêmio	532:115\$860
Bens imóveis	2.426:536\$023	Contas Correntes: A prazo fixo	30.543:812\$633
Títulos de renda	376:425\$000	Contas Correntes: De aviso	1.503:821\$609
Títulos do fundo de reserva	3.535:902\$695	Contas Correntes: Limitadas	19.624:906\$960
Apólices depositadas no Tesouro	200:000\$000	Contas Correntes: De movimento	26.474:136\$455
Letras hipotecárias em carteira	88:800\$000	Total das Contas Correntes	78.678:793\$517
Depósitos de terceiros	22.934:123\$960	Correspondentes	730:025\$648
Efeitos a receber	20.765:860\$549	Depósitos judiciais	33:752\$625
Cobrança por conta de terceiros	6.781:027\$057	Dividendos: Saldo a pagar	5:014\$300
Diversas contas	690:974\$864	Dividendos: 80° à razão de 15%	1.018:737\$100
Caixa: Em moeda corrente e em Bancos	13.452:737\$673	Total de Dividendos	1.023:751\$400
-	-	Agências	93.807:795\$602
-	-	Diversas garantias	33.766:013\$145
-	-	Depositantes	22.934:123\$960
-	-	Títulos para cobrança	27.546:687\$606
-	-	Efeitos a pagar	1.144:868\$173
-	-	Cupons de letras	9:597\$000

		hipotecárias	
-	-	Diversas contas	1.252:960\$194
Total	342.178:103\$194	Total	342.178:103\$194

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual 1930. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

Os Quadros 36 e 37 trazem os dados presentes nos Relatórios Anuais de 1919 e 1929, respectivamente. A partir disso, quando observamos tais dados, constatamos uma diferença muito acentuada em diversos elementos nestes balanços. É nítido o crescimento do Banco no que diz respeito aos números, recursos e operações financeiras. Em uma comparação superficial entre os dois relatórios, o Balanço de 1919 possui valores maiores aos de 1929 apenas em: I - Ativos: a) Empréstimos hipotecários; b) Correspondentes; c) Títulos de renda; d) Letras hipotecárias em carteira; II - Passivos: a) Emissão de letras hipotecárias; b) Letras a prêmio; c) Depósitos em contas correntes de aviso; d) Diversas contas. Nos demais elementos, o relatório de 1929 traz uma superioridade muito consistente, em números muito robustos.

A título de comparação, elegemos alguns elementos nos dois relatórios a fim de verificarmos essa diferença tão acentuada entre os dois momentos da instituição, representados pelos números. Para começar, podemos apontar as diferenças entre os valores referentes aos acionistas e os capitais do Banco. Em 1919, temos um ativo de 1.891:040\$000 referente aos acionistas e um passivo de 17.000:000\$000 referentes aos capitais da instituição e da Carteira Agrícola. No Relatório de 1929, observamos, para os mesmos elementos, 11.286:220\$000 e 47.348:399\$910, respectivamente. A partir disso, podemos perceber um crescimento de aproximadamente 497% e 178,5%³¹, respectivamente. Por fim, ao compararmos os valores totais de cada relatório, temos 96.224:607\$913 em 1919 e 342.178:103\$194 que, traduzidos para a porcentagem, equivale a um crescimento de aproximadamente 255,6%.

A fim de demonstrarmos esse crescimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, trataremos a seguir um quadro com os valores referentes aos recursos totais de cada relatório disponível no período em que este trabalho se dispõe a pesquisar. Alguns relatórios não foram encontrados no acervo do Museu do Crédito Real em Juiz de Fora, o que dificulta uma reconstituição mais fidedigna do período entre 1889 e 1930. No entanto, ainda assim,

³¹ Todos os cálculos de crescimento neste trabalho utilizam a seguinte fórmula: $\text{Crescimento} = ((V_f - V_i) \div V_i) \times 100$.

acreditamos que seja possível observar o crescimento significativo e constante que a instituição empreendeu neste período indicado.

Quadro 38 - Valores totais dos balanços de ativos e passivos do Credireal disponíveis entre 1889 e 1930 e o índice de crescimento no período

ANO	VALOR	ÍNDICE (≈ %)
1889	1.800:326\$686	100
1890	-	-
1891	-	-
1892	-	-
1893	-	-
1894	21.325:042\$512	1.184
1895	21.453:349\$174	1.191
1896	21.679:289\$125	1.204
1897	23.520:180\$838	1.306
1898	40.778:158\$416	2.265
1899	39.963:615\$651	2.219
1900	40.583:628\$520	2.254
1901	40.003:616\$293	2.222
1902	40.797:817\$962	2.266
1903	42.730:857\$328	2.373
1904	44.350:718\$271	2.463
1905	47.296:229\$612	2.627
1906	-	-
1907	49.406:256\$866	2.744
1908	49.136:989\$508	2.729
1909	-	-
1910	75.939:236\$716	4.218
1911	78.038:639\$625	4.334
1912	77.669:107\$036	4.314
1913	-	-

1914	-	-
1915	99.337:877\$709	5.517
1916	99.061:995\$542	5.502
1917	80.568:199\$213	4.475
1918	83.049:822\$585	4.613
1919	96.224:607\$913	5.344
1920	94.339:379\$490	5.240
1921	99.189:386\$698	5.509
1922	109.632:608\$604	6.089
1923	129.342:970\$620*	7.184
1924	151.768:424\$089	8.430
1925	157.794:458\$805	8.764
1926	171.796:003\$236	9.542
1927	-	-
1928	308.753:381\$636	17.149
1929	342.178:103\$194	19.006
1930	311.471:931\$184	17.300

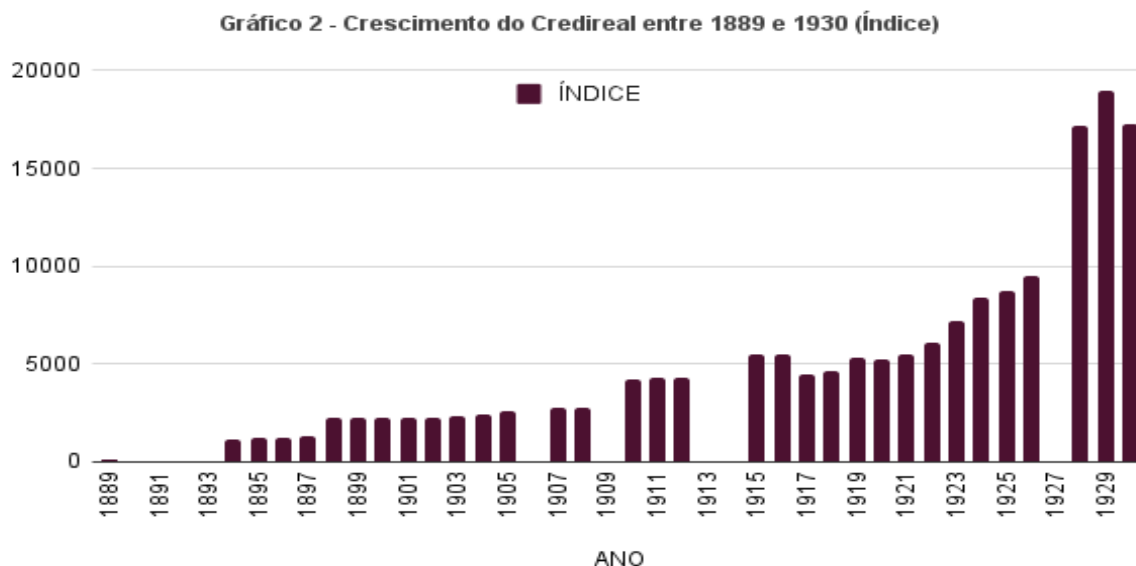
Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Vários anos. Acervo do Museu do Crédito Real. Juiz de Fora 2024.

O crescimento do Credireal se mostra constante, sendo interrompido em momentos muito específicos como entre 1915 e 1918. Esse período guarda algumas particularidades como a Primeira Guerra Mundial, além de questões nacionais. Sendo assim, podemos inferir que esses acontecimentos internacionais e nacionais são fatores que impactaram o desempenho, pois o Credireal possuía uma relação estreita com o estado de Minas Gerais que ocupava uma posição relevante na política e economia nacionais. Logo, em momentos de instabilidade, as operações da instituição acabavam por retroceder.

O gráfico abaixo demonstra o crescimento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais a partir dos dados apresentados no quadro acima. Embora alguns relatórios não estejam disponíveis no acervo do Museu do Crédito Real, é possível acompanhar a taxa de crescimento da instituição no período estudado neste trabalho. Outro ponto que chama a atenção são os valores dilatados que os relatórios de 1928 em diante, alcançando cifras muito

acentuadas. E também é possível compreender algumas razões para esse crescimento específico no período

Gráfico 2 - Crescimento do Credireal entre 1889 e 1930 (Índice)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A década de 1920 trouxe consigo uma grande mobilização política e econômica em relação ao café. As crises de superprodução e dos preços eram frequentes e impactaram de forma acentuada a economia nacional, pois desde o século XIX a principal atividade econômica era a agroexportação, de vários produtos, mas sendo o principal deles o café que foi tomando esse espaço de protagonismo a partir do ano de 1831, como nos mostra o Quadro 1.

Dessa forma, com as crises de superprodução e as grandes quedas no valor do produto, o Estado Brasileiro se via numa situação em que era necessário que se desenvolvessem mecanismos e ferramentas para auxiliar os grandes produtores e todo o aparato que estava ligado à cafeicultura, como os bancos. Alguns mecanismos muito conhecidos e estudados são o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão, ambos foram criados mediante os interesses dos grandes produtores. É importante ressaltar que, segundo Perissinotto (1993), as relações entre o capital e a economia cafeeira são complexas e que os cafeicultores não formavam uma unidade no que diz respeito aos seus interesses. Na verdade, essa dinâmica pode ser entendida

por meio de uma relação de subordinação da lavoura para com o grande capital³². Nas palavras do autor

Essa imagem unificadora da classe dominante da economia cafeeira paulista é notada claramente em expressões como "burguesia cafeeira" ou "oligarquia paulista", abundantemente encontradas na literatura sobre o período e que, como se vê, têm um sentido generalizador que não identifica frações no seu interior. Evidentemente, esse tipo de conclusão peca pelo economicismo, uma vez que limita a análise à dimensão exclusivamente econômica das classes dominantes na economia cafeeira paulista. Olhando apenas para o processo social de produção (produção e circulação) e constatando que aí se sobressai uma classe que age em todos os pontos desse processo, conclui-se que esta é a única classe existente. Ao contrário, se estivermos atentos às dimensões políticas e ideológicas de existência das classes sociais, dimensões que se expressam na luta de classes inerente à divisão social do trabalho, perceberemos que existem outras frações dominantes vinculadas direta ou indiretamente à economia cafeeira. Perceberemos então que o bloco no poder da sociedade agroexportadora cafeeira paulista é, na verdade, fracionado e permeado por conflitos no seu interior. Uma análise esquemática dessa sociedade nos revela a seguinte composição das classes e frações dominantes ligadas diretamente à economia cafeeira: o grande capital cafeeiro mercantil-exportador, a "lavoura" e os comissários. Essa diferenciação do bloco no poder da sociedade agroexportadora paulista se expressava das mais variadas formas. Por exemplo, um breve estudo da economia cafeeira pode nos revelar as relações de subordinação que se estabeleceram entre o grande capital cafeeiro e a lavoura, em prejuízo desta última, sobretudo no que se refere à especulação no comércio exterior do café e à falta de crédito. Com relação ao comissariado, são abundantes as reclamações da lavoura no que se refere aos juros excessivamente altos extorquidos pelos comissários. Essa relação de subordinação no nível econômico se manifestou várias vezes em outras instâncias da vida social. (Perissinotto, 1993, p. 166-166)

Entretanto, mesmo que os cafeicultores e banqueiros não constituíssem uma unidade, é fato que mecanismos de contenção de crise foram desenvolvidos em prol de seus negócios, como citamos acima com o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão, a fim de amenizar os impactos que as crises de superprodução e queda dos preços declinassem suas posses.

No entanto, o estado de Minas Gerais também desenvolveu seu próprio mecanismo de contenção de crise, a chamada "Carteira de Defesa do Café" e que está presente nos relatórios anuais da instituição desde 1926. Esta pode ser indicada como uma das razões para o crescimento acentuado dos valores descritos nos balanços presentes nos relatórios.

No que se refere ao funcionamento da Carteira de Defesa do Café, o trecho abaixo retirado integralmente do contrato, nos concede maiores informações acerca desta carteira

- 1) O contracto entre o Banco e o Govêrno de Minas, para a instituição de uma "Carteira de Defesa do Café" foi assinado em [0]2/[0]1/1926 (Anexo nº 1), tendo sido a autorização dada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em [0]4/12/1925, cuja Ata foi publicada no "Minas Gerais" de 17/12/1925 (Anexo 4)
- 2) O prazo do contracto era de 5 nos, podendo o Estado determinar o seu termo antes de findo esse prazo.

³² Em relação ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, sabemos que sua criação esteve vinculada ao interesse agrícola e ao desenvolvimento da economia agroexportadora em Juiz de Fora e na Zona da Mata mineira. Uma prova dessa proximidade entre o capital agrário e o sistema financeiro reside na presença do Barão de Monte Mário que ocupava a posição de maior acionista do Credireal e estava ligado à atividade agrícola, como os quadros 24 e 25 demonstram.

3) Por esse contracto o Estado se comprometia a entregar ao Banco, mensalmente, o saldo resultante da cobrança do imposto do MIL REIS OURO³³, tudo na conformidade do Decreto 6954, de 24/[0]8/1925 e em cumprimento à lei Mineira nº 887, de 19/[0]8/1925.

4) Por sua vez, ficava o Banco obrigado a aplicar as somas recebidas em empréstimos exclusivamente e lavradores de café, mediante garantia de café depositado em armazens gerais ou outros fiscalizados pelo Governo e também em descontos e redescontos de efeitos comerciais de café, bem assim os realizados pelos Bancos regionais que se sujeitassem à fiscalização do Estado. A taxa dos empréstimos seria de 9% e o prazo não excedente de 12 meses. O limite máximo de cada empréstimo seria 50:000,00. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Carteira de Defesa do Café, p. 2)

Portanto, é possível ter a noção de que a instituição passou a receber recursos advindos de uma nova maneira de captação, por meio do imposto mil-réis ouro que se relacionava à taxação de cafés vindos de São Paulo e Rio de Janeiro que entravam em Minas Gerais. O recurso proveniente do imposto em questão, seria redirecionado da seguinte maneira

A “Carteira de Defesa do Café” fará as seguintes operações:

a) desconto e redesconto de letras, notas promissórias e efeitos comerciais de café, de aceite ou emissão de lavradores de café, com garantia de duas ou mais firmas idoneas, a juízo do Banco, e também sob garantia de café depositado em Armazens Geraes ou em outros fiscalizados pelo governo, mediante warrants endossados ao Banco e acompanhados de conhecimento de depósito, e de títulos publicos federaes ou do Estado.

b) redesconto dos títulos acima mencionados, realizado pelos bancos regionais que se sujeitarem á fiscalisação do Estado e sob as mesmas garantias. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Carteira de Defesa do Café, p. 7. Grifo do documento)

O Gráfico 2 nos mostra um crescimento muito elevado entre 1926 e 1928, no entanto, isso ocorre pela ausência dos dados referentes ao ano de 1927 que não foram encontrados no acervo do Museu do Crédito Real. Contudo, entre 1928 e 1930 vemos um crescimento muito semelhante entre os anos, tendo 1929 alcançado o maior pico de crescimento no recorte temporal completo, entre 1889 e 1930 - e que, por meio das fontes, é possível inferir que a criação e funcionamento da Carteira de Defesa do Café³⁴ teve uma grande influência nesse grande crescimento nos números da instituição a partir de 1926.

³³ Sobre este imposto indicado no trecho retirado do contrato da Carteira de Defesa do Café, temos informações encontradas no jornal da época que descreve o funcionamento deste tributo: [...] “Da arrecadação do imposto de 1\$000 ouro: Art. 4. ‘O imposto de 1\$000 ouro será arrecadado em papel, adoptado para agio do ouro a media do agio da semana anterior, pela cotação official da Camara dos Corretores; Art. 5. ‘A arrecadação será feita: a) sobre o café entrado no Rio de Janeiro pela Delegacia do Thesouro de Minas Geraes, na mesma occasião da cobrança do imposto da exportação, mas em conhecimento separado; b) sobre o café em trânsito pelo Estado de São Paulo, do mesmo modo por que foi feita a cobrança do imposto equivalente daquele Estado; c) sobre o café despachado para portos differentes do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, pelos agentes das estações de estradas de ferro, no acto do despacho ou no destino, conforme a natureza do frete pago ou a pagar e pelos postos fiscais no acto do producto a transpor a fronteira.” [...]. Jornal de Minas Gerais, 1925 p. 1. Disponível em: <[Jornal Minas Gerais](#)>

³⁴ Sobre a Carteira de Defesa do Café, antes do término do primeiro contrato, houve a renovação em 21 de janeiro de 1930. Contudo, por meio do Decreto 9848 e da Lei Mineira 1.203 de 16 de outubro de 1930, os recursos do imposto mil-réis ouro foram transferidos para o Instituto Mineiro do Café, criado em 1929. Essa carteira durou até 9 de dezembro de 1937, quando foi liquidada.

Anteriormente, apontamos que a década de 1919 a 1929 trouxe consigo alguns elementos que foram decisivos para o desenho econômico, social e político não apenas no Brasil, como também no mundo. Alguns países europeus, que participaram da Primeira Guerra Mundial, estavam enfrentando um momento de recuperação econômica por conta do revés causado pela guerra. Sendo assim, a conduta de tais países se mostrava mais protecionista, valorizando a produção interna e os produtos nacionais em detrimento de grandes importações, importando apenas o que era extremamente necessário.

Nesse sentido, o Brasil que possuía sua economia voltada à atividade agroexportadora, em maior parte de café, passava por uma instabilidade econômica muito acentuada, levando o governo federal a tomar algumas medidas a fim de diminuir os impactos dessas diminuições de recursos. O país estava mergulhado em um cenário de superprodução, preços baixos, desvalorização da moeda e câmbio desfavorável em decorrência, também, de um processo de grande emissão. O Credireal, em seus Relatórios Anuais, aponta tais movimentações econômica por uma perspectiva acentuadamente crítica, como podemos ver abaixo no Relatório de 1923

“A realidade é outra. Antes da grande desvalorização de nossa moeda, a somma em dinheiro pela qual se vendiam as mercadorias era menor, mas seu valor aquisitivo para todos os efeitos era muito maior; *o nosso mil réis que pelo padrão ouro, ha tres annos, valia 620 réis, vale hoje apenas 211 réis*. Houve portanto supposta elevação de preços nos mercados nacionaes e em moeda brasileira. [...] Não fossem as despesas extraordinarias dos tres ultimos annos, que o governo julgou conveniente fazer, emittindo papel moeda e apolices a granel e contraindo succesivos emprestimos onerosos, conforme vêm relatado na mensagem apresentada ao congresso nacional, em dezembro do anno passado, e nossa situação financeira e economica seria das mais prosperas. Mantido o cambio á taxa que o governo passado encontrou, regularisada a exportação do café, estariam hoje todos os productos exportaveis por um preço bastante remunerador, dando-nos no balanço internacional saldo sufficiente para satisfazer as despesas da importação e os compromissos dos emprestimos externos, deixando-nos ainda grandes sobras. Infelizmente a nossa posição é muito diversa. A elevação dos preços das mercadorias no consumo interno, a custa do descredito de nossa moeda, tem trazido grandes males ao paiz e a todas as classes sociaes, inclusive aos que se supõem beneficiados por esse estado de coisas, e vai creando uma situação angustiosa para os fonctionnarios publicos civis e militares, os empregados de diversas categorias e particurmente os operarios, que são a quasi totialidade da população e constituem as forças vivas de todas as organizações de trabalho e de todas as riquezas, sem esquecer que o descalabro do cambio exige da Federação e dos Estados sommas fabulosas para o custeio das dividas no exterior, e para o augmento de vencimentos dos fonctionnarios, desequilibra os orçamentos, que se fecham com déficits e obriga o erario publico constantemente a pedir ao povo empobrecido pela caréstia da vida novos impostos e aggravação dos existentes. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatório Anual de 1923, p. 3-4. Grifo nosso)

O café estava envolto em políticas de valorização constantes e instituídas com planos governamentais. De acordo com Furtado (2007), no Convênio de Taubaté

[...] definem-se as bases do que se chamaria de política de “valorização” do produto. Em essência, essa política consistia no seguinte:

- a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada;
- d) a fim de solucionar o problema mais a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. (Furtado, 2007, p. 253-254)

O Convênio de Taubaté foi criado no ano de 1906, logo, é possível observar que essa política de valorização era algo constante porque o tipo de cultura e comércio do café envolviam algumas particularidades,³⁵ como tempo de maturação, desgaste de solos, entre outros que necessitava de apoio estatal de forma recorrente para que os impactos não fossem tão graves e levassem a economia cafeeira à bancarrota. Ainda de acordo com Celso Furtado (2007, p. 256) “o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria cada vez mais grave”.

A historiografia indica que existem três grandes momentos em que as políticas de valorização do café são empreendidas. A primeira fase foi inaugurada com o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão em 1906³⁶, auxiliando de forma muito satisfatória a economia e os preços do café até meados de 1912. A segunda fase ocorreu entre 1917 e 1920 sendo necessária por conta dos eventos da Primeira Guerra Mundial que afetou de forma repentina a economia brasileira e mundial. Por fim, a partir de 1921 temos o que se chama de “defesa permanente”. De acordo com Oliveira e Pontes (2008)

A terceira valorização do café, quando adotada pelo governo federal, adquire os contornos institucionais necessários para transformá-la num programa de defesa permanente, agora sob o aval federal. Duas foram as razões alegadas pelos cafeicultores paulistas para a necessidade de um programa permanente de defesa: a proteção e intervenção estatal para suportar as vicissitudes da irregularidade das safras, e a necessidade de um fundo de crédito para viabilizar o armazenamento dos

³⁵ Celso Furtado considera essa política de valorização do café como um processo errôneo, que causou uma hecatombe econômica em que as verdadeiras causas não foram trabalhadas e sanadas, mas que todas as ações propostas funcionaram apenas como “panos quentes” que não tratavam, de fato, a crise. Em suas palavras “A partir da perspectiva mais ampla de que hoje dispomos para observar esse processo histórico, podemos perguntar onde estava o erro básico de toda essa política, seguida inegavelmente com excepcional audácia. O erro, se assim podemos qualificar, estava em não se terem em conta as características próprias de uma atividade econômica de natureza tipicamente colonial, como era a produção de café no Brasil.” (Furtado, 2007, p.258)

³⁶ De acordo com Oliveira e Pontes (2008), a Caixa de Conversão foi “[...] um instrumento econômico idealizado pelos participantes do Convênio de Taubaté, com o objetivo, entre outros, de regular o câmbio brasileiro, tornando-o estável e menos vulnerável às alterações sazonais provocadas pelos períodos de safra e entressafra do café. [...] Dessa forma, a Caixa de Conversão, como proposta apresentada pelo Convênio de Taubaté para amenizar os problemas decorrentes da flutuação cambial, foi bem recebida tanto pelos cafeicultores quanto pelo governo federal, que chegaram ao consenso da necessária estabilização do câmbio durante o ano. Havia, contudo, divergência entre essas duas camadas relacionada ao cerne do funcionamento da Caixa – o patamar ideal de estabilização do câmbio: baixo, atendendo aos interesses dos cafeicultores; ou alto, ao encontro das aspirações do governo federal.” (Oliveira; Pontes, 2008, p.48)

excedentes da produção, com vistas a aguardar por melhores preços. (Oliveira; Pontes, 2008, p. 54)

A partir disso, é possível compreender que não apenas a década de 1920 trouxe consigo instabilidades, mas que as três primeiras décadas da Primeira República trouxeram muitos acontecimentos que impactaram de forma substancial as conjunturas, tanto em menor escala, quanto em maior escala. A economia cafeeira se viu em um estágio de superprodução ainda nos últimos anos do século XIX e esse fato se arrastou para o século XX e suas primeiras décadas, sendo necessário o desenvolvimento de políticas de valorização para que a posição do grande capital cafeeiro não se desestabilizasse completamente.

Os períodos em que as políticas de valorização do café estavam em atividade, podem pressupor que o cenário econômico não fosse tão favorável e que as instituições financeiras poderiam estar vivenciando um momento de baixa nos recursos. Levando isso em consideração, os dados abaixo podem nos ajudar a compreender tal conjuntura, observando os dados referentes ao recursos de crédito e débito do Credireal nos períodos selecionados (de vigência das políticas de valorização do café)

Quadro 39 - Demonstração da conta de lucros e perdas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (períodos selecionados)

Ano	Total de Débitos	Total de Créditos	Saldo para o próximo semestre
1907	270:251\$199	275:264\$925	5:513\$726
1912	590:750\$284	590:750\$284	-
1917	1.056:087\$135	1.078:124\$419	22:037\$284
1922	2.283:775\$773	2.320:477\$489	36:701\$716

Fonte: Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Relatórios Diversos.

A partir dos dados apresentados no Quadro 39, podemos verificar alguns cenários: a) as receitas do Credireal foram aumentando ao longo dos anos; b) em todos os períodos presentes no quadro, houve um excedente para o próximo semestre, ou seja, um balanço favorável, exceto em 1912 que as despesas e ganhos foram iguais e o balanço fechou sem perdas ou lucros.

Em suma, mesmo em meio a necessidade de se desenvolver as políticas de valorização de café por conta de toda a dificuldade financeira que os grandes produtores e demais segmentos que estavam envolvidos na dinâmica cafeeira, o Banco de Crédito Real de Minas

Gerais manteve suas operações em conformidade e solidez, como já demonstramos nos outros dados apresentados neste trabalho, como no Quadro 37 e Gráfico 2 em que é possível observar o crescimento vertiginoso da instituição.

Por fim, a década de 1920 trouxe os eventos do crash na bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929 que tornou a atividade bancária e financeira um verdadeiro desastre. Não apenas a economia, mas toda a sociedade que passou a viver os impactos catastróficos da crise, principalmente nos Estados Unidos. No entanto, antes desses acontecimentos, em 1928, o Credireal deu início a uma relação com bancos estrangeiros a fim de angariar empréstimos e recursos. Contudo, com o transcorrer das negociações, o cenário econômico se transformou e as condições delineadas anteriormente não satisfaziam mais os interesses da instituição. Dessa forma, o Banco recuou em relação ao empréstimo e não estabeleceu essa negociação com as instituições estrangeiras. No Relatório Anual, podemos ter um conhecimento melhor acerca desse fato

No anno relatado houve assembléa geral ordinaria na epocha determinada pelos estatutos e duas assembléas extraordinarias em 20 de abril e 10 de dezembro. Nesta ultima foi autorizado á directoria a levantar um emprestimo externo, garantido pelo governo de Minas Geraes, de accordo com a lei mineira n. 1021 de 16 de setembro de 1928. Deste emprestimo me havia ocupado, quando na Europa, com banqueiros inglezes, que se associaram a banqueiros americanos, na base das operações similares já efetuadas com outros estabelecimentos congeneres. Na data da lei mineira referida, já estavam muito modificadas, para peor, as condições dos mercados de Londres e Nova York, do que resultou não ter sido possivel realizar a nossa operação, nas mesmas condições; Em consequencia, deu-se uma troca de correspondencia, na qual procurámos conseguir que nos fossem mantidas as vantagens do primitivo projecto, modificadas naturalmente por ligeiras variações, de accordo com a nova situação, que se tinha apresentado. Agravando-se continuadamente as dificuldades nos mercados externos, resolvemos, de accordo com o esclarecido financista, o presidente Antonio Carlos, interromper essas negociações. Sendo desvantajosas as exigencias dos mercados estrangeiros e não sendo favoraveis actualmente as condições internas para as trocas internacioanes de valores, a interrupção no momento encontra inteira justificativa no proposito de salvaguardar os nossos interesses contra possiveis sorpresas. Ha necessidade de augmentarmos os nossos recursos, sobretudo os para collocação a prazo longo, com o fim de attender as conveniencias da lavoura e da pecuaria, columnas mestras da vida economia de países como o nosso. Dependendo de tempo a frutificação dos capitaes nellas invertidos, não se lhes pode destinar os capitaes dos depositos á vista e a prazo curto. Não convem tambem appellar para maior augmento de capital accionista com destino a essas operações, porque aqui, como em todos os meios financeiros, o capital accionista reclama melhor remuneração. (Relatório Anual do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, 19 de abril de 1929. p. 5-6).

O trecho acima nos dá uma noção de como a diretoria do Credireal operava, com atenção e prudência no que diz respeito às questões que os cercavam. De acordo com Sá (1991) e Croce (2006; 2013; 2016), para o Banco de Crédito Real de Minas Gerais “Crédito é Confiança”.

Em suma, levando em consideração a forma como a diretoria operava a instituição e, principalmente, as relações estreitas que seus membros e o estado de Minas Gerais possuíam, a instituição pode permanecer operante e sólida mesmo em meio às instabilidades econômicas recorrentes no Brasil e no mundo. Dessa forma, para além de um crescimento vertiginoso no que diz respeito aos recursos e operações gerais do Banco, a instituição empreendeu um outro processo muito interessante e que será abordado no próximo capítulo: a expansão de seus domínios e fundação de diversas agências ao longo dos anos entre 1889 e 1930 que podem nos dar um retrato muito interessante acerca do próprio estado de Minas Gerais nesse período.

CAPÍTULO 3

3 - O mosaico mineiro

Os trabalhos desenvolvidos pelos chamados “brasilianistas” foram e são objeto de diversos debates. Os “brasilianistas” constituíram um grupo de pesquisadores estadunidenses que vieram ao Brasil na década de 1960, financiados por agências do próprio país, a fim de pesquisar sobre algumas temáticas referentes ao Estado Brasileiro.

Em um primeiro momento, em suas primeiras impressões, a presença e o trabalho dos brasilianistas no Brasil não foram vistos com bons olhos pelos pesquisadores brasileiros. O próprio termo “brasilianistas” carregava consigo um teor pejorativo (Da Luz Moreira, 1990). As principais questões apresentadas pelos pesquisadores do Brasil diziam respeito: a) às vantagens que eles tinham em relação ao acesso às fontes, que era extremamente limitado e difícil para os pesquisadores nacionais; b) o financiamento tornava os estrangeiros privilegiados, pois as condições dos pesquisadores brasileiros eram precarizadas; c) as pesquisas se desenvolviam por meio de uma análise voltada ao quantitativo, resumindo muitos processos a apenas números, além de serem tratadas por indivíduos que não compreendiam a dinâmica brasileira, ou seja, eram estrangeiros falando sobre dinâmicas que eles não vivenciaram.

No entanto, de acordo com Regina da Luz Moreira (1990), o trabalho dos brasilianistas trouxe algumas transformações muito importantes para a pesquisa brasileira

O trabalho desenvolvido pelos brasilianistas representa, sem sombra de dúvidas, importante contribuição não apenas no crescimento das ciências sociais e em sua institucionalização como ciência, mas também no próprio início do processo de “desarteriosclerização” da memória nacional.

Para alguns, sua importância está no nível de informação quantitativa introduzida, principalmente por terem desenvolvido pesquisas em um período pouco explorado. Outros ressaltam ainda o fato de terem sido responsáveis pela introdução de novas questões, ou mesmo pela recolocação de questões antigas, o que atuou favoravelmente na ampliação dos debates, em especial no campo da história política e econômica. (Da Luz Moreira, 1990, p. 73)

Dessa forma, mesmo que a presença dos brasilianistas seja recheada de percepções e disputas, é inegável que eles influenciaram o desenvolvimento da pesquisa brasileira e deixaram algumas contribuições interessantes para pesquisas futuras. Não obstante, uma dessas contribuições importantes é o chamado “mosaico mineiro” desenvolvido pelo pesquisador John D. Wirth, brasilianista que produziu um trabalho acerca da economia, política e sociedade mineira entre 1889 e 1937 - tendo feito parte de uma tríade de

pesquisadores que também buscou compreender as dinâmicas de São Paulo (Joseph L. Love) e Pernambuco (Robert M. Levine) nas obras *A Locomotiva São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937* e *A Velha Usina Pernambuco na Federação Brasileira 1889-1937*, respectivamente.

Em *O Fiel da Balança Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*, Wirth se propôs a reconstruir o caminho percorrido por Minas Gerais durante a Primeira República e os primeiros anos da Era Vargas, apontando o papel que o estado possuía num contexto nacional. De acordo com o historiador, o estado constituía uma unidade da federação muito complexa e que “unidade” não seria a melhor definição para essa porção territorial, visto que por conta de diversos aspectos, entre eles os geográficos e naturais, as regiões do estado não possuíam um sistema de conexão pleno e que essas regiões se desenvolviam de forma independente, sem uma relação sólida e dinâmica entre si.

Sendo assim, para o autor a melhor definição para Minas Gerais seria “mosaico mineiro” por conta de toda essa desarticulação entre esses territórios. Em suas palavras:

[...] a política colonial submeteu a geografia e seus fins - no caso mineiro, de forma ultrajante.

É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um *mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões*. Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, *cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos*. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns. (Wirth, 1982, p. 41. Grifo nosso)

John D. Wirth indica que, no momento de sua pesquisa, não existia uma definição unânime em relação à divisão de regiões do estado de Minas Gerais. Aponta que os geógrafos haviam delimitado 17 sub-regiões, mas que essa percepção não contribuía de forma satisfatória à pesquisa histórica e justifica a sua escolha por compreender o estado como sendo dividido em 7 regiões. Para ele

Infelizmente, não existe uma definição das zonas que seja de modo geral aceita e que os historiadores possam usar. Os geógrafos brasileiros recentemente especificaram 17 sub-regiões fisiográficas que se ajustam a seus propósitos; aparecem na maioria dos mapas e relatórios, mas seu esquema não é muito útil para o traçado das tendências históricas. [...] Por causa disso, decidi manter as sete zonas tradicionais, que refletem padrões diferentes de colonização, assim como mudanças sociais, econômicas e políticas, melhor do que qualquer outra divisão. (Wirth, 1982, p. 41)

Portanto, durante toda a análise desenvolvida em sua obra, o historiador John D. Wirth optou por usar a delimitação geográfica que indicava a existência de sete regiões no estado de Minas Gerais, por considerar que essa abordagem seguia de forma mais próxima à realidade

vivenciada pelos mineiros no que tange aos diversos segmentos, como social, econômico e político. Sendo assim, a representação utilizada por Wirth é a mostrada na Figura abaixo:

Figura 1 - As Zonas mineiras, segundo uso corrente



Fonte: Wirth, John. O fiel da balança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 42

Portanto, por meio da Figura 1 podemos ver que, no que diz respeito ao cotidiano e aos trabalhos produzidos, Minas Gerais era entendida como um estado dividido em sete regiões, sendo elas: Centro, Leste, Mata, Norte, Oeste, Sul e Triângulo. Dessa forma, de acordo com Wirth, essas regiões se desenvolveram de forma independente e em temporalidades distintas, ou seja, enquanto algumas regiões possuíam um desenvolvimento maior no que diz respeito à urbanização e complexificação econômica, outras vivenciavam estruturas diferentes, com a presença de formas de trabalho distintas e com dinâmicas econômicas com características do século XVIII, como a região Norte. Para Wirth

As paisagens de Minas Gerais, conseqüentemente, oferecem diferentes leituras ao historiador. O Triângulo tomou forma como uma moderna economia agropecuária a partir da década de 1880. Cultural e economicamente, era uma zona nova. *O Norte, ao contrário, seguiu o curso da economia de estâncias do século XVIII*, salvo uma corrida de diamantes (depois de 1830). Suas velhas cidades se estagnaram nas margens dos vastos latifúndios até a chegada da estrada de ferro no final da década de 1920. O Oeste exportou gado para o sul, sendo que suas cidades interligam-se por meio de velhas trilhas de gado e, no presente século, por estradas de ferro e rodovias. O café financiou a ascensão das zonas da Mata e Sul em meados do século XIX. As terras da zona da Mata eram indígenas até 1830, ano em que a fronteira do café começou a expandir-se para o leste penetrando na floresta virgem. O Sul também desenvolveu uma agricultura calçada no café, no século XVIII, sua economia estivera centrada na mineração de ouro. Durante a República Velha, estas

duas zonas lideraram as outras em termos de riqueza, população e poder político. (Wirth, 1982, p. 43. Grifo nosso.)

Para além disso, John D. Wirth também aponta como se deu a mudança dos holofotes econômicos e de importância em um aspecto geral do Centro para as regiões da Zona da Mata e Sul, após a decadência da mineração, principalmente, e ascensão vertiginosa e ligeira da economia cafeeira

O Centro perdeu terreno para a zona da Mata e o Sul em todo o decorrer do século XIX, quando muitas famílias da elite se estabeleceram na agricultura, após migrarem de uma decadente área de mineração. Lá, juntaram-se a outros imigrantes do vale do rio Paraíba, para formar a nova elite. Assim, as linhas de força do estado se curvaram em direção ao sul durante o período de estudo. O longo declínio do centro cessou a partir de 1920, quando o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, bancos e comércio deu uma base econômica à nova capital política em Belo Horizonte. Com isso, o Centro recuperou sua velha predominância, especialmente após 1930. (Wirth, 1982, p. 43)

Ademais, Wirth indica que as regiões localizadas ao sul, apresentavam um desenvolvimento maior pois estabeleciam relações diretas com os grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo. Dessa forma, ele indica que Minas Gerais possuía um panorama em que existia um sul mais desenvolvido e moderno, enquanto que o norte seria uma região menos desenvolvida e com estruturas econômicas coloniais que não possibilitaram o pleno desenvolvimento. Para além disso, Wirth também sinaliza que as principais cidades, no que diz respeito ao contingente populacional e à importância econômica estavam, em sua maioria, presentes no sul geográfico do estado, com salvas exceções como os municípios de Montes Claros ao Norte e Teófilo Otoni a Leste.

O historiador indica que a ascensão da economia cafeeira foi o principal ponto que levou o sul do estado ao amplo desenvolvimento, pois as demandas dessa dinâmica econômica, levaram à necessidade de um desenvolvimento de rotas de transporte para escoar o produto e interligar os municípios produtores. Dessa forma, as cidades mais populosas se localizavam nas regiões ao sul, por conta do maior desenvolvimento econômico. O quadro abaixo nos mostra a divisão populacional entre 1872 e 1940.

Quadro 40 - Porcentagem da população nas principais regiões de Minas Gerais (Períodos Seleccionados - 1872/1940)

ZONA	1872	1890	1900	1920	1940
Norte	17	16	16	15	13
Leste	-	4	4	11	15

Centro	26	25	25	16	18
Triângulo	7	6	6	6	7
Oeste	12	12	11	12	12
Sul	19	19	20	21	18
Mata	17	17	18	18	17

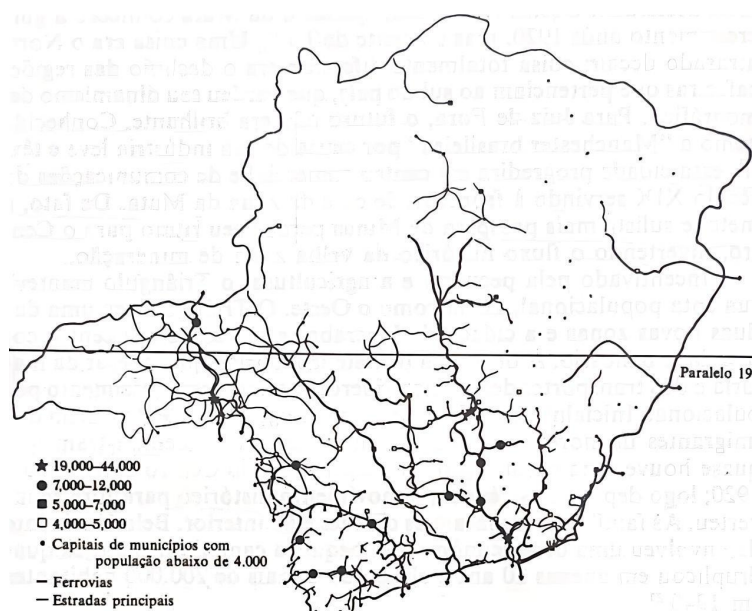
Fonte: Wirth, John. Op cit. p. 61

No entanto, de acordo com Wirth, a população rural era muito maior em Minas Gerais, ou seja, a urbanização não era tão efetiva e o número de cidades com população acima de 10.000 habitantes não era uma realidade muito abrangente. Cenário que, segundo ele, só veio a se transformar a partir de 1920

[...] deve-se ter em conta que os ambientes urbanos reais só eram encontrados nas poucas cidades com mais de 10.000 habitantes. Estas cidades verdadeiras progrediram rapidamente após 1920. Assim, entre os três censos de 1920, 1940 e 1950, o número de cidades maiores cresceu de 5 para 22 para 36; e elas atraíram 2% depois 8% e, finalmente 13% da população do estado. (Wirth, 1982, p. 63)

A fim de demonstrar essa diferença significativa entre o desenvolvimento das regiões norte e sul de Minas Gerais, Wirth utiliza a figura abaixo:

Figura 2 - Minas Gerais em 1920



Fonte: Yves Leloup, Les villes du Minas Gerais, 1970 apud Wirth, J. Op. cit. p. 62

A Figura acima nos dá uma representação de que o maior desenvolvimento de Minas Gerais estava abaixo do “Paralelo 19”, ou seja, mais ao sul. Pela figura vemos uma presença

considerável de ferrovias e estradas interligando as regiões ao sul, além da existência de cidades com um contingente populacional mais elevado, como Wirth afirma em seu trabalho.

Para entender ainda melhor o perfil de alguns municípios mineiros, o quadro abaixo nos fornece dados a respeito da renda de cada localidade entre 1889 e 1937.

Quadro 41 - Municípios classificadas por renda 1889-1937
(Em contos arredondados)³⁷

Municipalidade	Renda	Municipalidade	Renda
1889		1910	
Juiz de Fora (M)	88	Belo Horizonte (C)	945
Além Paraíba (M)	46	Juiz de Fora (M)	630
Ouro Preto (C)	38	Uberaba (T)	376
Leopoldina (M)	37	Barbacena (C)	212
São João del Rei (C)	29	Ponte Nova (M)	168
Mar de Espanha (M)	28	Carangola (M)	142
Uberaba (T)	20	Poços de Caldas (S)	128
Barbacena (C)	20	Além Paraíba (M)	128
Muriae (M)	20	Itajubá (S)	126
Diamantina (N)	17	São João del Rei (C)	120
Pomba (M)	15	Cataguases (M)	111
Ponte Nova (M)	14	Leopoldina (M)	107
1923		1937	
Belo Horizonte (C)	2,575	Belo Horizonte (C)	33,407
Juiz de Fora (M)	1,269	Juiz de Fora (M)	3,687
Uberaba (T)	660	Uberaba (T)	1,762
São João del Rei (C)	515	Uberlândia (T)	1,137
Barbacena (C)	507	Poços de Caldas (S)	1,097
Carangola (M)	496	Barbacena (C)	1,093
Poços de Caldas (S)	360	São João del Rei (C)	1,085
Ouro Fino (S)	342	Araguari (T)	835
Ponte Nova (M)	301	Pouso Alegre (S)	739
Manhuaçu (M)	300	Itajubá (S)	718
Ubá (M)	282	Caxambu (S)	707
Uberlândia (T)	281	Teófilo Otoni (E)	683

Fonte: Wirth, John. Op cit. p. 65.

O Quadro acima nos fornece algumas percepções: a) a renda em Minas Gerais cresceu de forma muito acentuada em algumas cidades, como por exemplo Belo Horizonte, no entanto o crescimento é notável em todos os municípios; b) à exceção de Diamantina, na região norte, e Teófilo Otoni, na região oeste, todos os demais municípios presentes pertencem ao sul geográfico do estado de Minas Gerais.

³⁷ As sete regiões que Wirth considera foram representadas pelas letras entre parênteses sendo: C: Centro; E: Leste; M: Zona da Mata; N: Norte; S: Sul; T: Triângulo; faltando apenas representantes da região Oeste.

Dessa forma, John D. Wirth desenvolveu reflexões muito relevantes no que diz respeito ao estado de Minas Gerais no contexto de 1889 a 1937, sendo uma delas o conceito de “mosaico mineiro” para entender a estrutura do estado, indicando sua frágil coesão regional, levando cada localidade a se desenvolver de forma independente e em tempos distintos o que levou à discrepância no desenvolvimento quando se observa as regiões ao norte em relação às regiões ao sul. Essa concepção é crucial para a nossa análise acerca da expansão das agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais pelo estado, pois as novas agências não foram fundadas de forma aleatória pelo território mineiro, mas seguiram um perfil que as percepções de Wirth nos ajudam a compreender.

3.1 - A expansão do Credireal e o perfil dos municípios

No capítulo anterior, indicamos que neste momento iríamos abordar o processo que, para nós, é interessante no que diz respeito ao funcionamento do Banco de Crédito Real de Minas Gerais: a sua expansão pelo território mineiro entre 1889 e 1930. Por meio dos Relatórios, é possível acompanhar esse processo de expansão e com o auxílio das fontes e bibliografias, como a apresentada no tópico anterior, é possível apontar alguns elementos relacionados a esse processo de expansão.

Por meio dos Relatórios Anuais de 1890 a 1931, verificamos o seguinte processo de crescimento territorial do Credireal.

Quadro 42 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930

MUNICÍPIO	ANO DE FUNDAÇÃO	OBSERVAÇÃO
Juiz de Fora	1889	-
Ouro Preto	1891	Agência fechada após Belo Horizonte se tornar a capital do estado.
Rio de Janeiro	1895	-
Belo Horizonte	1897	-
Cataguases	1898	-
Ouro Fino	1909	-
Lavras	1909	-
Uberaba	1909	-

Ponte Nova	1912	-
Uberlândia	1918	-
Além Paraíba	1919	Agência fechada em 1920 com as operações sendo transferidas para Cataguases.
São João del Rei	1920	
Viçosa	1922	-
Oliveira	1922	-
Muriaé	1923	-
Diamantina	1923	-
Muzambinho	1925	-
Rio Pomba	1925	-
São João Nepomuceno	1925	-
Conselheiro Lafaiete	1925	-
Manhumirim	1925	-
Barbacena	1926	-
Curvelo	1926	-
Araguari	1928	-
Itanhandu	1928	-
Araxá	1928	-
Carangola	1928	-

Fonte: Museu do Crédito Real de Minas Gerais. Relatórios Anuais de 1890 a 1931.

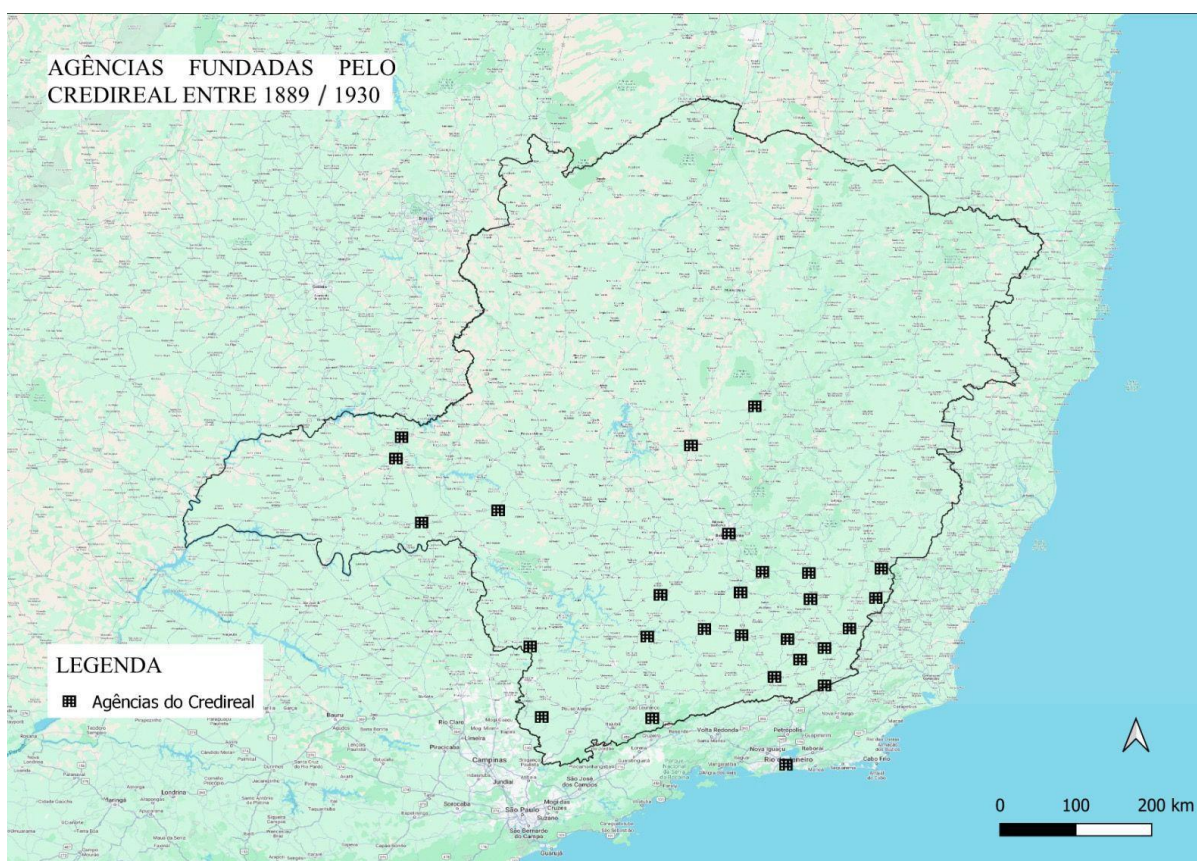
Observando os dados do Quadro 42, percebemos que a expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais se deu de forma considerável pelo território estadual. Sendo a única instituição bancária existente na região da Zona da Mata, vemos sua importância por meio desse processo de crescimento para além do aumento de seus recursos e receitas, como apontamos nos dados apresentados no capítulo anterior.

Dessa forma, é nítido o impacto e importância que a instituição desempenhou nesse recorte temporal que estabelecemos em nosso trabalho, de 1889 a 1930. Como já apontamos anteriormente, a proximidade entre o banco e o governo estadual foi fundamental para que a instituição pudesse expandir suas operações enquanto empresa, além da conduta da diretoria

que sempre esteve atenta aos eventos nacionais e internacionais, agindo com prudência nas operações, como Sá e Croce apontaram: o Credireal entendia que “Crédito é Confiança”.

A partir desses dados, é possível construir um panorama acerca desse processo expansionista da instituição, como veremos na Figura abaixo e a partir dela conseguiremos estabelecer alguns diálogos com as percepções de Wirth que abordamos no tópico anterior.

Figura 3 - Agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Por meio da Figura acima, conseguimos observar alguns elementos: a) grande parte das agências do Credireal se localizam ao sul do estado de Minas Gerais; b) a maior parte das agências está na Zona da Mata; c) as poucas agências (3) localizadas mais ao norte do estado, estão em: Araguari, Curvelo e Diamantina. Se dialogarmos com a Figura 2, perceberemos que esse processo de expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais seguia o entendimento de que o sul do estado se encontrava em maior desenvolvimento e o norte, não, como o historiador John Wirth apontou. Além disso, a instituição se aproveitou da presença de uma malha viária que foi se desenvolvendo por conta da economia cafeeira, por isso observa-se a presença massiva de agências nas regiões da Mata e Sul.

John D. Wirth aponta a existência de um mosaico no que diz respeito à dinâmica mineira, logo, poderia se pensar na possibilidade de um processo de unificação do estado por meio de algum mecanismo. Dessa forma, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais poderia ser um veículo deste processo unificador, visto que o estado de Minas Gerais se tornara o seu maior acionista antes de 1920. No entanto, por meio da Figura 3, podemos perceber que a instituição acabou por fortalecer as diferenças entre a região norte e sul de Minas Gerais, pois das 26 agências fundadas no estado entre 1889 e 1930, apenas 3 se localizam na região mais ao norte do “Paralelo 19” da Figura 2.

No entanto, essa “preferência” pelas cidades ao sul do estado de Minas Gerais não se restringe apenas ao Credireal. O Anuário de 1920, nos fornece dados acerca das instituições bancárias e casas financeiras. Por meio dessa documentação é possível observar algumas semelhanças entre alguns outros bancos que operavam no estado em 1920 para além do Credireal.

Quadro 43 - Relação das empresas bancárias e respectivas agências
em funcionamento no estado (Modificado)

DESIGNAÇÃO	SEDE	AGÊNCIAS	
		Nº	LOCALIDADES
Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte	17	Alfenas (S), Araguari (T), Barbacena (C), Carangola (M), Curvelo (N), Formiga (O), Guaxupé (S), Jacutinga (S), Juiz de Fora (M), Manhuaçu (M), Muriaé (M), Passos (S), Ponte Nova (M), Pouso Alegre (S), São Sebastião do Paraíso (S), Ubá (M) e Varginha (S).
Banco do Brasil	Rio de Janeiro	6	Belo Horizonte (C), Carangola (M), Juiz de Fora (M), Três Corações (S), Uberaba (T) e Varginha (S).
Banco Pelotense	Pelotas (RS)	4	Belo Horizonte (C), Juiz de Fora (M), Rio Branco (M) e Rio Novo (M).
Banco de Guaxupé	Guaxupé	-	Guaxupé (S)
Banco Comercial de Alfenas	Alfenas	-	Alfenas (S)
Banco de Monte Santo	Monte Santo	-	Monte Santo (S)
Banco de Paraguaçu	Paraguaçu	-	Paraguaçu (S)

Banco Santaritense	Santa Rita do Paraíso	1	Pouso Alegre (S)
Casa bancária Cia. Dias Cardoso	Juiz de Fora	-	Juiz de Fora (M)
Casa bancária Campos Lima e Cia.	Guaranésia	-	Guaranésia (S)
Casa bancária Silva Castro & Cia.	Oliveira	-	Oliveira (C)
Casa bancária Cia. Industrial Sul Mineira	Itajubá	2	Paraisópolis (S) e Vila Braz (S)
Casa bancária Felix Fonseca & Cia.	Carangola	-	Carangola (M)
Casa bancária Alves, Pereira & Cia.	Guaranésia	-	Guaranésia (S)
Casa bancária Eduardo Porto & Cia.	Rio de Janeiro	2	Ubá (M) e Viçosa (C)
Casa bancária Ribeiro Junqueira, Irmão & Botelho	Leopoldina	1	Além Paraíba (M)
Casa bancária Lima, Bernardes, Forli & Cia.	Monte Santo	-	Monte Santo (S)
Casa bancária Custodio de Almeida Magalhães & Cia.	São João del Rei	-	São João del Rei (C)
Casa bancária Origenes Tormia & Cia	Sacramento	-	Sacramento (T)
Casa bancária Moreira Salles & Cia.	Poços de Caldas	-	Poços de Caldas (S)

Fonte: Anuário Estatístico, Ano 1 - 1921, Volume III (Situação Econômica) p. 832

O Quadro acima nos fornece dados acerca de 20 instituições financeiras, quando juntamos os bancos e as casas bancárias. Estas 20 instituições se fizeram presentes em 41 localidades, sendo 40 cidades e uma vila. Dentre essas cidades, apenas Curvelo pertence ao norte do estado. Sendo assim, as instituições financeiras atuantes em Minas Gerais, tanto as fundadas no próprio estado, quanto às de outros estados, como o Banco Pelotense, por exemplo, acabavam por reforçar essa diferença entre as duas porções do estado.

Como dissemos anteriormente, a expansão das instituições financeiras poderia proporcionar uma maior integração entre as regiões mineiras e promover o desenvolvimento de regiões fora dessa dinâmica de Centro, Mata, Sul e Triângulo. No entanto, pelos dados que analisamos, o processo de expansão não teve como objetivo essa integração e acabou por manter as diferenças econômicas entre o Norte e o Sul de Minas Gerais. Dessa forma, a ausência de instituições financeiras, tanto do setor privado, quanto as ligadas ao estado de Minas Gerais, nos indica que, de fato, não houve um projeto ou interesse massivo por parte dos governantes e elite estadual em desenvolver o estado por completo.

Para além dessas razões territoriais, os municípios contemplados com a presença de agências do Credireal possuíam outras características em comum. Ou seja, além de estarem de forma massiva ao sul do estado de Minas Gerais, essas cidades possuíam outras características similares. Por meio do Questionário dos Municípios de Minas Gerais de 1913, em que se buscou informações acerca da atividade agrícola desses municípios, alguns dados podem ser inseridos nessa análise a fim de entendermos melhor o perfil dessas cidades em que o Credireal se fez presente. O Quadro abaixo nos informa como era a situação financeira dos agricultores dos municípios que já possuíam agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais ou que teriam após 1913, que é o período do censo em questão.

Quadro 44 - Condições econômicas dos agricultores nos municípios mineiros selecionados (1913)

MUNICÍPIO	C. ECONÔMICAS	OBSERVAÇÃO
Juiz de Fora	Boas	Já possuía agência
Cataguases	Regulares	Já possuía agência
Carangola	Regulares	Ainda não possuía agência
Além Paraíba	Regulares	Ainda não possuía agência
Ponte Nova	Boas	Já possuía agência
Belo Horizonte	Boas	Já possuía agência
Barbacena	Regulares	Ainda não possuía agência
São João Nepomuceno	Boas	Ainda não possuía agência
Muzambinho	Boas	Ainda não possuía agência
Ouro Fino	Boas	Já possuía agência
Lavras	Regulares	Já possuía agência
Viçosa	Boas	Ainda não possuía agência
Uberlândia	Boas	Ainda não possuía agência
Uberaba	Prósperas	Ainda não possuía agência
Muriae	Regulares	Ainda não possuía agência
Diamantina	Precárias	Ainda não possuía agência
São João del Rei	Boas	Ainda não possuía agência
Oliveira	Boas	Ainda não possuía agência

Rio Pomba	Prósperas	Ainda não possuía agência
Conselheiro Lafaiete	Boas	Ainda não possuía agência
Curvelo	Boas	Ainda não possuía agência
Araguari	Boas	Ainda não possuía agência
Araxá	Boas	Ainda não possuía agência
Ouro Preto	Precárias	Possuiu agência
Manhumirim	Não consta	Ainda não possuía agência
Itanhandu	Não consta	Ainda não possuía agência

Fonte: Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios no Estado de Minas Gerais. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913

O Quadro acima nos indica as condições financeiras dos agricultores nos municípios que já eram ligados ao Credireal por meio de agências e daqueles que ainda não possuíam agências. Mesmo que a maioria ainda não tivesse estabelecido relações com o Credireal por meio da presença efetiva do banco na cidade, os dados se mostram importantes, pois nos dão um panorama acerca da renda dos municípios - mesmo que sem as informações quantitativas sobre esse aspecto.

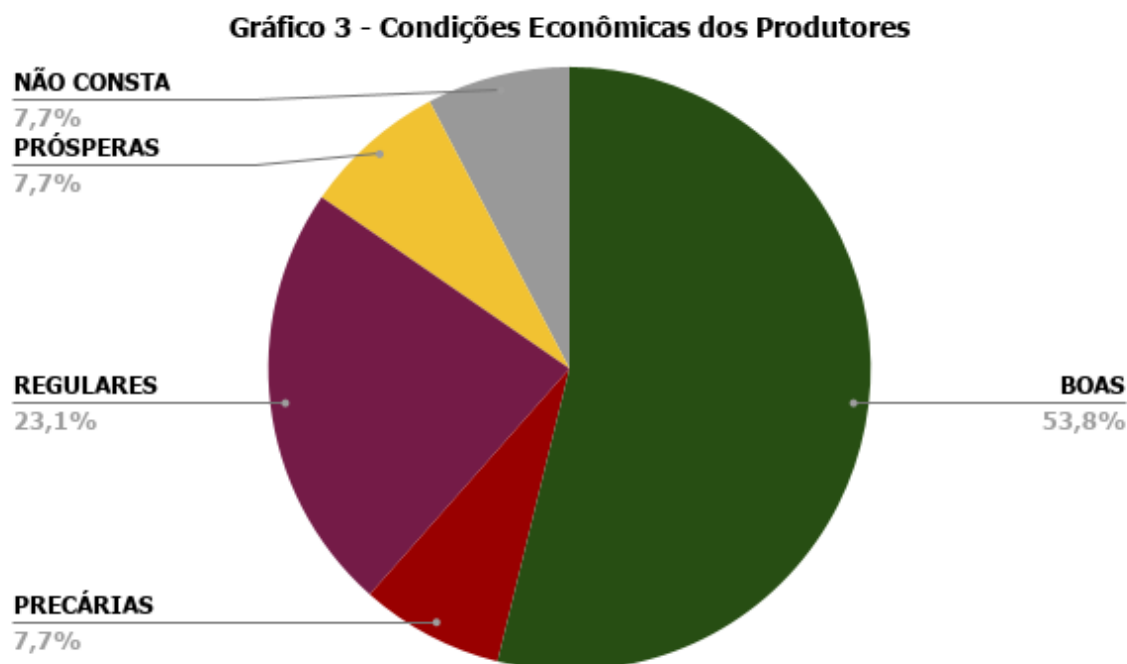
Os municípios listados acima se encontravam em condições financeiras estáveis, sendo apenas dois em más condições: Ouro Preto (que em 1913 já não contava mais com a presença do Credireal, pois com a transferência da capital do estado para Belo Horizonte, a agência se transferiu juntamente) e Diamantina. Dessa forma, é possível compreender que além dos municípios estarem mais ao sul do estado, essas localidades possuíam condições financeiras favoráveis ao desenvolvimento da instituição. O Gráfico 3 nos mostra que a maior parte dos produtores se encontravam em uma situação econômica favorável.

Se somarmos os produtores que se encontravam em uma situação econômica “boa” com os que apresentavam condições “prósperas”, chegamos a 61,5% e com os “regulares” 84,6% . Sendo assim, é possível inferir que o Banco não expandiria os seus negócios até as localidades em que não existisse um cenário favorável ou onde não encontrasse clientes em potencial. Além disso, havia uma relação entre as condições favoráveis e o tipo de produto cultivado pelo município, como poderemos ver à frente.

A economia cafeeira, mesmo em 1913 - quando já se presenciava um momento de instabilidade econômica e onde os impactos do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão ainda estavam sendo vistos - ainda representava um setor de grande importância para a

economia mineira, logo, as regiões produtoras ainda vivenciavam um bom momento no que diz respeito às finanças e ao comércio em geral.

Gráfico 3 - Condições Econômicas dos Produtores



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No Quadro 44, temos dois municípios que no Questionário dos Municípios apresentam queixas acerca do crédito agrícola: Barbacena e Rio Pomba. Os agricultores e criadores ao serem questionados sobre quais eram os maiores problemas na localidade, apontaram os seguintes aspectos: “A maior queixa - Os agricultores queixam-se da falta de repressão aos vadios e da *dificuldade de crédito*. Os criadores das moléstias nos animais.” (Brasil, p. 34). Já os agricultores e criadores de Rio Pomba se queixam “[...] dos fretes altos, da tributação elevada dos generos de exportação, da *falta de um estabelecimento de credito agricola* e dos prejuizos causados pelas saúvas; os criadores não se queixam, salvo de um ou outro roubo de animais. (Brasil, p. 175).

Essas informações são interessantes porque estes municípios ainda não contavam com estabelecimentos de crédito, no entanto, era evidente que a demanda por crédito agrícola era uma realidade em Minas Gerais e que acabava ficando restrito apenas aos municípios mais próximos ao Credireal.

Visto que a necessidade de crédito agrícola era presente nos municípios mineiros, o Quadro abaixo nos fornece dados relativos à produção de cada localidade, quais eram os

principais produtos de cada cidade e por meio desses dados podemos ter, também, uma maior compreensão acerca da expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Quadro 45 - Principais produtos cultivados pelos municípios
(municípios selecionados)

MUNICÍPIOS	PRODUTOS
Juiz de Fora	Café
Cataguases	Café
Carangola	Café
Ponte Nova	Café
Belo Horizonte	Batata
Barbacena	Cereais
São João Nepomuceno	Café
Muzambinho	Café
Ouro Fino	Café
Lavras	Café e outros
Viçosa	Café
Uberlândia	Arroz e cana de açúcar
Uberaba	Milho e outros
Muriaé	Café
Diamantina	Cana de açúcar e outros
São João del Rei	Milho
Oliveira	Café e outros
Rio Pomba	Café e outros
Além Paraíba	Café e outros
Conselheiro Lafaiete	Milho e outros
Curvelo	Cereais e outros
Araguari	Arroz
Araxá	Milho e outros
Ouro Preto	Milho e outros
Itanhandu	Não consta
Manhumirim	Não consta

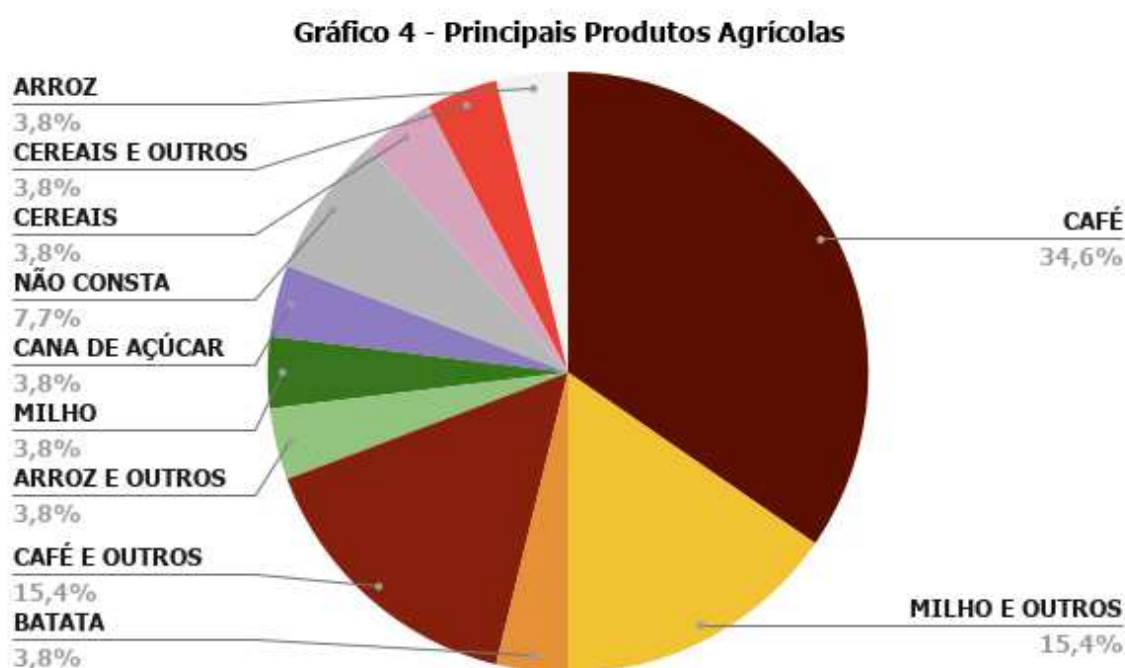
Fonte: Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios no Estado de Minas Gerais. BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913

O Quadro acima nos mostra a presença massiva de café como sendo o principal produto cultivado pelos municípios que eram e que seriam alvo da expansão do Credireal. Logo, a instituição estava fortemente ligada à economia cafeeira e ao setor agrícola, como era um de seus objetivos quando foi fundada ainda em 1889. Dessa forma, a presença de municípios cuja principal atividade agrícola estivesse ligada ao café despontaram no que diz respeito às agências do Credireal. Além disso, era uma instituição fundada na Mata, portanto, o número de localidades presentes na região seriam maiores entre todas.

O Gráfico abaixo nos mostra a porcentagem do cultivo do café em detrimento dos outros produtos. Como dissemos anteriormente, existe uma relação entre a produção de café e

as condições econômicas favoráveis, mesmo em 1913. Se somarmos as porcentagens dos municípios que produziam apenas café com os municípios que cultivavam café e outros produtos, temos exatamente 50%, ou seja, metade das agências fundadas pelo Credireal entre 1889 e 1930 estavam em localidades ligadas à cafeicultura. Logo, percebemos que a instituição desempenhou um papel central no que diz respeito à concessão de crédito agrícola. Além disso, podemos observar como o estado de Minas Gerais se propôs a incentivar a cafeicultura visto que se tornou o maior acionista do Credireal antes dos anos de 1920.

Gráfico 4 - Principais produtos cultivados pelos municípios



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É interessante observar que, mesmo com a presença acentuada da cafeicultura, o estado de Minas Gerais ainda assim possuía uma diversidade agrícola, muito em decorrência da própria necessidade do mercado consumidor interno.

Nesse sentido, as importações dos principais gêneros alimentícios foram quase inexistentes. O historiador John D. Wirth³⁸ nos traz algumas percepções muito interessantes

³⁸ As análises de John D. Wirth são datadas e outros trabalhos proporcionaram uma nova perspectiva acerca das temáticas que envolvem a economia mineira. Ao longo de seu trabalho, ele é incisivo no que diz respeito à estagnação e certo declínio da economia mineira quando se compara com a paulista. No entanto, nos trabalhos de Anderson Pires, que utilizamos ao longo de todo esse trabalho, pudemos perceber que essa perspectiva não se sustenta efetivamente quando percebemos as diferenças entre as condições em cada estado, além das possibilidades concedidas a cada localidade por parte dos governos. Nesse sentido, Anderson Pires demonstrou que na Mata mineira existiu um sistema financeiro robusto que propiciou o desenvolvimento local, sem que dependesse de forma tão exacerbada dos grandes centros - Rio de Janeiro e São Paulo - que são afirmações

acerca dessa produção interna

Desperdiçada, atrasada e predatória: esses adjetivos aparecem com frequência na literatura referente à agricultura mineira. Por outro lado, os fazendeiros mineiros que vivem nas fronteiras de São Paulo e Paraná eram famosos pelo trabalho árduo e a capacidade de abrir novas estâncias e fazendas. Ainda se questiona se o setor agrícola teve um desempenho tão ruim quanto alguns observadores pensaram. Os produtos básicos - feijão, arroz e milho - eram plantados em toda a parte. Salvo o breve período do “boom” do café e a década de 1890, o estado era auto-suficiente em alimentação; apenas na década de 1930, as autoridades estaduais começaram a negar que Minas estivesse importando feijão. (Wirth, 1982, p. 45-46)

Sendo assim, o estado de Minas Gerais não se resumia apenas ao café, pois existiam outras necessidades e pelas especificidades do cultivo de café, outras regiões não possuíam as características necessárias para que o grão se desenvolvesse de forma satisfatória. Dessa forma, a produção de outros gêneros alimentícios como milho, arroz, cereais e batata também compunham esse setor agrícola mineiro. É interessante observar a presença de cana de açúcar entre as produções mineiras pois, mesmo que a economia do açúcar não fosse mais o grande foco e que o café tivesse passado à posição de protagonismo, o produto continuava presente na agricultura.

A fim de observarmos a relação entre as condições econômicas e o cultivo do café, trataremos um apanhado desses dados.

Quadro 46 - Relação entre as condições econômicas e o cultivo de café nos municípios

MUNICÍPIOS	C. ECONÔMICAS	PRODUÇÃO
Juiz de Fora	Boas	Café
Cataguases	Regulares	Café
Carangola	Regulares	Café
Ponte Nova	Boas	Café
São João Nepomuceno	Boas	Café
Muzambinho	Boas	Café
Ouro Fino	Boas	Café
Viçosa	Boas	Café
Muriaé	Regulares	Café
Lavras	Regulares	Café e outros
Oliveira	Boas	Café e outros
Além Paraíba	Regulares	Café e outros
Rio Pomba	Prósperas	Café e outros

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913.

presentes no trabalho de Wirth. Para além disso, o trabalho de Saes e Castilho, que também já apresentamos ainda no primeiro capítulo, apontam para essa diversidade agrícola tomando como exemplo a região Sul de Minas Gerais em que existia a produção de café, mas que também havia uma preocupação com a produção de outros gêneros a fim de atender o mercado interno. Dessa forma, esses novos trabalhos proporcionaram uma nova perspectiva acerca do estado de Minas Gerais que anteriormente acabou sendo visto como um estado “atrasado” quando se comparava com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Os dados acima indicam que dos 9 municípios em que o café era a principal produção agrícola, em apenas 3, os produtores apresentavam condições econômicas regulares e nos demais boas ou prósperas. Nenhum município apresenta condições precárias. Dessa forma, é possível observar que o café ainda proporcionava condições satisfatórias aos produtores mineiros.

Ao longo deste tópico, apresentamos alguns elementos que caracterizam os municípios em que houve a fundação de agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Apontamos características geográficas, ou seja, em qual parte do estado eles se localizavam, principalmente. Em seguida, indicamos as condições econômicas e as principais produções agrícolas de cada localidade. Neste momento, faremos um levantamento acerca do contingente populacional nesses municípios nos anos de 1900, 1920 e 1940 a fim de entendermos o crescimento desses municípios e o quantitativo populacional de cada um deles com o objetivo de buscarmos características em comum.

Quadro 47 - População dos municípios entre 1900 e 1940

MUNIC.	POP. TOTAL	ANO	MUNIC.	POP. TOTAL	ANO	MUNIC.	POP. TOTAL	ANO
Além Paraíba	34.724	1900	Além Paraíba	39.826	1920	Além Paraíba	24.619	1940
Araguari	10.633	1900	Araguari	27.720	1920	Araguari	35.218	1940
Araxá	34.017	1900	Araxá	46.866	1920	Araxá	14.679	1940
Barbacena	74.895	1900	Barbacena	89.717	1920	Barbacena	72.585	1940
B. Horizonte	13.472	1900	B. Horizonte	55.563	1920	B. Horizonte	211.327	1940
Carangola	32.290	1900	Carangola	86.675	1920	Carangola	46.166	1940
Cataguases	34.890	1900	Cataguases	62.206	1920	Cataguases	29.134	1940
C. Lafaiete	60.605	1900	C. Lafaiete	54.868	1920	C. Lafaiete	29.134	1940
Curvelo	49.148	1900	Curvelo	75.720	1920	Curvelo	44.855	1940
Diamantina	46.572	1900	Diamantina	69.445	1920	Diamantina	49.540	1940
Itanhandu	-	1900	Itanhandu	-	1920	Itanhandu	6.280	1940
Juiz de Fora	91.119	1900	Juiz de Fora	118.166	1920	Juiz de Fora	104.172	1940
Lavras	38.685	1900	Lavras	42.869	1920	Lavras	42.187	1940
Manhumirim	-	1900	Manhumirim	-	1920	Manhumirim	27.501	1940
Muriaé	41.347	1900	Muriaé	69.913	1920	Muriaé	48.547	1940
Muzambinho	18.369	1900	Muzambinho	34.985	1920	Muzambinho	24.862	1940
Oliveira	34.163	1900	Oliveira	34.791	1920	Oliveira	29.688	1940
Ouro Fino	30.151	1900	Ouro Fino	48.467	1920	Ouro Fino	30.478	1940
Ouro Preto	65.383	1900	Ouro Preto	51.136	1920	Ouro Preto	27.890	1940
Ponte Nova	45.716	1900	Ponte Nova	62.666	1920	Ponte Nova	63.471	1940
Rio Pomba	38.598	1900	Rio Pomba	43.717	1920	Rio Pomba	24.528	1940
S. J. del Rei	54.132	1900	S. J. del Rei	42.350	1920	S. J. del Rei	45.335	1940
S. J. Nepom.	22.523	1900	S. J. Nepom.	33.531	1920	S. J. Nepom.	22.685	1940
Uberaba	20.818	1900	Uberaba	59.807	1920	Uberaba	58.984	1940
Uberlândia	11.856	1900	Uberlândia	22.956	1920	Uberlândia	42.179	1940
Viçosa	46.737	1900	Viçosa	55.513	1920	Viçosa	39.031	1940

Fonte: ESTADO DE MINAS GERAIS, República dos Estados Unidos do Brasil. Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatístico. Anno I, 1921. Volume II, Situação Demographica. Bello Horizonte, Imprensa Oficial, 1926.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Regional, Parte XIII - Minas Gerais, Tomo 2. Censo Demográfico, População. Quadros sinóticos por município. Quadro de Distribuição segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro, 1950.

Sobre a população em Minas Gerais, John D. Wirth aponta que a maior parte dos mineiros viviam em zona rural e que os ambientes urbanos poderiam ser vistos apenas nas cidades com mais de 10.000 habitantes e que, no entanto, municípios com população acima de 10.000 habitantes não eram tão recorrentes no estado

Vale a pena então repetir que a maior parte dos mineiros vivia isoladamente, no campo. [...] Em 1940, 25% da população viviam em cidades, mas 13% em centros urbanos com menos de 5.000 cidadãos [...] deve se ter em conta que os ambientes urbanos reais só eram encontrados nas poucas cidades com mais de 10.000 habitantes. Estas *cidades verdadeiras* progrediram rapidamente após 1920. Assim, entre os censos de 1920, 1940 e 1950, o número de cidades maiores cresceu de 5 para 22 para 36; e elas atraíram 2%, depois 8% e, finalmente 13% da população do estado. (Wirth, 1982, p. 63. Grifo nosso)

Levando em consideração a análise de Wirth e os dados apresentados no Quadro 47, é perceptível que quase a totalidade³⁹ das cidades em que o Credireal esteve presente entre 1889 e 1930, podem ser consideradas “*cidades verdadeiras*”, nas palavras de Wirth, pois possuíam mais de 10.000 habitantes desde o censo de 1900. Ademais, o Quadro indica que o crescimento entre 1900 e 1920 ocorreu em todos os municípios da amostra.

No entanto, quando observamos os dados de 1940 vemos o caminho oposto - exceto em Araguari, Ponte Nova, São João del Rei e Uberlândia que tiveram crescimento; no caso de Ponte Nova e São João del Rei, um pequeno crescimento e crescimentos acentuados em Araguari e Uberlândia - em que todos os municípios entram num processo de declínio populacional, enquanto que a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, apresenta números muito maiores do que os anteriores, demonstrando que o declínio efetivo da economia cafeeira após os anos de 1930 que levou a um êxodo de pessoas do interior para a capital.

Percebemos ainda um franco declínio populacional na Mata por conta dessa transformação econômica. O centro do estado passava a pulsar a grande industrialização, com as empresas manufatureiras, ainda que a maior parte das indústrias estivessem na Zona da Mata, visto que o capital agrícola tornou a economia regional, principalmente em Juiz de Fora, bem diversa. No entanto, o capital industrial estava presente na região central.

Quadro 48 - Indústrias em Minas (1937)

REGIÃO	CAPITAL (880, 268 contos)	MÃO DE OBRA (77,821 - %)	ESTABELECIMENTOS (9,237 - %)
--------	------------------------------	-----------------------------	---------------------------------

³⁹ Nos censos de 1900 e 1920 não encontramos dados referentes aos municípios de Itanhandu e Manhumirim.

Centro	6	43	19
Mata	16	26	28
Sul	9	17	31
TOTAL	93	86	78

Fonte: Wirth, John. O Fiel da Balança... p. 93

Em suma, a partir do cruzamento de todos esses dados, torna-se possível a delimitação de um perfil ou de perfis de municípios escolhidos pelo Banco de Crédito Real de Minas Gerais para fundar novas agências. Vimos que: a) a maior parte destes municípios se localizava ao sul geográfico do estado de Minas Gerais; b) eram localidades com atividades agrícolas; c) 50% desses municípios eram ligados à cafeicultura e, por fim, d) estas localidades apresentavam um contingente populacional significativo, acima de 10.000 habitantes indicando que a instituição fundava novas agências em locais em que a dinâmica econômica era mais expressiva e complexa, não sendo uma expansão realizada sem critérios ou direcionamentos.

3.2 - Cobertura Creditícia

Nos dois tópicos anteriores, buscamos destrinchar alguns aspectos referentes à disposição geográfica de Minas Gerais e a partir disso entender o perfil dos municípios em que o Credireal fundou agências no período entre 1889 e 1930. Contudo, as relações entre o banco e as localidades não se restringiram apenas à essa expansão efetiva de agências. A instituição atuou de forma relevante na concessão de crédito por meio de empréstimos hipotecários e urbanos e uma pequena amostra destes empréstimos foi apresentada no Quadro 27⁴⁰.

Neste momento, consideramos interessante apresentar o quantitativo destes empréstimos⁴¹ ao longo da temporalidade por nós estudada neste trabalho que é de 1889 a 1930. Por meio deste rastreamento, podemos compreender um pouco melhor a área de

⁴⁰ Ver página 83.

⁴¹ O historiador Renato Leite Marcondes (2000), produziu um trabalho muito interessante no que diz respeito aos empréstimos hipotecários, tendo como recorte espacial o estado de São Paulo, mais especificamente os municípios de Guaratinguetá e Lorena no século XIX (1865/87). Marcondes analisa a carência de crédito que essa região possuía nesse contexto, visto que não havia o desenvolvimento de um sistema bancário efetivo e robusto que possibilitasse um acesso facilitado ao crédito. Sendo assim, os principais responsáveis pela concessão de crédito eram os capitalistas e os comissários. No entanto, mesmo após o desenvolvimento de instituições bancárias, o crédito continuava a ficar nas mãos apenas dos agricultores mais afortunados. Além disso, as condições fixadas à concessão de crédito não eram favoráveis à maior parte dos agricultores, pois os juros e demais elementos não contribuíam de forma satisfatória. Entretanto, Marcondes aponta que mesmo após a crise instaurada na região após 1870, o número de empréstimos hipotecários não sofreu baixa, pois, mesmo endividados, os agricultores quiseram aproveitar ao máximo a capacidade de produção do período. Dessa forma, por meio das fontes analisadas (três livros de hipoteca), Marcondes conseguiu analisar a dinâmica econômica do crédito na região em que as duas cidades se localizam.

atuação efetiva do Credireal, para além de suas agências, como dissemos anteriormente. Para isso, dividiremos os dados em quadros com dados decenais para facilitar a visualização e compreensão dessas informações, visto que elas compõem um volume significativo.

Quadro 49 - Total de empréstimos hipotecários e rurais concedidos pelo Credireal entre 1889 e 1930

MUNICÍPIO	ANO				TOTAL
	1889-1890/ 1900	1901/1910	1911/1920	1921/1930	
Juiz de Fora*	259	38	176	230	703
Belo Horizonte*	-	1	49	114	164
Sete Lagoas	-	-	3	1	4
Conselheiro Lafaiete*	-	-	-	-	-
Ouro Preto*	-	-	-	-	-
Viçosa*	-	-	8	20	28
São Geraldo	-	-	-	1	1
Muriaé*	18	-	-	5	23
Cataguases*	26	2	20	11	59
Visconde do Rio Branco	-	-	-	3	3
Leopoldina	37	-	5	3	45
Rio Novo	16	-	7	2	25
Rio Preto	-	-	-	2	2
Mar de Espanha	7	6	15	2	30
Barbacena*	4	-	12	19	35
Carandaí	-	-	-	4	4
São João del Rei*	-	-	-	-	-
Oliveira*	-	2	2	-	4
Palma	36	6	12	9	63
Além Paraíba*	12	10	10	4	36
São João Nepomuceno*	6	11	18	12	47
Carangola*	13	12	18	19	62
Ponte Nova*	-	-	7	5	12
Manhumirim*	-	-	-	3	3
Faria Lemos	-	-	1	-	1
Rio Pomba*	9	-	-	-	9
Ubá	-	4	-	5	9
Ouro Fino*	-	-	71	47	118
Poços de Caldas	-	-	4	4	8
Muzambinho*	-	-	2	-	2
Machado	-	-	6	-	6
Pouso Alegre	-	-	5	11	16
São Gonçalo do Sapucaí	-	17	1	-	18
Jacutinga	-	-	-	6	6
Araxá*	-	-	-	-	-
Uberlândia*	-	-	-	9	9
Uberaba*	-	-	-	10	10
Curvelo*	-	-	-	-	-
Diamantina*	-	-	-	1	1
Pirapora	-	-	-	3	3
São Gotardo	-	-	-	3	3
Caeté	-	4	-	-	4
Rio de Janeiro*	-	-	-	4	4
Valença	6	-	6	6	18

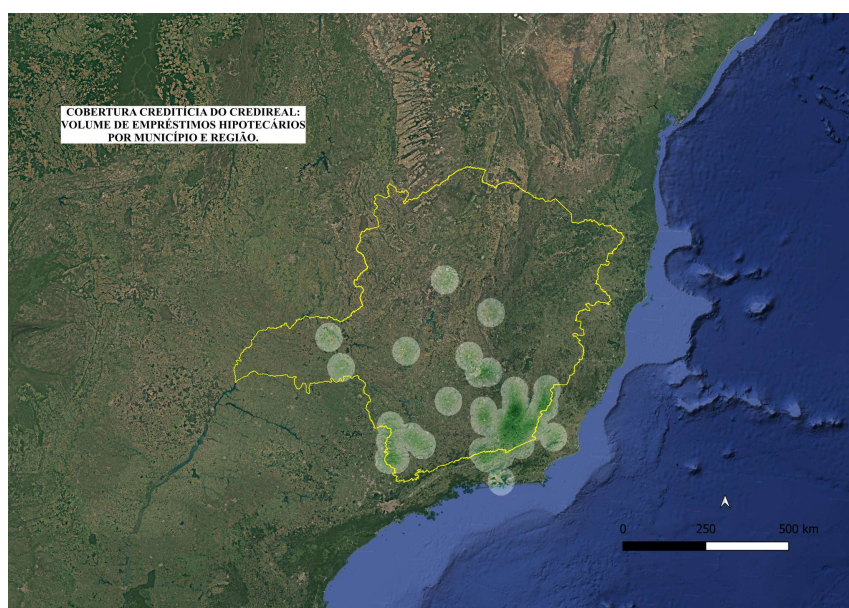
Paraíba do Sul	6	-	-	-	6
São Fidélis	4	-	-	-	4

Fonte: Relatórios Banco de Crédito Real de Minas Gerais, vários anos. * municípios com agências do Banco.

O Quadro acima nos fornece uma perspectiva muito interessante no que diz respeito aos municípios que mais buscavam crédito por meio dos empréstimos hipotecários no Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Os cinco maiores municípios no quantitativo de empréstimos na temporalidade delimitada pelo quadro, são: Juiz de Fora (703), Belo Horizonte (164), Ouro Fino (118), Palma (63) e Carangola (62). Os dados demonstram o surgimento de Belo Horizonte entre os municípios, de forma relevante, a partir de 1911 que é quando a cidade começa a florescer efetivamente, após a designação como nova capital do estado. Os municípios de Juiz de Fora, Ouro Fino e Carangola e Palma estavam vinculados diretamente à economia cafeeira, logo, a demanda por crédito se tornava acentuada⁴².

A partir do quadro acima, temos um panorama acerca da cobertura creditícia do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. É visível a presença em maior número de municípios localizados na região da Mata, seguido pelos municípios ao Sul e outros na região Central, Triângulo e mais ao Norte, como o mapa abaixo nos mostra

Figura 4 - Cobertura Creditícia do Credireal: volume dos municípios, por região, que realizavam empréstimos hipotecários entre 1889 e 1930



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

⁴² Pelos relatórios do Banco do Crédito Real de Minas Gerais, o número de hipotecas rurais era muito superior ao de hipotecas urbanas, sendo Juiz de Fora o único município a constar entre o quantitativo de hipotecas urbanas. Logo, é evidenciado que o crédito, de fato, era destinado, em sua maior parte, aos produtores rurais.

A Figura acima evidencia algo no que diz respeito à principal região em que o Credireal atuava: a Zona da Mata Mineira, sendo a única região em que as cores adotam uma coloração mais escurecida, demonstrando as ações frequentes dos municípios em busca de crédito por meio dos empréstimos hipotecários. Logo em seguida vemos a região Sul e as demais regiões de forma mais distantes e menos frequentes⁴³.

Ademais, a Figura 4 estabelece uma relação direta com a Figura 2 em que o historiador John D. Wirth apontou qual era o cenário de desenvolvimento mineiro no contexto em questão. Dessa forma, fica evidente que o incentivo ao desenvolvimento mineiro se concentrava em sua maior parte na região ao sul do estado. A região Norte de Minas Gerais sendo considerada “sertão” e uma extensão da região Nordeste do Brasil, que já carregava um estigma de subdesenvolvimento e que teve como marca a negligência governamental, mas que resistiu e se desenvolveu. Logo, por se tratar de uma região distante dos principais centros urbanos mineiros, não era considerada relevante para os empreendimentos financeiros, além de sofrer com um sistema viário incipiente, sendo este aspecto uma marca de Minas Gerais no século XX.

⁴³ Neste mapa, não levamos em consideração o quantitativo de empréstimos, pois Juiz de Fora receberia uma atenção muito maior em relação aos demais municípios, por isso consideramos mais proveitoso destacar apenas a presença do município na Quadro 49, mesmo que fosse com apenas um empréstimo ao longo de todo o recorte temporal, pois consideramos que essa análise poderia nos fornecer uma melhor visualização acerca desse mecanismo de empréstimo que foi tão crucial para o desenvolvimento do Banco e das municipalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo deste trabalho a trajetória do Banco de Crédito Real de Minas Gerais desde a sua fundação em 1889 até o ano de 1930. Por meio desta análise, fomos percebendo o seu crescimento e as principais ações que foram desenvolvidas pela instituição. Entendemos a importância de sua diretoria, a relação próxima que seus fundadores possuíam com figuras políticas importantes e como isso foi fundamental para sua fundação e sucesso.

O cenário bancário no Brasil surgiu de forma lenta e localizada, não sendo amplamente difundido, levando diversas regiões à escassez de crédito e recursos. Sendo assim, a Zona da Mata mineira que passava a obter relevância no que diz respeito à economia cafeeira, que neste momento era a principal atividade econômica brasileira (agroexportadora), se via numa situação em que o crédito se tornara fundamental para sua expansão comercial e desenvolvimento num aspecto geral.

Dessa forma, a elite local se mobiliza em prol da ascensão de um sistema financeiro que pudesse dar sustentação ao progresso e desenvolvimento que eles buscavam, além disso, essa relevância se tornava interessante no que diz respeito às atenções voltadas à própria região, a fim de demonstrar a robustez e imponência da própria elite local frente às elites de outras regiões.

Sendo assim, há o surgimento do Banco Territorial e Mercantil de Minas que após escândalos e má conduta, acabou indo à falência e fechamento no contexto do Encilhamento. E em 1889, surge o Banco de Crédito Real de Minas Gerais se assemelhando ao seu congêneres em São Paulo, baseando-se no *crédit foncieré*. Fomos acompanhando o seu crescimento robusto e significativo ao longo dos anos por meio de seus relatórios e vimos que o montante de recursos e tipos de ações foram crescendo ao longo desses anos, mesmo com as crises de superprodução e nos preços do café que foram presentes de forma frequente na temporalidade aqui estudada.

Para além de seu crescimento no que se refere aos números e recursos, o Banco empreendeu um processo de expansão notório e constante, que chamou a atenção neste trabalho. As razões para a expansão e a escolha por determinados municípios geraram esta pesquisa e por meio da documentação, conseguimos entender um pouco mais acerca dessa expansão.

No último capítulo, abordamos essa expansão e pudemos perceber que não se tratou de um movimento arbitrário ou aleatório, mas que seguiu alguns critérios e modelos vigentes naquele contexto. Por meio das pesquisas do historiador John D. Wirth, chegamos às noções

de mosaico mineiro e de desenvolvimento mineiro. Notamos que havia um abismo entre o desenvolvimento ao sul e o desenvolvimento ao norte. E, a partir disso, traçamos a expansão do Credireal e observamos que os municípios escolhidos estavam, em maioria, ao sul do estado, fortalecendo esse estigma de desenvolvimento, deixando a região norte de lado e focando apenas nas regiões que já estavam em pleno desenvolvimento e naquelas que apresentavam um crescimento recente, como o Triângulo.

Esse aspecto chama muito a atenção porque o estado de Minas Gerais havia se tornado o maior acionista da instituição antes mesmo de 1920, ou seja, os interesses do estado eram relevantes no que tange às ações do Banco. Logo, a fundação de novas agências passava pela aprovação ou não do governo. Nesse sentido, fica evidenciado que o governo não possuía um plano efetivo para fortalecer o desenvolvimento do norte do estado, deixando a região distante do “progresso”.

Para além desses aspectos, vimos que a maior parte dos municípios estavam vinculados à agricultura e principalmente ao café. Dessa forma, o Banco funcionava em prol, principalmente, da economia cafeeira que, como dissemos anteriormente, era o foco econômico principal não apenas do estado, mas do Brasil. Além disso, percebemos que os municípios contavam com um contingente populacional significativo, acima de 10.000 habitantes, que não era algo tão frequente no estado que, apesar de possuir muitos municípios, a maior parte estava abaixo desse número de habitantes, além de estarem em zonas rurais.

Portanto, ficam evidenciados o crescimento constante da instituição e sua proximidade com o governo estadual, sendo muito atuante no que se refere à concessão de crédito no estado de Minas Gerais, fortalecendo a economia cafeeira e os agricultores mineiros, tornando a Zona da Mata mineira, principalmente, uma região desenvolvida e com uma economia diversificada, sendo um centro comercial muito importante nesse contexto.

Por fim, como dissemos anteriormente, a expansão do Banco de Crédito Real de Minas Gerais não se deu de forma não intencional ou sem critérios, mas seguiu interesses (políticos, econômicos e sociais), parâmetros, designações e concepções daquele momento histórico.

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Inspeção e Defesa Agrícolas. Questionários sobre as condições da agricultura dos 176 municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Typ. do Serviço de Estatística, 1913.

BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional. Volume III - Censos Econômicos. Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Quadros de Totais para o conjunto da União e de distribuição pelas regiões fisiográficas e unidades federadas. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Republica dos Estados Unidos do Brasil. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatistico Anno I - 1921. Volume II - Situação Demographica. Bello Horizonte. Imprensa Official, 1928.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Republica dos Estados Unidos do Brasil. Secretaria da Agricultura. Serviço de Estatística Geral. Anuario Estatistico Anno I - 1921. Volume III - Situação Economica. Bello Horizonte. Imprensa Official, 1928.

MINAS GERAIS. Diário Oficial Eletrônico. Superintendência de Gestão do Diário Oficial. Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. 26 de agosto de 1925. Disponível em <[Jornal Minas Gerais](#)>

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. E. Outros Documentos Administrativos. 54. Regimentos e Regulamentos do BCRMG. 1921 - 1973.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. E. Outros Documentos Administrativos. 55. Estatutos do BCRMG 1888 - 1973.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. E. Outros Documentos Administrativos. 56. Atas da Diretoria do Banco de Crédito Real 1889 - 1975

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. F. Relatórios. 64. Relatórios da Diretoria do BCRMG 1890 - 1984. .

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. I - Diretoria/Presidência. F. Relatórios. 65. Relatórios das Agências, Sucursais, Departamentos, Gerências e Postos de Serviço 1928 - 1980.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. IV - Área Financeira/Contabilidade. 103. Correspondência recebida e expedida com a Inspetoria e Fiscalização 1920 - 1980.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. IV - Área Financeira/Contabilidade. 107/3. Carteira de Crédito Agrícola 1908 - 1969.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. IV - Área Financeira/Contabilidade. 107/4. Carteira de Defesa do Café 1925 - 1958.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. IV - Área Financeira/Contabilidade. 113. Documentos sobre lucros e perdas 1930 - 1980.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. IV - Área Financeira/Contabilidade. 131. Documentos diversos 1926 - 1983.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. A - Documentação Administrativa. 216. Decreto de autorização para o funcionamento do BCRMG 1889.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 218. Ações diversas 1897 - 1966.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 218/1 - Banco de Crédito Real de Minas Gerais 1897.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 219. Apólices diversas 1885 - 1973.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 220. Cautelas diversas 1890 - 1965.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 221. Títulos diversos 1933 - 1959.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 223/39 Agências diversas 1897 - 1942.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 234/1. Estatutos 1928 - 1934.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 234/5 Documentos relativos a ativo e passivo (com vistas à liquidação) 1928 - 1937.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 234/8. Recibos diversos 1929 - 1935.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 235. Correspondências diversas 1899 - 1997.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 235/1 Enviada para a agência do Rio de Janeiro 1899 - 1900.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 235/2 Recebida de diversos 1922.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 235/3. Expedida e recebida com diversos 1882 - 1997.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 241. Recibos diversos 1889 - 1958.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 243. Guias e alvarás diversos 1895 - 1971.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 244. Documentos relativos a protestos 1898 - 1907.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 245. Documentos relativos à conta corrente 1910 - 1971.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 246. Documentos de evolução dos cheques 1892 - 1913.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. B - Documentação Histórica - Acervo. 250. Mapas do Estado de Minas Gerais 1891 - 1951.

Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Documentos do Acervo do Museu do BCRMG. C - Livros Manuscritos e Impressos das Agências. 253. Atas de Assembleia - Juiz de Fora 1891 - 1941.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Giovana Goretti Feijó de; ENGEL, Vonia. A Influência da economia cafeeira no processo de industrialização do Brasil na República Velha. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, 2016.
- ARIAS, Patricia. “Luís Gonzalez: Microhistória e história regional”. **Desacatos**, n. 21, p. 177-186, 2006.
- BARROS, José Costa D.'Assunção. “História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, 2005.
- _____, José D.'Assunção. “História, espaço e tempo: interações necessárias.” **Varia história**, v. 22, p. 460-475, 2006.
- BARROS, José D.'Assunção. Os sistemas econômicos e suas formas de racionalidades: a busca das singularidades na moderna história econômica e seus novos desafios. **Revista de Economia, Curitiba**, v. 38, n. 1, p. 109-131, 2012.
- _____, José D.'Assunção. História local e história regional—a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 2, 2022.
- CALIARI, Thiago; BUENO, Newton Paulo. O ciclo do café durante a República Velha: uma análise com a abordagem de dinâmica de sistemas. **Nova Economia**, v. 20, p. 491-506, 2010.
- CANABRAVA, Alice Piffer. **Desenvolvimento da cultura do algodão na província de São Paulo: 1861-1875**. (1951).
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras: 1850-1930. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985.
- _____, Wilson et al. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista Economia**, v. 13, n. 3b, p. 897-916, 2012.
- _____, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015.
- CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Editora UFJF, 2007.
- CAVALCANTI Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 272-292, 2018.
- CHAVANTES, Ana Paula. Contribuições da reforma bancária de 1921 para estabilidade do mercado bancário brasileiro frente à Crise de 1929. **Leituras de Economia Política**, v. 12, p. 25-54, 2007.

CORREIA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 146, 2012.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)**. 1978. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia e Planejamento, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1978.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura (1888-1898)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____, Marcus Antônio. **Crises Financeiras na Primeira Década Republicana e os Bancos em Minas Gerais (1889-1903)**. 2013. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

_____, Marcus Antônio. A relação entre bancos e indústrias na conjuntura do encilhamento em Minas Gerais. **História e Economia**, v. 26, n. 2, p. 21-41, 2022.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; SAES, Alexandre Macchione. Roberto Simonsen e a modernização do Brasil da Primeira República. **História econômica & história de empresas**, v. 17, n. 2, 2014.

DA LUZ MOREIRA, Regina. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. **Revista Estudos Históricos**, v. 3, n. 5, p. 66-74, 1990.

DA SILVA ALMICO, Rita de Cássia. A curta vida do primeiro banco da província de Minas Gerais: o processo de falência do Banco Territorial e Mercantil de Minas. **Jornal O Pharol**, v. 2, p. 07, 1887.

DAYRELL, Carlos Alberto; BARBOSA, Rômulo Soares; COSTA, JBdA. Dinâmicas produtivas e territoriais no Norte de Minas: o lugar invisível das economias nativas e apontamentos para políticas públicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, p. 128-151, 2017.

DE ARAÚJO PIMENTEL, Karen Daniele. Bases Institucionais da Formação do Sistema Bancário Brasileiro. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, v. 17, n. 1, p. 45-55, 2023.

DE BRITO, José Janderson. CONTRIBUIÇÕES DO MARXISMO PARA A HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 52, p. 63-76, 2023.

DE GODOY, José Henrique Artigas. Estado e política econômica na I República: consensos e dissensos. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, v. 25, n. 2, 2016.

DE SAES, Flávio AM. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, p. 20-39, 1989.

DE SOUZA ALMEIDA, Ian Coelho; CROCE, Marcus Antônio. Abolição, encilhamento e mercado financeiro: uma análise da primeira crise financeira republicana. **Revista de Economia do Centro-oeste**, 2016.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado Financeiro e crédito público: acumulação de capital e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)**. Juiz de Fora, MG. Funalfa, 2016.

FABER, Marcos Emílio Ekman; DA SILVA SEVERO, Eduardo; FERREIRA, Ismael Wolf. História Econômica do Brasil na República Velha. **Revista Historiador**, n. 1, 2008.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____, Boris et al. **História Geral da Civilização Brasileira Tomo III—O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil, 2007.

FELIPE, Ednilson Silva; BERTOLANI, Mayara Lyra. O Estado, os conflitos das classes dominantes e a influência do capital estrangeiro na defesa do café no Brasil na Primeira República (1889-1930). **Revista de Economia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 2, p. 2-23, 2019.

FERREIRA, Fernanda Costa et al. O Papel do Geoprocessamento na preservação do Patrimônio Cultural nacional nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, Bahia: procedimentos e desafios. **Simpósio Brasileiro De Sensoriamento Remoto**, v. 15, p. 4102-4109, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GIROLETTI, D. A. **Industrialização de Juiz de Fora 1850-1930**. Juiz de Fora. EDUFJF, 1988.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOnographia**— Ano. 1 – No 1 – 1999.

LAMAS, Fernando Gaudereto; DE OLIVEIRA, Luís Eduardo. escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora—juiz de fora, segunda metade do XIX: o caso da companhia união & indústria. **História Econômica & História de Empresas**, v. 14, n. 2, 2011

LEONI, María Silvia. Historia y región: la historia regional de cara al siglo XXI. **Folia histórica del nordeste**, n. 24, p. 00-00, 2015.

LIMA, J.H. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Vozes, Rio de Janeiro, 1981.

MARA, Sara Emilia. “**Historia local, historia regional e historia nacional.¿ Una historia posible?**”. 2003.

MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87). **Revista Brasileira de Economia**, v. 56, p. 147-170, 2002.

_____, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 40, p. 103-131, 2010.

MARQUESE, Rafael de Bivar; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. O Brasil Imperial 1831-1889, 2009.

MARTINS, Pedro Arias; SILVA, L. F. C. F. Panorama das Pesquisas com Sistemas de Informações Histórico-Geográficas no Mundo e Suas Relações com a Geografia, História e Cartografia Histórica. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 63, n. 03, p. 485-498, 2014.

NEVES, Erivaldo Fagundes. História agrária e história regional na perspectiva sócio-econômica. **Econômica**, p. 377, 1989.

_____, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local: fragmentação e recomposição da História na crise da Modernidade**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador; Arcádia, 2002.

_____, Erivaldo Fagundes. História e região: tópicos de história regional e local. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 2, n. 2, p. 25-36, 2008.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **História de Juiz de Fora da Vanguarda de Minas Gerais à industrialização periférica**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. IE/UEC 2006.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. Classe dominante e política econômica na economia cafeeira (1906-1930). **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 16, 1993.

PIRES, A. **Capital Agrário, Investimento e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora - 1870/1930**. Universidade Federal Fluminense, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

_____, Anderson. Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais: 1870/1930. **Locus: Revista de História** 3.2, 1997.

_____, Anderson. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. 2004. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Juiz de Fora, 2004.

_____, Anderson. A industrialização de Juiz de Fora. **Revista Científica da Faminas**, v. 1, n. 2, 2005.

_____, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da "commodity" cafeeira—1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, 2006.

_____, Anderson José; DA SILVA ALMICO, Rita de Cássia. Crédito e finanças em uma sociedade cafeeira. **História e Economia**, v. 4, n. 2, p. 221-248, 2008.

_____, Anderson. Commodity chains e evolução dos padrões de mercado: o caso da economia cafeeira da zona da Mata de Minas Gerais. **História e Economia Revista Interdisciplinar**. 2015.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. **Filosofia: diálogo de horizontes**. Caxias do Sul: Educs, p. 589-591, 2001.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Ave, Palavra** - 6 ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

RIBEIRO, Fernando. A política econômica e o convênio de Taubaté na economia cafeeira (1889-1906). **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 22, n. 1 (39), 2011.

SÁ, A. L. **Origens de um Banco Centenário**. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Juiz de Fora, 1991.

SAES, Alexandre Macchione; DE ALMEIDA CASTILHO, Fábio Francisco. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880-1920). **Saeculum—Revista de História**, 2013

SILVA, S. **Expansão cafeeira e industrial no Brasil**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Francisco Ribeiro da. **História local: objectivos, métodos e fontes**. 1999..

SZMRECSÁNYI, Tamás. História econômica, teoria econômica e economia aplicada. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 12, n. 3, p. 448-455, 1992.

_____, Tamás. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil [Reopening the issue of early economic historiography in Brazil]. **Nova Economia**, v. 14, n. 1, p. 11-37, 2004.

_____, Tamás. Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica. **História econômica & história de empresas**, v. 11, n. 2, 2008.

TAUNAY, A. E. Ensaio de História Econômica e Financeira. Anais do Museu Paulista. Tômoo XVI. São Paulo, 1962.

_____, A. E. História do Café no Brasil. Volume 7.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa RO. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.

WIRTH, J. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira: 1889/1937**. 1o ed. Paz e Terra. São Paulo, 1982.

ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento conceitos e definições. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 7, n. 2, 2017.